



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE
COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL

UM LUGAR CHAMADO “TERRA NOVA”:
DESDOBRAMENTOS PSICOSSOCIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES
APÓS O DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DE 2011 EM NOVA FRIBURGO - RJ

THAIS SÂMELA CASTRO DE MORAES

Rio de Janeiro/RJ

2023

Thais Sâmela Castro de Moraes

UM LUGAR CHAMADO “TERRA NOVA”:
DESDOBRAMENTOS PSICOSSOCIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES
APÓS O DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DE 2011 EM NOVA FRIBURGO - RJ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Programa EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de grau de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marta de Araújo Pinheiro (In memorian)
Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio

Rio de Janeiro

2023

S8271 Sâmela de Castro Moraes, Thaís
UM LUGAR CHAMADO "TERRA NOVA": DESDOBRAMENTOS
PSICOSSOCIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES APÓS O
DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DE 2011 EM NOVA FRIBURGO -
RJ / Thaís Sâmela de Castro Moraes. -- Rio de
Janeiro, 2023.
123 f.

Orientador: Thiago Benedito Livramento Melicio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa
de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social, 2023.

1. Desastre Socioambiental. 2. Nova Friburgo. 3.
Terra Nova. 4. Cartografia. 5. Ecologia Social. I.
Benedito Livramento Melicio, Thiago, orient. II.
Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO DE DEFESA DE MESTRADO

Thais Sâmela Castro de Moraes

**UM LUGAR CHAMADO “TERRA NOVA”:
DESDOBRAMENTOS PSICOSSOCIAIS E NOVAS TERRITORIALIDADES APÓS O
DESASTRE SOCIOAMBIENTAL DE 2011 EM NOVA FRIBURGO - RJ**

RIO DE JANEIRO, 15 DE FEVEREIRO DE 2023.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Aprovada por:

Prof. Dr. Thiago Benedito Livramento Melicio
EICOS/UFRJ – Orientador

Prof^a. Dr^a. Lucimara Rett
EICOS/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Margarete Ribeiro Tavares
UNIGAMA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Antes e depois bairro Córrego D'Antas, Nova Friburgo	14
Figura 2: Localização do município de Nova Friburgo	15
Figura 3: Centro de Nova Friburgo 2011 (antes do desastre)	17
Figura 4: Centro de Nova Friburgo 2011 (após o desastre)	17
Figura 5: Desabamento no Centro, Nova Friburgo, janeiro de 2011	18
Figura 6: Dilma faz entrega de casas em Nova Friburgo	20
Figura 7: Conjunto Habitacional Terra Nova	23
Figura 8: Terremoto em Lisboa (1755), pintura de João Glama (1708-1892)	32
Figura 9: Nuvens em formato de cogumelo em Hiroshima e Nagasaki	35
Figura 10: Acidente na usina de Chernobyl.	36
Figura 11: Terremoto na Indonésia	38
Figura 12: Explosão da Usina de Fukushima	40
Figura 13: Ações durante o acidente com o cézio-137	42
Figura 14: Desastre de Brumadinho	44
Figura 15: Bairro Córrego D'antas, Nova Friburgo - RJ	48
Figura 16: Rio Bengalas no distrito de Conselheiro Paulino	77
Figura 17: Venda do apartamento no Terra Nova	81
Figura 18: Condomínio Terra Nova 5	84
Figura 19: Condomínio Terra Nova 5	87
Figura 20: Área Comum Condomínio Terra Nova 6	88
Figura 21: Condomínio 9	94
Figura 22: Condomínio 9	95
Figura 23: Consultório de psicologia ESF - TERRA NOVA	97
Figura 24: Cartaz informativo da ESF - Terra Nova	99

LISTA DE SIGLAS

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

CREA-RJ – Conselho Regional de Engenharia do Rio de Janeiro

COPPE/UFRJ – Programa de Engenharia Civil Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ABCC – Comissão de Acidente de Bomba Atômica

GRD – Gestão do Risco de Desastre

UNISDR – Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas

ONGs – Organizações Não Governamentais

CRPRJ – Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

TEPT – Transtorno de Estresse Pós-Traumático

DSM – Manual Diagnóstico E estatístico de Transtornos Mentais

IASC – Inter-Agency Standing Committee

ESF – Estratégia da Saúde da Família

SUS – Sistema Único de Saúde

RAS – Rede de Atenção em Saúde

DC – Diário de Campo

RCLE – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

AVC – Acidente Vascular Cerebral

UBS – Unidade Básica de Saúde

ACS – Agentes Comunitários de Saúde

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SISREG – Sistema de Regulação

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Danos contabilizados nos municípios afetados na Região Serrana no "dia do desastre" 28

Tabela 2 - Relação de condomínios e quantidade de blocos e apartamentos 92

RESUMO

Em janeiro de 2011, a região serrana do Rio de Janeiro foi atingida por fortes chuvas, desencadeando enchentes e deslizamentos de terra, ocasionando o maior desastre socioambiental do país nos últimos cem anos. Cada município, a partir de suas próprias políticas de reconstrução, alocou os sujeitos desabrigados de formas distintas. Em Nova Friburgo, uma das soluções apresentadas foi criar um bairro na extrema-periferia que consiste em um conjunto habitacional chamado “Terra Nova”. Esta dissertação objetiva conhecer as condições de vida dos atingidos por este desastre, os desdobramentos psicossociais, econômicos e políticos, doze anos depois e analisar a configuração de novos territórios – geográfico-subjetivo – e sua implicação nos modos de vida desses sujeitos. Para tanto, a pesquisa realiza uma revisão bibliográfica sobre a construção de respostas estatais no contexto de emergências e desastres; e sobre a atuação da psicologia social neste campo, problematizando conceitos como o de resiliência e migrações induzidas. Utilizou-se a cartografia como postura metodológica, além disso, a fim de contribuir com os resultados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores do bairro Terra Nova e com trabalhadores da unidade básica de saúde do local. Os resultados deste estudo deixam pistas para compreendermos a produção de subjetividades no território do Terra Nova, revelando elementos recalcitrantes percebidos nas entrevistas obtidas. A partir da discussão, encontram-se componentes de que não foi pensado um projeto de promoção de cidadania no local, deixando tal população suscetível a outras carências e vulnerabilidades. Contudo, não houve ações de preparação da comunidade para possíveis desastres futuros. Além disso, problemas coletivos foram direcionados para dimensões individuais de existência dos moradores desta terra nova.

PALAVRAS-CHAVE: desastre socioambiental; Nova Friburgo; Terra Nova; cartografia; ecologia social.

ABSTRACT

In January 2011, the Serrana mountainous region of Rio de Janeiro was impacted by heavy rains, triggering floods and landslides, causing the greatest socio-environmental tragedy in the country in the last hundred years. Each city, based on its own reconstruction policies, allocated homeless residents in different ways. In Nova Friburgo city, one of the solutions presented was to create a neighborhood on the extreme periphery that consists of a housing complex called "Terra Nova". This dissertation aims to know the living conditions of those affected by the disaster, the psychosocial, economic and political consequences twelve years later and to analyze the configuration of new territories - geographical-subjective - and its implication in the ways of life of these people. For that, the research performs a bibliographic review on the construction of state responses in the context of emergencies and disasters; nearly the performance of social psychology in this field, questioning concepts such as resilience induced migrations. As a methodological instance, cartography was chosen, furthermore, in order to contribute to the results, semi-structured interviews were conducted with Terra Nova neighborhood residents, also basic health unit workers. The results leave clues for us to understand the production of subjectivities in the Terra Nova territory, revealing recalcitrant elements perceived in the obtained interviews. From the discussion, there are components that the citizenship promotion project was not designed as well, leaving the population susceptible to other needs and vulnerabilities. However, there was no action to prepare the community for possible future disasters. In the end, collective problems were directed to individual dimensions of existence of the residents of this new place, the citizenship promotion project was not designed.

KEYWORDS: socio-environmental disaster; Nova Friburgo; Terra Nova; cartography; social ecology

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 O DIA DO DESASTRE	15
1.2 CONDOMÍNIOS TERRA NOVA	19
1.3 QUESTÃO-PROBLEMA	22
1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA	24
1.4.1 OBJETIVO GERAL	24
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
1.4.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	24
2. DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: UMA REVISÃO PARA ALÉM DO “DIA DO DESASTRE” 28	
2.1 OS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE DESASTRES	31
2.2 DESASTRES COM CAUSAS NATURAIS X DESASTRES CAUSADOS PELO HOMEM	33
3. RESILIÊNCIA, TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS E DESLOCAMENTO: FERRAMENTAS DE ANÁLISE NO CONTEXTO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	46
3.1 DESLOCAMENTOS OBRIGATÓRIOS E/OU INDUZIDOS: CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS	53
3.2 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E ECOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS	56
4. HISTÓRIA E CONCEITUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS DESASTRES	60
4.1 A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS EM CONTEXTOS DE TRAGÉDIAS E DESASTRES	61
4.2 PSICOLOGIA SOCIAL E O COMPROMISSO COLETIVO	65
4.3 O PROCESSO DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E SUAS FASES	66
5. METODOLOGIA DE PESQUISA	70
5.1 COLHEITA DE DADOS NA PESQUISA CARTOGRÁFICA	75
5.2 CARTOGRAFIAS DO BAIRRO TERRA NOVA	76
5.3 PAISAGEM SONORA: O JAZZ DO TERRA NOVA	92
5.4 CARTOGRAFIAS DE POSTO DE SAÚDE	96
5.5 O QUE É MORAR TRANQUILO?	100
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A	110
APÊNDICE B	113

Aos encontros e às estrelas, à Marta de Araújo Pinheiro (*In memoriam*), obrigada por acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Genilda e Neivaldo, que mesmo sem nem saber o que é um mestrado, sonharam comigo. Aos meus amigos Jefferson, Juliana e Pedro Victor que estiveram presentes nos momentos mais difíceis. À Alcione, pela companhia. Agradecimentos especiais à professora Lucimara Rett pelo acolhimento nos momentos de incredulidade. Ao professor Thiago Melicio por ter me acompanhado nos últimos períodos desse trabalho. À professora Alessandra Daflon, que mesmo pitaqueira, me ajudou a chegar até aqui. À Marta Pinheiro, eterna nas minhas inspirações. À CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2011, a Região Serrana do Rio de Janeiro foi atingida por fortes chuvas, alagamentos e deslizamentos de terra que ocasionaram quase mil mortos, incontáveis desaparecidos e milhares de desabrigados entre 7 municípios da região (BUSCH; AMORIM, 2011). Dentre estes municípios, Nova Friburgo - um dos mais afetados - é o campo desta pesquisa.

Pouco mais de dez anos depois do desastre, pouco se fez pelas famílias atingidas. Boatos de desvios de verbas públicas continuam sendo propagados, há famílias enlutadas, pessoas desaparecidas e a cidade continua a inundar durante chuvas mais fortes (PORTELA; OLIVEIRA, 2017). Para os políticos locais e a grande mídia, de um modo geral, tal tragédia foi consequência de um “fenômeno da natureza”¹. Entretanto, naturalizar tais acontecimentos, traz consigo a ideia de que a gestão governamental e a historicidade da urbanização local não dialogam com as consequências da tragédia² em questão (*op. cit.*, 2017).

É histórico em Nova Friburgo, como na maioria dos municípios no Brasil, a irresponsabilidade com a ocupação do espaço. É comum que o poder público não trate de tais questões junto às comunidades locais, e que não se pense como se ocupam as cidades. Mesmo tratando-se de um evento climático atípico de chuvas intensas³, ainda que considerando o imponderável comum em todos os desastres, o fato de não haver um plano de ocupação urbana – levando em conta o relevo da cidade, o local onde se situa, os pontos frágeis e preocupantes de tal ocupação, como as pessoas ocupam – são raros os trabalhos pedagógicos, treinamentos e alertas com as comunidades em maior risco.

Não nos interessa aqui abordar estudos aprofundados em geografia, alturas e relevos, entretanto, é válido apontar que, segundo Vaz (2011), os deslizamentos de terra desta natureza seguem o mesmo padrão. Trata-se de meses contínuos de chuvas constantes que não são substancialmente seguidos por uma temporada de chuvas intensas, que logo reduzem a resistência do solo. Diante disso, a água da chuva forte não consegue se infiltrar no solo pois este já se encontra saturado, logo, escorre pela superfície, transformando o solo em lama e

¹ **Chuva** na Região Serrana é maior **tragédia climática** da história do país (grifos do autor) disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/01/chuva-na-regiao-serrana-e-maior-tragedia-climatica-da-historia-do-pais.html>> Acesso: 21 de janeiro 2021

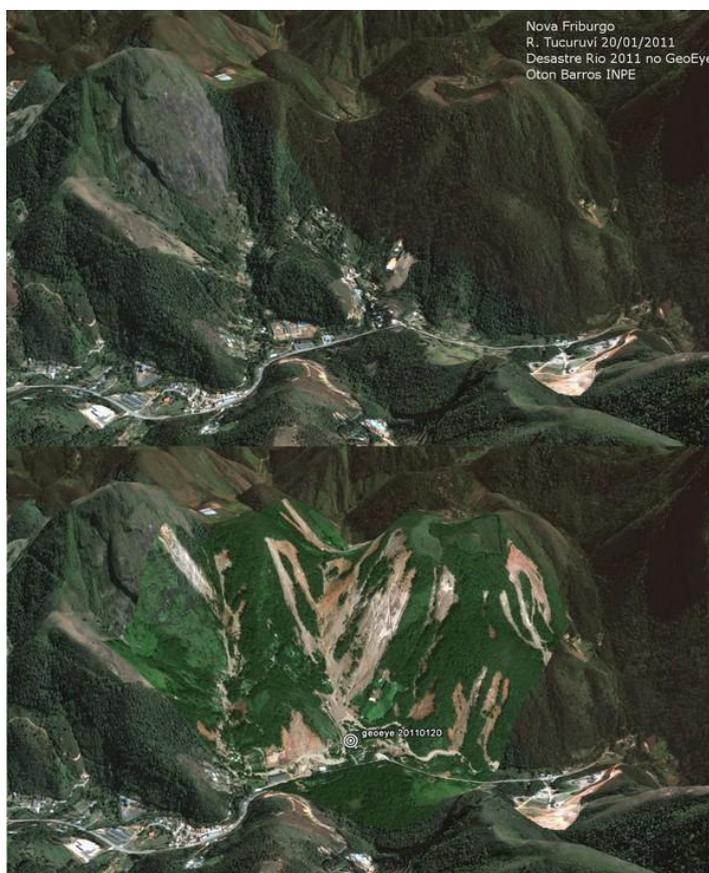
² “Ao virar notícia a “catástrofe ambiental” com seus riscos iminentes por meio da prática discursiva se transforma em “tragédia climática” ou, no jargão da notícia, simplesmente, “tragédia”” (GATTO, 2017, p. 3).

³ “(...) choveu **220 milímetros em 24 horas**, sendo acima de **80 milímetros considerado situação de alerta para a região**” em: Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. FREITAS, C. M. *et al.* disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a21.pdf> Acesso: 21 de janeiro 2021

carregando o que tem pela frente, árvores, pedras, blocos de rocha, causando deslizamentos descontrolados e enfreáveis.

Só no município de Nova Friburgo – RJ, 4528 pessoas ficaram desalojadas, 789 desabrigadas, 429 óbitos na madrugada do dia 11 para 12 de janeiro de 2011 (FREITAS; et. al., 2012). Para ilustrar um pouco a dimensão do acontecimento neste estudo, esta montagem abaixo de antes e depois da mesma área, de Oton Barros, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), utilizou as mesmas imagens de satélite para mostrar em perspectiva 3D, os deslizamentos no bairro Córrego D’Antas, assim como ilustra a figura 1.

Figura 1: Antes e depois bairro Córrego D’Antas, Nova Friburgo



Fonte: O ECO⁴

Segundo Oliveira e Portella (2017), logo após o “dia do desastre”, as cidades da região serrana, sem seus planos locais de emergências e desastres em dia, deixaram a população sem uma resposta de recuperação. Entidades externas ao município, como o Governo do Estado, a

⁴ Disponível em: O Eco: Nova Friburgo: antes e depois <https://oeco.org.br/noticias/24750-nova-friburgo/> acesso em 28 de maio 2022

União, militares, organizações humanitárias ficaram à frente da dissolução do desastre, ou seja, atores que desconhecem o território local e a diversidade populacional.

1.1 O DIA DO DESASTRE

Para falar sobre as reconstruções pós-desastre se faz necessário situar a pesquisa, trazer algumas características da região, através de uma breve contextualização sobre o território de Nova Friburgo – RJ, pretende-se elucidar um pouco mais sobre o dia do desastre.

Nova Friburgo, uma cidade situada no coração do Estado do Rio de Janeiro, na Serra dos Órgãos, de clima ameno, solo fértil, com muitas montanhas ao redor da região. Há até uma lenda urbana que a cidade seria um vulcão há milhares de anos devido à sua formação rochosa que cerca o município. São tantas montanhas que o sol se põe mais cedo, a mata atlântica que recobre as montanhas aumenta a umidade do ar (GASPARINI, 2012).

Figura 2: Localização do município de Nova Friburgo



Fonte: Abreu, 2006; Acervo Fundação CEPERJ⁵

Em 1818, Dom João VI iniciou o projeto de colonização da Antiga Fazenda do Morro Queimado, hoje conhecido como Nova Friburgo (LOBOSCO, *et. al.*, 2016). A partir da colonização, desenvolveu-se um setor industrial e mecânico de caráter expressivo. Atualmente pode-se considerar ainda o maior polo de produção de moda íntima, ainda com forte atuação

⁵ Disponível em: <http://demarchesterritorialesdedeveloppementdurable.org/nova-friburgo-brasil>. Acesso em: 15/03/2022.

no setor agrícola de folhas de alface, salsinha, cebolinha, brócolis, couve-flor, tomate, couve mineira, morangos e flores de corte, como rosas e margaridas. Além do ramo turístico que tem ganhado espaço na movimentação econômica do município (BUSCH; AMORIM, 2011).

Apesar de possuir condições econômicas favoráveis, a região sempre se caracterizou por uma grande vulnerabilidade natural: localização na Serra do Mar, formada por rochas com camada fina de terra e coberta por Mata Atlântica, com alta declividade e regime de chuvas intensas no verão, características que geram solos mais instáveis e propensos a deslizamentos (*op.cit.*, p. 2).

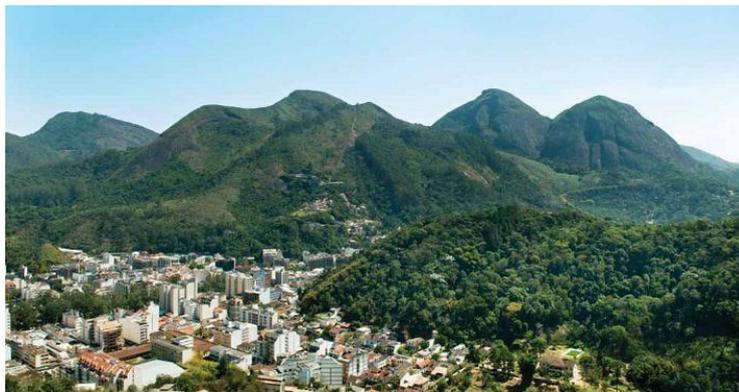
A ausência de um plano diretor, somado às condições naturais do relevo e das características da Mata Atlântica, junto a ocupações irregulares, agravou ainda mais a vulnerabilidade das áreas afetadas, decorrendo que as chuvas de verão provocassem erosões, inundações, deslizamentos e principalmente perdas humanas. Ainda segundo Busch e Amorim (2011), o Conselho Regional de Engenharia do Rio de Janeiro (CREA-RJ) já havia advertido o município, dois anos antes do desastre, sobre a ameaça das construções irregulares nas áreas de risco na região (*op. cit.*, 2011).

Segundo o Programa de Engenharia Civil Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) (2011), as chuvas de janeiro de 2011 na Serra Fluminense foram “absolutamente extraordinárias”, resultante da combinação de três eventos chuvosos que, somado à ocupação irregular do solo, provocaram danos materiais e humanos irreversíveis.

Segundo a COPPE/UFRJ (2011), um período chuvoso na Região Sudeste, que provocou 8 a 10 dias de precipitações na Região Serrana que iniciou um processo de encharcamento do solo, combinado com chuvas pré-frontais, com intensidade forte durante 32 horas em grande parte da Serra, entre os dias 10 e 12 de janeiro. E o terceiro fenômeno foi a formação de uma *cumulus nimbus*⁶ realimentada pela umidade originária da Amazônia, que resultou nas chuvas em cabeceiras de vales, de intensidade considerada por especialistas “fortíssima” (Sic.) e com duração de 4,5 horas na madrugada de 11 para 12 de janeiro.

⁶ é um tipo de nuvem caracterizada por um grande desenvolvimento vertical. Tipicamente, surge a partir do desenvolvimento de cúmulos que, por ação de ventos convectivos ascendentes, ganham massa e volume e passam a ser cúmulos congestus e, no auge de sua evolução, torna-se um cúmulo-nimbo, quando atingem mais de quinze quilômetros de altura. Uma de suas principais características é o formato de bigorna que se forma em seu topo, resultado dos ventos da alta troposfera. Tipicamente produzem muita chuva, principalmente durante os meses mais quentes do ano. Nuvens isoladas possuem ciclo de vida médio de uma hora. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.2153-3490.1962.tb01355.x> Acesso em 04 de dezembro de 2022

Figura 3: Centro de Nova Friburgo, 2011 (antes do desastre)



Fonte: Site Demarches territoriales de developpement durable ⁷

Figura 4: Centro de Nova Friburgo, 2011 (após o desastre)



Fonte: Site Demarches territoriales de developpement durable⁸

Dentre as cidades afetadas, Nova Friburgo foi a mais devastada. Somente neste município, houve 3.000 deslizamentos. Segundo Lobosco, *et. al.* (2016), os deslizamentos ocorreram predominantemente no período da madrugada, ou seja, muitas pessoas estavam dormindo neste período, o que alguns autores apontam como fator que influenciou em número de vítimas fatais, decorrentes de soterramentos.

A cidade ficou isolada, visto que cerca de 30 pontes foram destruídas, e inúmeras barreiras caíram pelas estradas, agravando a situação daqueles que estavam presos em escombros e precisavam de ajuda (AGENDA 21 NOVA FRIBURGO, 2011). Regiões inteiras foram cobertas por lama, centenas de moradias foram atingidas por avalanches de terra, deixando dezenas de pessoas soterradas. A magnitude do desastre causou alterações geográficas

⁷ Disponível em: <http://demarchesterritorialesdedevloppementdurable.org/nova-friburgo-brasil>. Acesso em: 16/03/2022.

⁸ Disponível em: <http://demarchesterritorialesdedevloppementdurable.org/nova-friburgo-brasil>. Acesso em: 16/03/2022.

significativas, rios, córregos e canais mudaram seus afluentes, estradas e ruas desapareceram por completo (BUSCH; AMORIM, 2011).

O comandante do Corpo de Bombeiros relatou ao comparar o desastre com as enchentes que afetaram a Austrália no mesmo período: “Na Austrália ocorreu uma enchente. Aqui houve enchente, deslizamento, desabamento e inundação, tudo ao mesmo tempo. Eu só conhecia a palavra cataclismo no dicionário. Pela primeira vez vi o que significa” (BUSCH; AMORIM, 2011, p. 05).

Figura 5: Desabamento no Centro, Nova Friburgo, janeiro de 2011



Fonte: Acervo Jornal A Voz da Serra (2011)

O dia do desastre foi muito marcante para todos os moradores da cidade e, particularmente para a autora, pois após a graduação em psicologia, tal tema se tornou muito caro para mim, que como natural de Nova Friburgo, passei a pensar as problemáticas do Terra Nova com um novo olhar.

No dia 12 de janeiro, logo após o desastre, a cidade ficou horas sem abastecimento de luz, água e internet. Os supermercados vendiam galões de água potável e velas pelo triplo do preço usual. Me recordo de acordar com minha avó pedindo para algum dos netos ir comprar fósforos pois não tínhamos luz, e ainda não imaginávamos o que tinha acontecido naquela madrugada.

Poucos minutos depois, a esposa do meu primo, com seus dois filhos pequenos, viera se abrigar em Olaria, entrava aos berros pelo portão: “Friburgo acabou” (Sic.). Ela chorava

como uma criança que se frustra com um “não”. E inconsolável falava: “Entrou água e lama em tudo, caiu uma barreira do lado da minha casa, eu poderia não estar aqui. Eu perdi tudo, não salvou nada, não sobrou nem as fotos do casamento” (Sic.). E este tinha sido apenas o primeiro ato das chuvas, o dia do desastre, ou como traz Lobosco, *et. al.* (2016), o fenômeno das chuvas foi só o início do desastre.

Como resultado do desastre, o Governo do Estado empreendeu um conjunto habitacional em uma localidade isolada no distrito de Conselheiro Paulino. Tal conjunto de apartamentos recebeu o nome de “Terra Nova” e, com o propósito de apresentar o tema, o próximo tópico contempla o destrinchamento desde a implementação dos prédios até as condições que se encontram até o presente momento em que a pesquisa foi realizada.

1.2 CONDOMÍNIOS TERRA NOVA

No intuito de realocar a população de Nova Friburgo que foi desabrigada ou desapropriada de suas moradias pelo maior desastre socioambiental do Brasil nos últimos cem anos, o Governo do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a União, junto ao programa “Minha Casa Minha Vida” do Governo Federal, construíram aproximadamente 2180 apartamentos para abrigar em torno de 10 mil pessoas (PORTELLA; OLIVEIRA, 2017).

Segundo o Jornal A Voz da Serra (2016)⁹, o terreno onde foi construído o Conjunto Habitacional Terra Nova recebeu serviços de terraplanagem, drenagem, contenção de encostas e reforço do solo. Houve a canalização do Córrego dos Afonsos, que atravessa os edifícios até o centro comercial do distrito Conselheiro Paulino, a fim de conter a problemática de inundações no local devido às chuvas de verão. Desastres “naturais”, seguidos de ações antrópicas, seguidas de desastres, seguidos de obras...

Localizado na extrema-periferia do distrito de Conselheiro Paulino, que segundo o IBGE (2010) era habitado por aproximadamente 30 mil pessoas, viria a receber nos próximos anos de 8 a 12 mil pessoas (PORTELLA; OLIVEIRA, 2017). As moradias foram entregues à população de forma processual. Em um primeiro momento, segundo o portal de notícias G1 (2014), aproximadamente 1800 apartamentos foram distribuídos até 2014 e os outros 600 foram entregues em 2017, como pode ser visto na figura 6. Como Portella e Oliveira (2017) destacam, os condomínios foram colocados na malha sócio urbana como um conjunto residencial privado, como se não fosse sobrecarregar os serviços de transporte, saúde e educação do local.

⁹Disponível em: <<http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/familias-recebem-chaves-dos-ultimos-apartamentos-do-terra-nova>> Acesso em: 19 de dezembro de 2022

Figura 6: Dilma faz entrega de casas em Nova Friburgo



Fonte: Foto da Juliana Scarini/G1¹⁰

Ainda segundo A Voz da Serra (2021), o Conjunto Habitacional conta com nove condomínios distribuídos em um variado número de blocos, e cinco pavimentos. Os apartamentos têm 42m², que comporta uma sala, dois quartos, cozinha e banheiro. No documentário “Terra Nova, Friburgo” (2019) de Lohan Lage, em entrevista, muitos moradores relatam que tinham preferência que suas novas moradias fossem nos bairros que habitavam antes do desastre, pois assim não perderiam laços com familiares e amigos que não tiveram suas casas comprometidas e continuaram a residir naquele local. Também não iriam perder o vínculo com as escolas e os espaços de convivência que frequentavam antes da fatídica madrugada de 11 de janeiro de 2011.

Ademais, outras falas do documentário de Lage (2019) mostram a realidade dos moradores e o preconceito vivido por habitar o Terra Nova. Em entrevista, uma senhora relata que seu filho tem dificuldades de conseguir emprego por colocar o endereço do conjunto habitacional em seu currículo.

Já em outra entrevista da mesma produção (*op. cit.*, 2019), a síndica do condomínio VI traz: “[...] as pessoas nos tratam como se nós fossemos a lama podre que restou da tragédia de 2011, aqui só mora a ralé” (Sic.). A partir dessas falas, pode-se acrescentar mais questionamentos sobre o evento climático atípico, que já se sabe que vai muito além do “dia do desastre”.

¹⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/11/dilma-chega-em-friburgo-rj-para-entrega-de-casas-vitimas-da-tragedia.html>> acesso em 30 de maio de 2022

Ainda de acordo com o documentário de Lage (2019), em entrevista, uma senhora narra:

[...] a gente não vê as pessoas, colocaram 10 mil pessoas aqui e a gente não vê elas. Por que? Porque aqui não tem uma área de convivência, não tem mercado, não tem escola. As crianças aqui não têm creche, não têm colégio, não têm uma quadra de esporte (Sic.).

Frente à desassistência contínua e precariedade no sentimento de pertencimento neste novo território, poucas narrativas do documentário supracitado apresentam potencialidades desse novo lugar. Inclusive é mencionado no documentário, por uma das famílias entrevistadas: “é melhor o Terra Nova do que nada” (Sic.).

Segundo Valencio (2011), embora o desastre seja um acontecimento trágico por si só, ele atua em diversos planos dentro da realidade. Há o plano concreto do fenômeno que envolve as dimensões socioambientais, sociopolíticas, econômicas. E também há um plano simbólico que apresenta divergentes interpretações sobre o fenômeno. Entretanto, tanto no plano concreto, quanto no plano simbólico, o(s) desastre(s) deixa(m) marcas de múltiplas faces nos modos de existência das pessoas, ou seja, o mesmo fenômeno é vivenciado de forma diferente por cada sujeito e população atingida.

As dores e perdas variam e são singulares, por exemplo, um comerciante experiencia o desastre de forma diferente de uma criança que perde sua escola; a dona de casa que perde seu lar é atingida de forma distinta dos trabalhadores do hospital que foi alagado, entre outros exemplos, vê-se que os territórios são atravessados simultaneamente (op. cit., 2011).

A partir da metodologia de pesquisa de inspiração cartográfica, foram colhidas 12 entrevistas semiestruturadas, tanto nos espaços comuns do bairro Terra Nova, quanto na unidade básica de saúde, com os seguintes critérios de escolha: homens e mulheres maiores de 18 anos, que residem atualmente nos Condomínios Terra Nova, seja porque perderam suas residências no desastre, e/ou a residência foi interditada pela Defesa Civil, ou se mudaram para o conjunto habitacional por motivos pessoais diferentes das implicações do desastre.

Logo, no intuito de entrevistar preferencialmente os habitantes que estão no território desde quando os primeiros apartamentos foram entregues à população e averiguar nas entrevistas: como estão seus modos de existência atualmente, após 12 anos do desastre; como construíram e rearranjaram seus afetos, suas relações com o território que lhes foram dados; e como tem se dado a reconfiguração de seus territórios existenciais.

Pretende-se utilizar o conceito de território existencial, dos autores franceses Gilles Deleuze e Félix Guattari, em contraponto ao conceito de “resiliência” que segundo Revet (2020) tem protagonizado respostas nos estudos dos desastres desde o início dos anos 2000 e se mostra

como uma habilidade coletiva a ser desenvolvida. Entretanto, cada indivíduo experiencia e simboliza “a tragédia” de maneiras diferentes, logo, para analisar os movimentos de apropriação do novo espaço e como o deslocamento das populações, os elementos humanos e não-humanos, têm reverberado nos modos de existência de cada entrevistado, opta-se por cartografar as relações de forças dos territórios existenciais, verificando suas relações com as dimensões geográficas e de moradia.

1.3 QUESTÃO-PROBLEMA

De fato, pensar sobre a habitação emergente e repentina do Terra Nova é falar sobre uma problemática processual que acarreta mutações nas formas de compreender e agir no mundo que refletem nas relações sociais e espaciais. Visto que toda sociedade é efeito de crenças e desejos, a linguagem, o território, os afetos e a composição social que cerca o sujeito, entre outros fatores biopsicossociais, compõem de forma mutável e singular as formas do indivíduo existir no mundo (ROCHA, 2012).

Após 12 anos do desastre, essa população se encontra marcada como “atingidos do desastre”, alocados na extrema-periferia da cidade, colocados em apartamentos de 42m². Visto que até o desastre, este bairro não constava no plano de gestão urbana da cidade. Quais usos essa comunidade passou a fazer da nova localidade?

Vale a pena ressaltar que foram construídas 2180 moradias¹¹ em diversos blocos e apartamentos, o que faz refletir sobre quantos indivíduos foram impactados por este desastre, quantas redes e laços sociais foram desfeitos? Essas famílias foram realocadas em um lugar desconhecido, um lugar-outro, que não compunham as realidades vividas por essas pessoas até então.

E mesmo com pouco tempo de história, o Terra Nova é um lugar marcado e reconhecido pela comunidade friburguense como moradia de sobreviventes do desastre, pessoas que passaram por situações que destoam da “normalidade” da média social do município.

¹¹ Informação retirada do Acervo Jornal A Voz da Serra, disponível em: <<http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/ultimos-apartamentos-do-terra-nova-serao-entregues-na-proxima-sexta-feira>> Acesso em: 18 de janeiro 2021

Figura 7: Conjunto Habitacional Terra Nova



Fonte: Foto Henrique Pinheiro, via Jornal a Voz da Serra¹²

No dia 10 de novembro de 2015, a ex-presidente Dilma Rousseff esteve no bairro Terra Nova para entregar as chaves do Condomínio Residencial Terra Nova VII, onde em seu discurso apresenta

[...] Se eu voltar aqui daqui a um ano, o que eu vou ver? Eu vou ver que essas casas adquiriram uma outra face, uma outra imagem. Elas vão estar de uma certa forma refletindo cada uma das famílias que moram aqui. Vão ter um jeito mais humano, vão já estar incorporadas pelas crianças, pelas relações afetivas, pelo carinho, pelo amor, pela amizade que nessas paredes vão sendo desenvolvidas (ROUSSEFF, 2015)¹³

O discurso da ex-presidente provoca uma indagação: será mesmo que estas moradias adquiriram esta face mais humana? Tais laços e relações afetivas foram desenvolvidas no território? Rousseff (2015) complementa na mesma fala: “[...] por isso, eu sugiro que, no Residencial Terra Nova 6, 7, vocês organizem um condomínio. Preservem esse patrimônio, porque muito mais do que tijolo, cimento, cerâmica, essas casas vão ser construídas por vocês.”

Tal recorte do discurso evoca o cultivo do pertencimento territorial por parte dos moradores, ocupar e construir novas formas de existência, com um novo apartamento próprio,

¹² Disponível em: <https://avozdaserra.com.br/colunas/historia-e-memoria/terra-nova-lugar-de-memoria-do-desastre-climatico-de-2011> Acesso em 30 de maio de 2022

¹³ Discurso na íntegra disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-entrega-de-unidades-habitacionais-em-nova-friburgo-rj-e-entregas-simultaneas-de-unidades-em-sao-mateus-es-em-sao-goncalo-rj-e-em-duque-de-caxias-rj-do-programa-minha-casa-minha-vida> Acesso em 30 de maio de 2022

sem aluguel, porém em um bairro recém construído do zero. Tais teias relacionais foram consolidadas? Será que esta comunidade afetada se tornou mais resiliente? Será que houve adaptação a este novo modo de vida? Quais forças criativas foram aliadas dessas famílias? Quais sentidos foram dados para este território? Quais desdobramentos se deram após receberem suas residências?

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.4.1 OBJETIVO GERAL

A partir de uma perspectiva psicossocial, que permite explorar o diálogo interdisciplinar, pretende-se investigar como os atingidos do desastre socioambiental de 2011, residentes do Conjunto Habitacional Terra Nova, constroem suas relações interpessoais e com o território que repentinamente passaram a ocupar, observando como se apropriam deste território e de que forma estes processos passam a compor seus territórios existenciais após 12 anos do dia do desastre.

1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar entrevistas com moradores do Conjunto Habitacional Terra Nova e compreender como se relacionam com o território que lhes foi dado após o desastre socioambiental na Região Serrana do Rio de Janeiro, no município Nova Friburgo – RJ em 2011;
- Identificar as formas de apropriação do território nas suas diversas modalidades (lazer, prática de atividades físicas, reunião de condomínio, grupos religiosos, entre outras);
- Buscar compreender como o bairro e o entorno também se apropriam da implementação do Terra Nova, quais dispositivos e investimentos (públicos ou privados) compõem a teia de relações no território

1.4.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Segundo Revet e Langumier (2015), um dos fatores que contribui para a justificativa e relevância deste presente estudo é compreender e acompanhar as reconfigurações sociais de acordo com a historicidade, entendendo as controvérsias técnicas, científicas e administrativas em cada desastre. Os estudos no campo dos desastres apresentam sua importância de forma comparativa. Este método busca descobrir ou elucidar problemas, de acordo com a prática de comparação com este padrão de objeto de estudo. Ou seja, cada estudo de desastres serve como

base para estudar outros eventos, visto que tem como intenção questionar cada campo com base em uma estrutura comum.

Além disso, esta pesquisa pretende colaborar com os estudos sobre psicossociologia e psicologia: emergências e desastres, campo de análise e investigação que tem crescido gradativamente. e com explícita demanda por parte dos pesquisadores da área dos estudos interdisciplinares sobre desastres para produzir mais conhecimento acerca do tema (REVET; LANGUMIER, 2015).

Ademais, a pesquisadora reside em Nova Friburgo e, como moradora, observo, por vezes, o preconceito nas falas da população local sobre os habitantes do Terra Nova, como se, passivamente, tivessem optado por serem manejados para aquele lugar. Segundo Pinheiro (2020), visto que o desastre acaba por prejudicar principalmente os grupos em maior situação de vulnerabilidade social, pode-se dizer que um evento extremo como este não é igual para todo mundo, logo, é possível perceber que o acontecimento e suas consequências se apresentam de formas diferentes para sujeitos com recursos distintos (financeiros, vínculos empregatícios, entre outros fatores determinantes).

O bairro Terra Nova tem menos de 10 anos de criação, e já tem a sua história marcada pela violência, tráfico de ilícitos, brigas entre facções criminosas, assassinatos e apreensões¹⁴ que alimentam o rechaçamento e preconceito social entre moradores de outros bairros (A VOZ DA SERRA, 2021).

Segundo o documentário de Lage (2019), a implementação do Conjunto Habitacional Terra Nova é a realização de um projeto de habitação, entretanto não foi executado um projeto de cidadania ou gestão de geração de empregos e renda ao redor da comunidade, muito menos instaurações de dispositivos de assistência social, ao que parece, as pessoas foram “colocadas” ali.

Para além do laço da pesquisadora com a cidade do objeto de estudo, a relevância por estas questões apresenta-se através da experiência com a escuta profissional em psicologia a usuários de álcool e outras drogas em atuação como psicóloga em ambulatórios de saúde mental do município. Ao atuar nesta área fui atravessada diversas vezes com falas sobre a importância do lugar, do pertencimento social e territorial para cada sujeito que trazia suas queixas pessoais (ser “cria” de determinado lugar; não abandonar as raízes; má adaptação em internações e casas

¹⁴ Tiroteios constantes têm assustado moradores do Terra Nova, disponível em: <<http://acervo.avozdaserra.com.br/noticias/tiroteios-constantestem-assustado-moradores-do-terra-nova>> Acesso em: 13 de fevereiro de 2021

de passagem; entre outros incontáveis exemplos). Para além das histórias de agravamento de quadros de depressão e abuso de substâncias a partir dos traumas da “noite da tragédia”.

Esta dissertação, intitulada "Um lugar chamado Terra Nova: Desdobramentos psicossociais e novas territorialidades após o desastre socioambiental em de 2011 em Nova Friburgo" é constituída por 5 capítulos.

O capítulo 1 “Introdução”, apresenta a dissertação com o propósito de oferecer a leitura inicial a respeito do tema do estudo, objetivos e amparos teóricos que contemplam a pesquisa, pretendendo também contribuir com outros estudos que dizem respeito aos desastres socioambientais.

No capítulo 2 “Desastres socioambientais: uma revisão para além do ‘dia do desastre’” tem como propósito apresentar os desastres como um fenômeno localizado historicamente e, para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito dos desastres, desde o primeiro registro feito em Portugal no século XVIII. A partir disso, a revisão também aborda desastres que ocorreram a partir da intervenção humana e outros que aconteceram de forma “natural”. O capítulo busca trazer registros de acontecimentos dentro e fora do Brasil.

O capítulo 3 “Resiliência, territórios existenciais e deslocamento: ferramentas de análise no contexto dos desastres socioambientais” contempla a problemática do conceito de resiliência utilizado em larga escala quando trata-se de desastres e suas respostas. Para tanto, utiliza-se o conceito de território existencial (DELEUZE; GUATTARI, 1989) para contrapor a noção neoliberal do que é apresentado como resiliência. Ademais, aborda-se a questão dos tipos de deslocamentos frente aos desastres, utilizando o diário de campo para exemplificar alguns casos específicos.

O capítulo 4 “História e conceituação da psicologia nos desastres” aborda a inserção da psicologia sobre a temática das calamidades e a historicidade do trabalho dos psicólogos, passando pelas contribuições da psicologia social, o diagnóstico de Transtorno de Estresse Pós-Traumático e seus desdobramentos que acabaram por influenciar nos estudos de emergências e desastres. Ademais, alude ao Sistema Conselhos e suas referências técnicas perante aos fenômenos extremos.

O capítulo 5 “Metodologia de pesquisa” tem por finalidade descrever a metodologia escolhida a fim de alcançar os objetivos deste estudo. Para que isso aconteça, foi adotada a postura do método cartográfico (DELEUZE; GUATTARI, 1995). A partir disso, foi realizada uma série de entrevistas com os moradores do conjunto habitacional Terra Nova e trabalhadores do posto de saúde do local. Foram entrevistadas 12 pessoas. Neste capítulo, direciona-se os recortes e desdobramentos da utilização das ferramentas de diário de campo e gravador de voz,

indicando impressões do Terra Nova, sons, e os elementos recalcitrantes (TEDESCO, 2015) do campo que são trazidos como analisadores do campo problemático, a fim emergir as composições dos modos de existência dos entrevistados e como se encontram passados 12 anos do desastre.

Tendo em vista tamanha importância do território para nós, sujeitos que vivemos em sociedade, surgem os questionamentos a respeito da problemática das perdas, não só das vidas e dos laços sociais, mas também a correlação da importância subjetiva de pertencer a um lugar e ser alocado em uma terra nova.

2. DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: UMA REVISÃO PARA ALÉM DO “DIA DO DESASTRE”

A madrugada do dia 11 de janeiro de 2011 é um marco histórico para os moradores da Região Serrana do Rio de Janeiro. Em especial, em Nova Friburgo, é uma data que evoca diversas lembranças. Em 11 de janeiro de 2016, o jornal A Voz da Serra¹⁵ fez uma reportagem questionando o número de vítimas ser fidedigno aos relatórios oficiais, e aponta no documento, um anexo com o nome de todos os mortos e desaparecidos (dados oficiais). Ou seja, 5 anos depois “daquela madrugada” as famílias ainda questionavam seus familiares supostamente desaparecidos.

Tabela 1 - Danos contabilizados nos municípios afetados na Região Serrana no "dia do desastre"

Município	Desalojados	Desabrigados	Óbitos	Total
Nova Friburgo	4.528	789	429	5.476
Cordeiro	17	26	-	43
Macuco	28	24	-	52
Bom Jardim	1.186	632	2	1.820
São Sebastião do Alto	32	75	-	107
Santa Maria Madalena	284	44	-	328
Petrópolis (Itaipava)	6.956	187	71	7.214
S José do Vale do Rio Preto	300	174	2	474
Areal	-	8	-	8
Teresópolis	9.110	6.727	392	16.229
Sumidouro	163	109	22	294
Total	22.604	8.795	918	32.317

Fonte: Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro *apud*. FREITAS, 2012, p. 1582

Os dados oficiais apontam “[...] foram 442 vidas perdidas, só em Nova Friburgo, embora acredite-se que o número de mortos chegou à casa dos milhares. Muitas vítimas não foram encontradas.” (A VOZ DA SERRA, 2021). A utilização de números e estatísticas no campo dos desastres é uma das formas de representar a realidade dos acontecimentos que visa auxiliar a compreensão da dimensão dos desastres, porém, muito escapa a estes dados, visto que neste campo de estudo, a dimensão temporal do problema reverbera para muito além do “dia do desastre” (MARCHEZINI, 2017 *apud* VALENCIO, 2012).

Enquanto a “linguagem técnica” das ciências da natureza busca explicar o que aconteceu naquela madrugada e como se deu a gravidade do evento. Percebe-se que a naturalização dos desastres, ao apontar ciclos hidrológicos como causa dos eventos catastróficos, evoca o pensamento crítico sobre a historicidade dos diversos componentes sociais e políticos dos quais

¹⁵ Disponível em: <http://acervo.avozaserra.com.br/noticias/tragedia-de-2011-o-numero-oficial-de-vitimas-e-confiavel> acesso em 02 de junho de 2022

são constituídos. Um dos fatores que evoca tal reflexão é a culpabilização a que as vítimas dos desastres são submetidas. A história de vida dos atingidos anterior ao desastre torna-se invisível, como se estas pessoas em algum momento optassem por ocupar lotes comprometidos por desejo, enquanto na realidade sabe-se que o Brasil tem problemas de urbanização com raízes profundas na historicidade, logo, estas pessoas estão com moradias fixadas em locais precários por serem onde conseguem comprar um terreno ou alugar uma casa de acordo com a renda familiar (VALENCIO, 2012).

A problemática apresenta-se de forma processual, ou seja, os estudos na área apontam que a repercussão das perdas e danos se prolongam a longo prazo. Os impactos socioeconômicos e exclusão social passam a se fazer mais presentes para tal população (MARCHEZINI, 2017). Como Pinheiro (2020) levanta, acontecimentos como este desastre em estudo não são de caráter aleatório, todo verão as chuvas que assolam a região deixam rastros semelhantes, em maior ou menor proporção.

Destarte, como apontam Valencio, Siena e Marchezine (2011), há ainda um movimento de tratar os desastres como um fenômeno a-histórico, como um “evento adverso” isolado, onde se faz importante frisar que nesse plano há uma culpabilização das vítimas, alimentando a produção social de estigmas e preconceitos com a população empobrecida. Portella e Oliveira (2017) complementam que tal discurso sobre as descontinuidades dos desastres possibilita um recorte único do desastre com determinada comunidade.

Logo, segundo Bankoff (2012), situar os desastres na história é fundamental para lidar com os riscos provocados por estes, uma vez que, para gerenciá-los, outras esferas da vida em sociedade atravessam e compõem os contextos. Dimensões políticas, sociais, econômicas e ambientais estão na natureza das vulnerabilidades, e são questões essencialmente históricas. Localizar historicamente os desastres permite que os estudos comparativos sejam mais fidedignos à realidade, para além de dados estatísticos, que sintetizam o acontecimento como um evento isolado, de causas incontroláveis.

Ademais, Bankoff (2012) apresenta que poucos estudiosos no campo dos desastres localizam o decorrer do tempo como uma unidade primária de análise para estudar os riscos envolvidos. Para Oliver-Smith (1994), os processos históricos são fundamentais para compreender a cultura e a organização social no ambiente. Sendo tal forma de ocupação do ambiente a própria determinação das vulnerabilidades sociais.

Compreende-se então que ao identificar uma vulnerabilidade urbana, trata-se da expressão de uma processualidade. E esse processo de vulnerabilização, muitas vezes, é complexo, já que é multideterminado e longo, já que se arrasta e acaba por definir o modelo de

desenvolvimento da sociedade brasileira, com um todo, desde a colônia: uma elite minoritária explorando a maioria da população. Trata-se da investigação de desastres dentro de desastres sociais em processo (PORTELA; OLIVEIRA, 2017).

Seguindo pelo viés de estudos comparativos dos desastres, Bankoff (2012) resgata registros descritivos e documentos históricos de desastres ambientais no México desde o século XV e recobra acontecimentos desde 900 AC, concluindo que furacões, secas, inundações e terremotos sempre estiveram presentes na história do país, até porque a República Mexicana está localizada em uma região altamente sísmica. As mudanças da escala dos estragos deixados pelos acontecimentos estão relacionadas ao aumento da vulnerabilidade social do contexto histórico.

Visto que, terremotos da mesma magnitude aconteceram em tempos históricos diferentes, sendo um em 1845, onde os registros apontam para 17 pessoas feridas e/ou mortas, enquanto outra ocorrência da mesma magnitude, em 1985, deixou 10.000 mortos ou feridos, segundo os relatórios oficiais. Logo, o aumento da ocupação urbana demonstra que os riscos de desastres não aumentaram, e sim que as comunidades e sociedades se tornaram mais arriscadas e vulneráveis (BANKOFF, 2012).

Contudo, as sociedades não podem se resumir a atores passivos perante os desastres. Olhar para o passado traz à tona como esses acontecimentos são processos dentro de processos, e indicam uma continuidade que se estende de épocas passadas, arrastadas para o presente e continuarão no futuro (BANKOFF, 2012). Ao fazer esse resgate ao passado, percebe-se que os desastres, apesar de todos os danos, são agentes de mudança e munem as sociedades de possibilidades de modificação nos modos de existência, de ocupação espacial e urbanização, tal qual, se mostra um dos motivos que retira os sujeitos dessa posição de passividade ao apontar que as sociedades têm sua responsabilidade pelo aumento dos danos frente aos acontecimentos ditos “naturais” (*op. cit.*, 2012).

Diferente da posição geofísica do México de alta atividade sísmica, o Brasil segue com a crença popular de ser um “país abençoado” com ausência de furacões, vulcões, terremotos extremos, entre outros desastres naturais intensos (LOPES; FIGUEIRÔA, 2020). Entretanto, o “país abençoado” tem enfrentado graves destruições em contextos de desastres, chuvas intensas, queimadas e deslizamentos de terra que têm assolado o território nacional, deixando inúmeras mortes, pessoas desaparecidas, desabrigadas, desamparadas (*op. cit.*, 2020).

Frente à sucessão de fatores de aumento da vulnerabilidade social, aumento da ocupação territorial de forma desordenada e fatores geofísicos do relevo local, a frequência em que eventos catastróficos extremos tem acontecido, junto às ações antrópicas no território,

segundo Freitas, *et. al.* (2012) tem aumentado os danos de acordo com os eventos ao longo da história.

Diante de tudo o que foi dito, é de imensa importância salientar outros desastres que ocorreram durante as últimas décadas fora da Região Serrana, além de destacar as respectivas consequências e possíveis providências de prevenção e respaldo pós desastre. Para que haja um maior entendimento a respeito do assunto, os próximos tópicos irão contemplar uma revisão da literatura acerca dos desastres ocorridos tanto dentro quanto fora do país nas últimas décadas.

2.1 OS PRIMEIROS ESTUDOS SOBRE DESASTRES

Nas últimas décadas, a situação ambiental em torno do mundo tem sido o centro das atenções tanto da mídia e população quanto dos órgãos e autoridades responsáveis pelo regulamento global. Os desastres naturais podem ter origem a partir de diversos fatores e fenômenos, como por exemplo, terremotos, tempestades, furacões, inundações, a ação da erosão, povoamento em locais inadequados, entre outras coisas.

Além da frequência e intensidade, a forma como os desastres eram encarados pelos seres humanos mudou ao longo da história, de acordo com a evolução da sociedade e também com o agravamento dos impactos causados ao meio ambiente (TOMINAGA, 2009). Como exemplo disso, pode-se citar um dos primeiros desastres socioambientais relatados no século XVIII, o grande terremoto na cidade de Lisboa.

No dia 1º de novembro de 1755, a cidade de Lisboa sofreu o que pode ser considerado até hoje como o maior terremoto já sofrido em Portugal. O desastre ocorreu na parte da manhã. Segundo relatos, por volta das 9:30. A cidade em questão, no século XVIII, possuía uma estrutura de configuração medieval, repleta de pequenas ruas recurvadas e sujas. A duração dos tremores varia de estudo para estudo, alguns especialistas estimam que foram em torno de 7 minutos, enquanto outros afirmam que podem ter chegado a 15 minutos (ALBERTI, 1988). A magnitude do terremoto atualmente foi estipulada por peritos que tenha chegado a 9 graus na escala Richter¹⁶ (a escala vai até a máxima amplitude de 10). Calcula-se que o número de mortos no desastre esteja entre 10 e 50 mil pessoas. O desastre contou com 3 elementos de destruição: Terra, fogo e água.

Segundos após o término dos primeiros tremores, relatos contam que as casas e construções começaram a desmoronar e, conseqüentemente, vítimas ainda vivas tentavam se desvencilhar em meio aos montes de terra e poeira. Os que sobreviveram, tentaram se abrigar

¹⁶ É uma escala utilizada para medir e quantificar a magnitude de movimentos sísmicos. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/terremoto.htm>. Acesso em: 20/11/2022.

em outras estruturas que ainda permaneciam de pé. Há ainda os que tentaram se abrigar às margens do rio Tejo (PEDEGACHE, 1756). Por outro lado, com os abalos tectônicos, o já citado rio transbordou juntamente com as águas do mar provocando ondas enormes as quais arrastaram pessoas próximas, assim como, os próprios destroços dos edifícios colapsados.

A maior parte daqueles que tinham ido buscar um abrigo nas margens do rio, foram levados pelas ondas, eu vi que tinha alguém que cuidava de socorrê-los. Muitos daqueles que haviam desaparecido dos barcos emergiram. E o Tejo se converteu, em breves instantes, entre os fluxos e refluxos em um horroroso cemitério de cadáveres (PEDEGACHE, 1756, p.4).

Enquanto algumas partes da cidade sucumbiam à terrível enchente, havia ainda outro elemento devastador, o fogo. Algumas estruturas demolidas pelos tremores, iniciaram um grande incêndio em meio aos escombros, culminando no fim da tentativa de escape de alguns possíveis sobreviventes.

Diante de todo o impacto do terremoto, houve uma mudança na forma de pensar, mesmo que naquela época, a respeito dos desastres. 1755 foi responsável pela primeira exploração de estudos da sismologia, além disso, a opinião de populares era diversificada. Uma parte da população enxergava o desastre como uma espécie de castigo divino (Figura 8).

Figura 8: Terremoto em Lisboa (1755), pintura de João Glama (1708-1892)



Fonte: Revista eletrônica BBC. ¹⁷

¹⁷ Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-624536669. Acesso em: 22/11/2022.

O Padre Gabriel Malagrida confeccionou e distribuiu um panfleto definindo que o terremoto foi um castigo de Deus, alegando que a população portuguesa, particularmente os que moravam em Lisboa, deveria repensar o seu modo de vida (FURLAN, 2018). O sacerdote acabou sendo denunciado, em seu inquérito foi declarado culpado por heresia e queimado em uma fogueira. Por outro lado, alguns habitantes ficaram incrédulos pois uma das vítimas foi Thomázia de Jesus, descrita como serva de Deus e até mesmo conhecida como uma figura santificada pelos moradores da cidade (FLECK; TAVARES, 2015).

Perante o exposto, como consequência das variadas interpretações e tentativas de explicações a respeito do terremoto, a corte portuguesa lançou uma nota atribuindo o desastre como uma catástrofe natural, desvinculando toda e qualquer ligação religiosa ao acontecido, além de implementar algumas políticas públicas a respeito de possíveis novos desastres. Este processo, alinhado com o começo dos estudos sobre sismologia, deu início à mudança de opinião sobre os desastres ambientais. Em suma, o terremoto de Lisboa desloca a explicação pelo mal e coloca em evidência as interações entre natureza e sociedade.

Nesse contexto, avançando ao século XIX, a responsabilidade humana começa a tomar frente na contextualização dos desastres. Os governos nacionais começaram a publicar quantidades abundantes de dados estatísticos sobre as características vitais da população. Esse fator possibilitou a criação de um padrão de políticas de risco coletivos relativas a futuros desastres naturais (PINHEIRO, 2020).

2.2 DESASTRES COM CAUSAS NATURAIS X DESASTRES CAUSADOS PELO HOMEM

Como abordado anteriormente, os desastres foram encarados pela humanidade de forma diferente dependendo do contexto social e histórico. A passagem da responsabilidade divina para a responsabilidade da natureza foi exposta a partir do século XVIII e, com isso, também aconteceu a consciência humana para os desastres que não são possíveis de evitar, como terremotos, tempestades, furacões, entre outros fatores naturais. Entretanto, ainda neste contexto, alguns desastres foram provocados pela ação humana.

A sociedade exerceu um papel de grande avanço no ambiente, a fim de garantir o máximo aproveitamento dos recursos que a natureza possa oferecer, a partir disso, a modificação dos recursos foi uma forma de garantir a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, a exploração demasiada ou indevida desses recursos causou impactos negativos e talvez até irreversíveis na natureza. O presente tópico tem como objetivo explorar e refletir sobre os

desastres que aconteceram no século XX de forma natural e os que foram provocados pelos humanos.

Em 1945, com o cenário se encaminhando para o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América, diante da negativa japonesa de rendição de acordo com os termos estipulados na Declaração de Postdam¹⁸, lançou no dia 6 de agosto a bomba nuclear apelidada de “Little Boy” na cidade de Hiroshima, e em seguida, 3 dias após o primeiro lançamento, executaram a segunda bomba de nome “Fat Boy” na cidade de Nagasaki. As bombas em questão começaram a ser confeccionadas a partir da colaboração entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá no projeto chamado Manhattan. A duração do desenvolvimento do projeto se deu de 1942 a 1946 com a participação de diversos laboratórios americanos (OKUNO, 2015).

A destruição causada pelas bombas foi devastadora, as plantações e animais atingidos em um raio de 1 quilômetro do centro da explosão morreram. No total, dos 350 mil habitantes da cidade de Hiroshima, cerca de 140 mil morreram, já na cidade de Nagasaki, foram cerca de 49 mil pessoas mortas. A pessoa mais próxima do epicentro da explosão foi vaporizada e outras 80 mil morreram instantaneamente durante a explosão, deixando apenas o rastro de suas sombras incineradas na parede ou pereceram dias depois. As ondas de calor desencadeadas pela bomba queimaram tudo o encontravam em um raio de 3,7 quilômetros da detonação, a duração dos incêndios permaneceu por cerca de 6 dias (NAKAGAWA, 2015).

Além da destruição pela explosão ou incêndio, ainda houve a ação do material radioativo contido nas bombas. A nuvem de fumaça em formato de cogumelo provocada pela explosão (figura 9) desencadeou em uma grande precipitação conhecida como “chuva negra”. O fenômeno foi denominado dessa forma pela coloração das suas gotas, uma mistura negra da poeira acumulada na nuvem junto com o material radioativo disseminado pelas bombas. Relatos de sobreviventes contam que pessoas que sobreviveram ao impacto das explosões, e foram atingidas pelas gotas da chuva, morreram pouco tempo depois devido à exposição excessiva à radiação (NAKAGAWA, 2015).

¹⁸ A Declaração de Potsdam ou a Proclamação Definindo os Termos da Rendição Japonesa foi uma declaração que exigia a rendição de todas as forças armadas japonesas durante a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1945_15568.pdf. Acesso em 15/11/2022.

Figura 9: Nuvens em formato de cogumelo em Hiroshima e Nagasaki

Fonte: O Globo.¹⁹

As consequências da radiação emanada pelas bombas permaneceram por alguns anos na população das cidades. Estima-se que com o tempo algumas pessoas da região desenvolveram cataratas e tumores malignos, além disso, cinco anos após os ataques, houve um grande aumento do número de casos de leucemia nas duas cidades atingidas. Dez anos após o desastre, a taxa de incidência de câncer de tireoide, mama e pulmão entre os sobreviventes era mais alta do que a do resto da população (BBC, 2020)²⁰.

Como consequência das ações das bombas, em 1947 foi criada a *Atomic Bomb Casualty Commission* ou ABCC (Comissão de Acidente de Bomba Atômica), a qual foi estabelecida na cidade de Hiroshima e posteriormente em 1948 na cidade de Nagasaki. A comissão tem como princípio os estudos epidemiológicos e genéticos dos efeitos tardios entre sobreviventes das bombas atômicas (OKUNO, 2015).

O caso das bombas não foi isolado no quesito de desastres causados pelos humanos, ainda que sem o propósito letal, outros episódios foram relatados durante o século XX. Um dos mais conhecidos por ter deixado efeitos colaterais na população e região até hoje foi o acidente na usina nuclear de Chernobyl. A construção da usina foi projetada a fim de beneficiar

¹⁹ Disponível em: www.oglobo.globo.com/mundo/cinco-perguntas-respostas-sobre-os-ataques-hiroshima-nagasaki-19383279. Acesso em: 22/11/2022.

²⁰ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-a05a8804-1912-4654-ae8a-27a56f1c2b8a>. Acesso em: 22/11/2022.

geograficamente a União Soviética, além de fornecer energia para as cidades industriais próximas. Motivada pela Guerra Fria contra os Estados Unidos da América e também pela detonação das bombas atômicas no Japão, a União Soviética investiu em seu programa nuclear e, para isso, era de extrema importância a produção em larga escala dos elementos químicos derivados das usinas (SUGUIMOTO; CASTILHO, 2014).

Localizada na cidade de Pripjat, a cerca de 20 quilômetros da cidade de Chernobyl, a usina era responsável por produzir aproximadamente 10% de toda energia elétrica consumida pela Ucrânia. O desastre aconteceu à 1h e 23min da manhã no dia 25 de abril de 1986. O exato acidente ocorreu no reator 4 da usina de Chernobyl e o resultado disso foi falha humana, pois na ocasião, os funcionários responsáveis pelo reator não cumpriram uma série de itens dos protocolos de segurança (HAWKES, *et. al.*, 1986).

A partir do pedido do comitê estatal para o uso da energia atômica e para cumprir a manutenção do reator número 4, a ocasião foi aproveitada para realizar um teste a respeito da capacidade de refrigeração na ausência de energia elétrica. O teste foi um fracasso originado a partir de diversas falhas dos funcionários, resultando na explosão de vapor que rompeu o teto da instalação e liberou inúmeros materiais radioativos para fora da usina (figura 10). O reator liberou radioatividade descontroladamente por cerca de 8 meses até a construção de uma fundição que pudesse conter o material radioativo emanado. Estima-se que o número de vítimas ultrapasse as duas mil mortes, entretanto, o governo soviético anunciava somente duas mortes, aumentando posteriormente o número para 59 pessoas (SUGUIMOTO; CASTILHO, 2014).

Figura 10: Acidente na usina de Chernobyl.



Fonte: CNN Brasil²¹

No dia 28 de abril, em uma distância de 1600 quilômetros da usina, a nuvem radioativa chegou à Suécia, e com isso, os suecos procuravam a fonte da irradiação química enquanto o governo soviético se recusava a dar informações. Quatro dias após a contaminação, satélites dos Estados Unidos da América obtiveram fotos que indicavam a contaminação na usina de Chernobyl (SOUZA *et. al.*, 2014).

O desastre gerou um grande vazamento radioativo que se comparado à explosão nuclear de Hiroshima, foi possível medir centenas de vezes mais matéria radioativa liberada no ambiente.

Médicos e geneticistas nos falaram longamente sobre os efeitos das doses fracas de radioatividade em dezenas de milhões de pessoas que vivem, bebem, se alimentam e se reproduzem em um meio contaminado: tumores cancerígenos, cardiopatias, fadigas crônicas, doenças inéditas e sentimento de desamparo afetam uma população imensa, e, no meio dessa, sobretudo crianças e jovens. E temem-se efeitos irreversíveis sobre o genoma humano (DUPUY, 2007, p.244).

Estima-se que cerca de 270 mil pessoas tenham sido afetadas de alguma forma pelo desastre da usina, além disso, o desastre contribuiu para o fim da União Soviética, devido aos impactos financeiros causados a partir do acidente. Cientistas calculam que a região de Chernobyl deverá ficar inabitável pelos próximos vinte mil anos até que volte a ser segura para que humanos regressem e possam habitar a chamada “zona de exclusão”.

Diante do que foi apresentado até o momento, foram destacados fenômenos causados pelos humanos que culminaram em grandes desastres, entretanto, nem todos os desastres que impactaram países e o mundo foram provocados pela ação do homem. Podemos citar como exemplo de um fenômeno da natureza que resultou em um dos maiores desastres naturais já vistos nos últimos 200 anos, na Indonésia.

No dia 26 de dezembro de 2004, por volta das 8h da manhã do horário local, um terremoto aconteceu na costa oeste da ilha de Sumatra, localizada na Indonésia. A magnitude do sismo alcançou uma grandeza de 9,1 graus na escala Richter. Como consequência do abalo sísmico, uma série de ondas gigantes, com velocidade de até 80 km/h e altura estimada em 10 metros, destruiu a costa de oito países do leste asiático: Indonésia, Tailândia, Sri-Lanka, Maldivas, Bangladesh, Mianmar, Malásia e Índia. Além desses países, ainda houve impacto em algumas localidades da África oriental. A figura 11 retrata a destruição em um dos locais mais castigados pela catástrofe, na região de Aceh, na Indonésia.

²¹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/chernobyl-o-que-explica-o-interesse-da-russia-no-local-do-maior-desastre-nuclear-da-historia>. Acesso em: 22/11/2022.

Figura 11: Terremoto na Indonésia



Fonte: BBC ²²

Estima-se que mais de 120.000 pessoas morreram na Indonésia como resultado do terremoto e subsequente tsunami. 41.000 morreram no Sri Lanka, 10.000 na Índia, 5.000 na Tailândia, 120 na Somália, 90 na Mianmar, 66 na Malásia, 46 nas Ilhas Maldivas, 10 na Tanzânia, 2 em Bangladesh, 1 em Seychelles e 1 no Quênia. Esse número poderia aumentar à medida que continuassem com o trabalho de resgate e limpeza na zona (ESTRADA; FARBIARZ, 2005).

Apesar de ter uma força que o homem não pode controlar, tais eventos culminaram em reuniões articuladas pela ONU a fim de tratar as possíveis situações de emergência diante de desastres naturais. Como por exemplo em 2005, na Conferência Internacional de Kobe, a qual foi organizada para mobilizar apoio e fundos com a finalidade de mapear as zonas de perigo e adotar estratégias visando diminuir o impacto e o tempo de resposta dos desastres (PINHEIRO, 2020).

Por outro lado, mesmo diante da tentativa das nações de prever e tratar os desastres “naturais” com mais rapidez e eficiência, em 2011 outro evento extremo abalou o mundo, dessa vez, elementos da natureza culminaram em outro desastre em uma usina nuclear.

No dia 11 de março de 2011, um enorme terremoto com 9 graus na escala Richter abalou a cidade de Sendai no Japão, o impacto foi tão grande que chegou a empurrar a maior das ilhas japonesas (Ilha de Honshu) a 2,4 metros para o leste. Seguido por uma sucessão de tremores secundários, foi o maior terremoto registrado na história japonesa, e o subsequente massivo tsunami, que atingiu a área logo após os sismos, causaram enormes prejuízos ao longo do Costa

²² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55926800>. Acesso em: 23/11/2022.

do Pacífico do nordeste do Japão, incluindo a área ao redor do Complexo Nuclear de Fukushima (QUEZADA, 2011).

O terremoto seguido de tsunami culminou em 15.853 mortos e 3.282 desaparecidos, a maioria devido à enchente causada pelo avanço do mar. A região com mais vítimas fatais foi a de Miyagi. Pouco tempo depois do tsunami, o governo japonês teria que lidar com uma nova preocupação, as duas usinas nucleares no leste do país, as quais se localizavam próximas ao epicentro do terremoto: A usina de Onagawa, na província de Miyagi, e a de Fukushima Daiishi, na província de Fukushima.

Onagawa era a usina mais próxima do epicentro do terremoto, o evento resultou em um incêndio no salão de turbinas, contudo, essa área era afastada do reator e o fogo foi rapidamente apagado. A usina era protegida por um muro de 14 metros de altura e construída na parte mais alta do terreno, fazendo com que a estrutura do prédio não sofresse muitos abalos com o tsunami. Já em Fukushima, a situação seria bem mais grave.

Dos quatro reatores da usina de Fukushima, três operavam no dia 11. A partir da ação do terremoto, o funcionamento do sistema de segurança fez com que as três unidades se desligassem automaticamente. O abalo danificou as seis linhas de transmissão de energia que alimentavam a usina, fazendo com que os geradores fossem ativados a fim de resfriar os reatores. A usina foi atingida por uma primeira grande onda do tsunami, seguida por outra minutos depois. As ondas chegaram a 15 metros de altura, entretanto, Fukushima possuía uma muralha construída em sua volta de 10 metros e, com isso, as águas alagaram o subsolo do prédio, local onde se encontravam os geradores (FURUSAWA; INUKAI, 2019). Com o alagamento, os geradores de energia pararam de funcionar e conseqüentemente, o resfriamento dos três reatores.

Na noite do mesmo dia, foi decretado o estado de emergência nuclear e a evacuação dos moradores das regiões próximas da usina em um raio de 20 quilômetros. No dia seguinte, diante da tentativa de resfriar os reatores, aconteceu uma enorme explosão na unidade 1 do reator (Figura 12). Com o passar dos dias, tanto o vapor radioativo foi liberado para a atmosfera quanto a água radioativa vazou para o Oceano.

Figura 12: Explosão da Usina de Fukushima



Fonte: BBC²³

O dano que os desastres naturais causaram ao complexo resultaram em vazamentos de radiação, o que levantou sérias preocupações sobre a saúde dos seres humanos e animais, incluindo animais de fazenda, em toda a área. Houve danos graves aos itens essenciais como a infraestrutura do transporte e redes de comunicação. Os governos locais não podiam funcionar corretamente, não apenas porque os prédios de escritórios foram destruídos, mas também porque vários funcionários do governo perderam suas vidas (FURUSAWA; INUKAI, 2019).

O governo japonês teve que esclarecer a prioridade mais alta e decidir as melhores medidas sob as circunstâncias, com informações muito limitadas, a primeira prioridade do Ministério da Agricultura, Florestas e Pescas era garantir a segurança dos produtos pecuários e de saúde animal de fazenda, especialmente considerando a possibilidade de contaminação radioativa de alimentos para animais. Esses esforços eram do interesse da pecuária japonesa, mas também impactou os seres humanos, outros animais e o meio ambiente (QUEZADA, 2011).

O Japão, além dos dois desastres (terremoto e tsunami), sofreu a maior catástrofe nuclear de sua história. Em Fukushima, o tsunami danificou três dos seis reatores em sua usina nuclear, causando uma devastação de dimensões incertas. Até vários meses após o evento, ainda não era possível entrar na usina nuclear ou normalizar a situação. Existia uma zona de exclusão de mais de 30 quilômetros ao redor de onde ninguém podia entrar. Pior ainda, toda atividade humana e

²³ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55943220>. Acesso em: 19/11/2022.

produtiva em todo aquele perímetro e suas adjacências foi proibida indefinidamente (FURUSAWA; INUKAI, 2019).

O Japão antes do terremoto de 11 de março era considerado o mais avançado em prevenção, defesa e educação para catástrofes. Além disso, tinha a maior rede de vigilância de terremotos e um alerta precoce de tsunamis. Até a época, o desastre mostrou que a tecnologia não era suficiente para prever os efeitos da natureza, apesar de conseguir reduzir parcialmente os danos.

A partir dos acontecimentos de 2011, o Japão ampliou a prevenção contra os tsunamis. Os grandes muros erguidos em volta da costa passaram a ter 13 metros de altura ao invés de 5. Alguns centros de cidades que foram muito atingidos pelo tsunami foram reconstruídos com um enorme aterro a fim de elevar a estrutura e tornar a área mais segura contra possíveis próximos desastres causados por ondas gigantes.

Diante de tudo o que foi exposto neste tópico, buscou-se vislumbrar alguns eventos extremos que aconteceram no mundo nos últimos 100 anos, entretanto, para dar continuidade a esta revisão a respeito das catástrofes, o próximo capítulo contempla uma breve explanação sobre os principais desastres acontecidos no Brasil.

2.3 DESASTRES NO BRASIL

Assim como visto ao redor do mundo, grandes desastres ambientais aconteceram e chocaram a população, seja pela destruição da fauna, flora ou mesmo de vidas humanas, essas catástrofes podem ter sido provocadas por ação humana ou não. No caso do Brasil, em sua geologia, não há registros de grandes terremotos seguidos por tsunamis, entretanto, isso não absteve a nossa população de sofrer desastres socioambientais. O presente tópico contempla alguns casos que repercutiram bastante na história das catástrofes do país.

Apesar de não possuir grandes usinas nucleares como em outros países, o Brasil também sofreu um desastre radioativo. O evento ficou conhecido como Césio 137. No dia 13 de setembro de 1987, na cidade de Goiânia, um aparelho de radioterapia foi encontrado por catadores de lixo em um terreno abandonado, onde ficava localizado o extinto Instituto Goiano de Radioterapia. O estabelecimento, por sua vez, mudou de localização tempos antes, deixando abandonado os mobiliários e aparelhos radiológicos. Entre eles, havia um aparelho contendo uma cápsula de césio-137²⁴ em seu interior (VIEIRA, 2014).

²⁴ O césio-137 não existe na natureza, o mesmo é proveniente do urânio, caracterizado como um metal muito tóxico e radioativo que emite raios alfa. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/cesio137goiania>. Acesso em: 21/11/2022.

Os catadores venderam o aparelho a um ferro velho, o responsável pelo lugar abriu o equipamento com golpes de marreta. Após desmontar, o dono do estabelecimento encontrou uma cápsula contendo uma espécie de pó que brilhava na cor azul. Por ter achado bonita a cor que emanava das pedras, o proprietário da casa de desmanche resolveu levar para sua residência, e com isso, passou a divulgar e distribuir pequenos fragmentos do pó contido na cápsula entre amigos e vizinhos. Como resultado, a substância tóxica e radioativa passou a circular silenciosamente por três bairros da região central de Goiânia (POZZETTI; GOMES, 2018).

Pessoas que tiveram contato com o fragmento apresentaram sintomas típicos de quem foi infectado por material radioativo: vômito, diarreia, tontura, náusea, queimaduras na pele. Entretanto, a descoberta da presença do césio-137 só aconteceu após a esposa do dono do ferro velho levar parte do material para a vigilância sanitária, que, após análises apontou o material como radioativo. Com a descoberta da agência de vigilância sanitária, a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, assim como a Comissão Nacional de Energia Nuclear foram alertados sobre o caso e o processo de triagem para as pessoas infectadas foi iniciado. Parte do processo sobre o caso foi o de descontaminar a população, controlar a disseminação em novas pessoas e tratar os indivíduos infectados com a radiação, conforme ilustrado na figura 13 (SCHUMANN; BERWIG, 2019).

Figura 13: Ações durante o acidente com o césio-137



Fonte: Jornal da USP²⁵

²⁵ Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/atualidade22-9-30-anos-apos-cesio-brasil-ainda-nao-sabe-o-que-fazer-com-material-radioativo>. Acesso em: 22/11/2022.

Um dos fatos mais notórios sobre o acidente foi relatado na residência de Ivo Alves Ferreira, o qual levou partes de césio-137 para casa e deixou sua filha de 6 anos brincar e ingerir fragmentos da substância radioativa. A criança veio a óbito meses depois. Também pode-se citar o caso do corpo de bombeiros que foi até o centro de Vigilância Sanitária de Goiânia para verificar o cilindro contendo parte dos fragmentos de césio e quase o descartou no Rio Meia-Ponte. O desastre maior foi evitado pois um físico chegou ao local e impediu os bombeiros de realizarem o ato (BUIFÁÇAL, 2012).

Ao total, foram 4 vítimas fatais contabilizadas na época e mais de 800 pessoas afetadas pelo desastre. Os donos da antiga clínica radiológica foram condenados a três anos de prisão, posteriormente convertidos em prestações de serviços comunitários.

Ao mesmo tempo que alguns desastres aconteceram exclusivamente por erro humano, algumas outras vezes uma crise ou falha no sistema econômico e governamental pode acabar contribuindo para que um evento extremo aconteça. O exemplo disso aconteceu no Brasil em 2019 com o rompimento da barragem de Brumadinho.

Na tentativa de se recuperar de uma crise financeira e política que assolava o país desde meados de 2014, algumas instituições governamentais se encontravam desestabilizadas, ocasionou uma grande fragilidade nos órgãos fiscais, principalmente os do setor do meio ambiente. Especialistas da área declararam que uma estrutura deficiente dos órgãos que fiscalizam poderia culminar em um aumento da impunidade e estimular a busca por brechas na regulação²⁶. No estado de Minas Gerais, a crise financeira fez com que cerca de 40% dos servidores responsáveis pela fiscalização de mineradoras fossem se aposentar e não havia qualquer previsão de novos concursos para suprir os funcionários de saída. A partir disso, algumas vistorias a respeito das barragens deixaram de ser feitas e as estruturas corriam risco de abalos.

No dia 25 de janeiro de 2019, às 12h e 28 minutos, a barragem da mina do Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho se rompeu, resultando em enormes ondas de lama e rejeitos de mineração, em direção à cidade, avançando em direção às árvores, casas, animais e pessoas (Figura 14). As sirenes que avisavam sobre qualquer tipo de problema relacionado às barragens, deveriam ter sido acionadas para alertar a população, entretanto, nenhuma delas funcionou. Apesar de não conseguir impedir a morte dos trabalhadores da mineradora, o alerta poderia ter salvo a vida de algumas pessoas que moravam nas cidades, ou pelo menos ter dado mais tempo para o refúgio. O evento acabou ocasionando um grande número de vítimas fatais, feridos e

²⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/empresas-envolvidas-em-desastres-ambientais-quitaram-so-34-de-785-milhoes-em-multas-22657874>. Acesso em: 23/11/2022.

desaparecidos. Foi o segundo maior desastre dos últimos anos e também o segundo acontecido por uma barragem controlada pela empresa Vale S.A (COSTA, *et al.* 2020).

Figura 14: Desastre de Brumadinho



Fonte: CNN Brasil ²⁷

No total, 22 municípios foram atingidos pelo desastre, impactando não somente a vida de pessoas como também o ecossistema local. A lama e rejeitos mataram milhões de peixes e reduziu as populações anfíbias, provocando o aumento no número de mosquitos (como os da dengue, zika, Chikungunya, etc), aranhas, carrapatos e outros insetos (DUPIN; PEREIRA, 2022).

O impacto do evento extremo ainda prejudicou o sistema de abastecimento público de água, o funcionamento da ferrovia, já que além de soterrar 3 locomotivas e 132 vagões, ainda contou com o desaparecimento de 4 funcionários que trabalhavam no local no momento do desastre.

Apesar da multa milionária aplicada pelo governo, a Vale conseguiu recompor o seu antigo valor de mercado em aproximadamente um ano. Além disso, a empresa briga judicialmente para não indenizar parte dos funcionários que tiveram as vidas perdidas na tragédia, além de outras pessoas que moravam nos arredores.

Além da intensidade dos fenômenos naturais, o acelerado processo de urbanização verificado nas últimas décadas, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, levou ao

²⁷ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brumadinho-tragedia-faz-2-anos-sem-barragens-desativadas-e-com-disputa-juridica>. Acesso em: 22/11/2022.

crescimento das cidades, muitas vezes em áreas impróprias à ocupação, aumentando as situações de perigo e de risco a desastres naturais.

Com o passar dos anos, a cada “evento adverso” tem deixado mais mortos, mais desabrigados, mais prejuízos materiais e em vidas. Freitas, *et. al.* (2012, p. 1583) também apontam para a questão financeira envolvida na gestão de riscos e desastres a nível municipal e completa: “[...] estudo realizado pela Confederação Nacional de Municípios revela que entre 2004 e 2009, os gastos com respostas aos desastres foram da ordem de 1,9 bilhões de reais, enquanto os com prevenção e preparação foram correspondentes a 145 milhões de reais.”.

Para além disso, o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011 evidenciou grandes falhas nos processos de urbanização e apropriação do território, ainda segundo Freitas, *et. al.* (2012, p. 1582), o Ministério da Saúde realizou um levantamento nos municípios de Nova Friburgo, Bom Jardim, São José do Vale do Rio Preto e Sumidouro, e entre os 43 estabelecimentos e dispositivos de saúde, 35 unidades (81%) estavam localizadas em áreas de risco e ameaças naturais.

As falhas estruturais de ocupação, vulnerabilidades institucionais e organizacionais que não são corrigidas a cada desastre abrem espaço para que o discurso seja de “capacitação” da população frente a tais eventos. A governança se ausenta de auxiliar na diminuição das vulnerabilidades, não investe na gestão de riscos e desastres, logo, cabe às comunidades desenvolverem sua capacidade de resiliência. Pelo menos, este é o termo empregado na literatura internacional nos estudos dos desastres frente às diretrizes do “papel da sociedade” frente aos eventos intensos (RENET, 2020).

Porém, na prática, como uma comunidade desenvolve resiliência? É sobre “saber ser forte?” Já que a máquina de produção de vulnerabilidades sociais não é reformada, cada sociedade é responsável por uma resposta eficaz com apenas com recursos subjetivos? No próximo capítulo pretende-se abordar um pouco mais sobre essa suposta habilidade comunitária de recuperação.

3.RESILIÊNCIA, TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS E DESLOCAMENTO: FERRAMENTAS DE ANÁLISE NO CONTEXTO DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Segundo Portella e Oliveira (2016), o termo “resiliência” é uma prática importante a se desenvolver para que determinada população que ainda reside em áreas de risco possa se fortalecer. Também aparece como um conceito importante nos estudos dos desastres e na literatura da Gestão do Risco de Desastre (GRD) que tem como sua principal característica a prevenção de acordo com as vulnerabilidades encontradas no território.

Porém, segundo Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011), existe mais de uma interpretação deste conceito. Inicialmente, entre falantes da língua anglo-saxã na década de 1970 e 1980, o termo resiliência era dado ao “[...] fenômeno das pessoas que permaneciam saudáveis apesar de expostas a severas adversidades” (*op. cit.*, 2011, p. 263).

Entretanto, três correntes epistemológicas divergiam sobre o termo. A corrente norte-americana, pragmática e experimental, entende a resiliência como algo que surge como produto do homem com o meio em que vive. Já na visão europeia, com certos traços psicanalíticos de compreensão de mundo, apresenta que a resiliência seria tecida a partir da própria dinâmica da *psiqué* do sujeito, um diálogo interno entre as narrativas íntimas e de interpretação externa da própria vida. Já a corrente latino-americana apresenta traços comunitários, com foco no “social como resposta aos problemas do sujeito em meio as adversidades” (BRANDÃO; MAHFOUD; GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011, p. 263).

No mais, ainda de acordo com Brandão; Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011), o termo resiliência teria sido emprestado das ciências exatas, no que diz respeito à resistência dos materiais. Na concepção brasileira, entende-se a resiliência como resistência ao estresse, ou também associada a um determinado processo de recuperação e superação a abalos emocionais causados pelo estresse.

Brandão; Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) complementam ao apontar que há um consenso na literatura brasileira sobre a origem do termo resiliência que foi de fato importado da física, logo, autores da psicologia entre outros pesquisadores buscaram nas ciências naturais compreender o que se entende por este termo, todavia, vale ressaltar que tal assunto não se estenderá por este trabalho, porém faz-se relevante abordar certos aspectos.

Como dito anteriormente, nas ciências naturais, o termo “resiliência” condiz com os estudos sobre resistência dos materiais, Timoshenko (1953) *apud* Brandão; Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011), levantam a obra de Thomas Young (1807), onde a noção de medida de elasticidade foi assimilada pela primeira vez. Tal obra discute sobre fragmentações

de corpos elásticos produzidas por impacto, sendo este corpo capaz de voltar à forma original quando o agente deformador sai de cena.

A noção de resiliência utilizada na psicologia diverge do que é entendido pela física, uma vez que, no campo psi, entende-se consensualmente que resiliência é a capacidade de se recuperar de abalos sofridos, ou também, de se abalar, porém, retornar ao que era antes do abalo. Contudo, tal definição da física mais se assemelha ao conceito de elasticidade do que propriamente ao de resiliência, afinal, a elasticidade é a particularidade dos corpos de se deformar e retornar à sua forma original, após cessar ou interromper a causa de tal deformação (PINTO, 2002 *apud* BRANDÃO; MAHFOUD & GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011).

A resiliência, no caso, estaria na absorção da energia do impacto que não permite que o corpo se rompa após a distorção. Logo, ao utilizar o conceito de “resiliência” no contexto das ciências humanas e sociais, verificar-se-ia o quanto os sujeitos seriam capazes de sustentar a pressão, ou estresse, antes de apresentarem quadros psicopatológicos irreversíveis (BRANDÃO; MAHFOUD & GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011).

Contudo, Freitas, *et. al.*, (2012) trabalham o conceito de “resiliência” no contexto de emergências e desastres e apresentam a resiliência como uma “habilidade a ser desenvolvida” pela população atingida, principalmente moradores que ainda residem em locais de risco.

Isto envolve um conjunto de estratégias para a construção da resiliência que tornem as sociedades e as comunidades aptas a desenvolverem as habilidades de responder adequadamente aos eventos, monitorá-los, antecipá-los e aprender com os mesmos, fortalecendo sua capacidade de adaptação após os desastres, mantendo um nível aceitável de funcionamento e estrutura para restabelecer-se, recuperar-se e reconstituir-se, não só retornando a normalidade de sua vida “cotidiana”, como também em condições ainda mais sustentáveis e seguras do que as anteriormente existente (FREITAS *et. al.*, 2012, p. 1584).

Este modelo equipara a capacidade de diversos sistemas, organizações e pessoas como um conjunto e interaja de forma eficaz para saber lidar com os desastres que são iminentes na Região Serrana. Devido à exploração de madeiras, combinação de montanhas, muitos rios, e ainda um subsolo composto de rochas e terra, apresenta ainda implantações de florestas com plantas exóticas com intenção de industrializá-las, aumentaram a ocorrência dos deslizamentos na região, eis que esse conjunto aparece sob o pseudônimo de “desastre anunciado” (FREITAS, *et. al.*, 2012, p. 1582).

Segundo Freitas *et. al.* (2012), tal resiliência é tomada como uma capacidade que envolve mudanças de padrões, desde modos de existência e padrões cognitivos (op. cit., 2012), inclui-se as formas de interpretar o mundo, a realidade e os acontecimentos.

Segundo a Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (UNISDR, 2009, p. 28), a resiliência é tomada como “capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a um desastre em resistir, absorver, adaptar e se recuperar de seus efeitos de modo oportuno e eficaz, o que inclui a preservação e restauração de suas estruturas e funções básicas”.

Mesmo Freitas; *et. al.* (2012, p. 1582) ao apontar que houve 657 deslizamentos em apenas uma localidade em Nova Friburgo na madrugada do dia 11 de janeiro de 2011, e sugerem que a resiliência se trata de um “saber enfrentar”, desenvolver um “saber aguentar”, diante desta colocação, ignora-se a pluralidade de sentidos de cada atingido e suas respostas subjetivas frente aos desastres. Logo este trabalho tece uma crítica a essa colocação de “desenvolver habilidade de resiliência” visto que a subjetividade dos atingidos parece ser tomada como um padrão, como uma comunidade homogênea. A alteridade nas formas de perceber o mundo não se fazem presentes quando o discurso gira em torno de aprimorar a capacidade de resiliência.

Figura 15: Bairro Córrego D'antas, Nova Friburgo - RJ



Foto: Marino Azevedo/Governo do Estado RJ, disponível em G1 (2015)²⁸

²⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2015/08/entidades-apontam-subnotificacao-de-vitimas-da-tragedia-de-2011-na-serra.html> acesso em 05 de junho de 2022

Portanto, faz-se necessário utilizar outro conceito que aborda a dimensão psicossocial dos atingidos, visto que o campo de estudo dos desastres e emergências tende a reduzir a comunidade como uma realidade única passível de evocar a mesma resposta frente ao desastre. Logo, tanto na definição de Brandão, Mahfoud e Gianordoli-Nascimento (2011) quanto em Freitas *et. al.* (2012), e também em Oliveira e Portella (2017), estes últimos que tomam a resiliência como uma forma de aprender a se prevenir no contexto dos desastres, possivelmente, aproxima-se à ideia de habilidade proposta por Freitas *et. al.* (2012).

Sandrine Revet (2020) traz um levantamento crítico à menção de resiliência em contextos de desastres, e complementa ao dizer que existem três eixos principais de críticas no qual tal terminologia é aplicada: uma delas se baseia a uma visão homeostática, ou seja, a busca pela estabilização de um sistema ou um “retorno à normalidade” após o desastre. Porém, os estudiosos da área apontam que se torna inviável o retorno ao normal, visto que, a vulnerabilidade das comunidades é concebida como grande causadora dos danos produzidos, por isso, é necessário superar o estado anterior, logo há a necessidade que a resiliência ali torne a comunidade mais forte e menos vulnerável.

Outro eixo se baseia na lógica neoliberal (GAILLARD, 2010 *apud* REVET, 2020) essa se assemelha à noção de adaptação, onde cada grupo atingido deve ser responsável por sua própria superação e aprenda a resistir a choques e abalos que inevitavelmente irão ocorrer de forma recorrentes, a fim de manter a estabilidade do sistema com baixos custos, visto que a adaptação das condições de vida tem se configurado cada vez mais precária e instável, características do capitalismo neoliberal. *Do it yourself*, ou melhor, “faça você mesmo”.

E o terceiro eixo, ainda segundo Revet (2020), há um grupo de autores que criticam a resiliência por ser um conceito reativo, esta noção deve ser revisada para que funcione no período de prevenção, e também se tornar mais ativa e dinâmica, inclui-se a necessidade de mudança e a possibilidade que os grupos afetados possam ativar suas “habilidades”. Nesta crítica, o processo de transformação deve contar com recursos locais, tanto materiais quanto simbólicos, para melhorar o estado das coisas (vulnerabilidades) que tornam os desastres possíveis.

O conceito de resiliência mobiliza noções de reparação, reconstrução, adaptação, desenvoltura frente aos desastres, ao passo que, existem diversos estudos sobre o tema, mais de 12 significados diferentes apenas no contexto de emergências e desastres, entretanto existem poucos estudos que fornecem uma análise empírica do que os programas internacionais de Redução de Riscos e Desastres realmente fazem. Logo, Revet (2020) aponta que a literatura

foca na forma que os atores interpretam a noção, e cada qual, atribui um significado mais ou menos liberal ou radical para o termo.

Provoca este estudo perceber que o conceito de resiliência contempla os desdobramentos comunitários, em conjunto, fortalece a união de um grupo. Contudo, para trazer outro analisador no campo de estudos comparativos de desastres, opta-se por explorar o conceito “territórios existenciais” dos pensadores franceses Félix Guattari e Gilles Deleuze. As subjetividades que, a partir de rearranjos de relações com o mundo, provocam a singularização dos sujeitos (GUATTARI; ROLNIK, 1989). Logo, se evoca o conceito de territórios existenciais para explorar as questões subjetivas no contexto dos desastres e/ou pós-desastre e enriquecer o debate acerca da psicologia dos desastres.

Tais territórios são compostos de elementos humanos e não humanos, relações, afetos e conexões interpessoais com objetos, lugares, instituições, poderes, entre outros vários elementos híbridos e combinados no ato de experimentação de mundo, como substâncias, propriedades, estado das coisas, concretudes, necessidades, crenças, entidades, entre outras materialidades (ou não) que existem no mundo (ou não). Logo, tudo aquilo que existe nas relações do sujeito com o mundo atravessa e povoa os territórios existenciais, refere-se a uma dupla-captura. Ademais, tais territórios são passíveis de mudança a qualquer instante, ou melhor, são o próprio movimento da vida. Nesse emaranhado de relações com o mundo, ora algumas conexões se perdem, ora se fortalecem e constroem novas conexões, ou seja, são o que os autores chamam de territorialização e desterritorialização. Logo, o conceito de território existencial comporta aquilo que se ausenta no conceito de “resiliência”, o próprio movimento da vida, a diferenciação e a pluralidade dos modos de existência, a alteridade subjetiva frente à experiência singular de sobreviver a um desastre socioambiental e de perceber o mundo.

Segundo Rolnik (2014), o território existencial é desenhado pelo próprio movimento do desejo, este que é produtor de universos psicossociais. O desejo está sempre em movimento, ele é tocado e afetado pelo invisível, sentimentos, estéticas, percepções, erotismos, cognições, uma gama de intensidades que constroem rostos para se expressar, exteriorizar seu território.

As intensidades e os afetos formam um plano de consistência (GUATTARI, 1989), que ora atrai, ora repele, ora é atravessado, “[...] tal composição é efeito de uma série de imperceptíveis processos de simulação [...]” (ROLNIK, 2014, p. 32). Tal criação de mundo, a partir de atores humanos e não-humanos que há no mundo, tal aglomerado de processos gera o território existencial tal qual pode ser visto materialmente, uma espécie de paralisação existencial, quase estável. Esta configuração um tanto comedida, traz a sensação do “em casa”, a familiaridade do movimento, imperceptíveis situações de atração e repulsa (ROLNIK, 2014).

Não interessa a este trabalho esmiuçar os movimentos do desejo e suas nuances, e sim compreender que os territórios existenciais são mutáveis, com breves – ou não – efetuações de máscaras que compõe as formas de expressar as intensidades e afetos. Vale ressaltar que as forças e intensidades não existem em si mesmas, sempre necessitam de uma máscara para se efetuem. Quando a máscara usada não condiz mais com a expressão dos afetos vividos, ela se encontra sem sentido, convertendo-se em irreal (ROLNIK, 2014).

Contudo, como dito acima, os territórios existenciais também se circunscrevem nos elementos que estão no mundo, e ocupam o território físico, logo evoca-se o geógrafo Milton Santos (2001) para explicitar o que este trabalho compreende como território geográfico, uma vez que

[...]o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, [...], mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência. O espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente (SANTOS, 2001, p. 80).

Enes e Bicalho (2014) levantam reflexões sobre o que é o território físico de acordo com o aporte teórico deste trabalho. Para Haesbaert (2009 *apud.* Enes e Bicalho, 2014) existem três perspectivas básicas na análise sobre o território: a perspectiva econômica, o panorama político e a dimensão simbólica ou cultural.

A perspectiva econômica implica sobre a dimensão espacial da relação financeira, logo o território é tomado como motivo de exploração de recursos, enquanto força produtiva, é incorporado no diálogo entre classes sociais e na relação capital-trabalho. Já ao tomar o território em um panorama político, este é apercebido como espaço de relações de poder, delimitado e controlado, tomado, mas não como via de regra, relacionado ao poder público ligado ao Estado (HAESBAERT, 2009 *apud.* ENES; BICALHO, 2014, p. 192). Apesar da importância dos dois aspectos supracitados, aqui interessa a dimensão simbólica-cultural da apropriação e valorização que determinado grupo desenvolve em relação ao espaço vivido, uma vez que é nessa dimensão que os sujeitos dão sentido e fortalecem suas relações e o sentimento de pertencimento ao espaço que ocupam.

Como apontam Costa e Mendes (2014), a importância do sentimento de pertencimento do grupo a determinado lugar, pois não se trata apenas do espaço físico, mas também comporta toda a teia de relações que tornam únicas as subjetividades que ali foram alimentadas. E Bauman (2009 p. 35 *apud.* Costa e Mendes, 2014, p. 25) complementa ao apresentar que “é nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado”.

Contudo, sobre os estudos de território, o geógrafo Haesbaert (2009, p. 37) agrega com contribuições de algumas perspectivas dentro da área das ciências humanas. Tal qual aponta o autor, que a antropologia evidencia a dimensão simbólica do território, já a sociologia utiliza tal conceito para pensar as intervenções nas relações sociais que se dão no território em seu sentido amplo, enquanto a psicologia abrange o diálogo sobre a construção da subjetividade e/ou identidade pessoal, como apontado anteriormente.

Tanto Santos (2001), quanto Costa e Mendes (2014) e Haesbaert (2009) coadunam que o território físico é o lócus de onde se dão as relações, onde cada indivíduo simboliza e cria sentidos para seus modos de existência. Ademais, o território comporta as subjetividades que coemergem junto ao território, a cidade subjetiva (GUATTARI, 1992) é composta pelos elementos humanos e não-humanos do espaço físico que habitam e se movimentam.

Logo, é na articulação dos conceitos de território, como espaço físico e território existencial onde se cria subjetividades e/ou mundos psicossociais através das relações com o mundo e aquilo que existe que se elenca em outro desdobramento que interessa a este trabalho. Visto que os desastres são de caráter de destruição (como o desastre disparador deste trabalho), apresentam-se como possíveis disparadores de compor novas formas de existência, com potencialidades de composição de mundos.

O conceito de território é de caráter polissêmico, para além do território como espaço e existência. Junto às contribuições acima apresentadas, a atenção maior será voltada às relações de forças e suas composições enquanto territórios existenciais vividos pelos moradores do Terra Nova, abarcando nesta perspectiva, dimensões espaciais, físicas, sociais, culturais e não humanas.

Opta-se, portanto, em explorar o conceito de territórios existenciais para este trabalho a fim de enriquecer as abordagens aos estudos de psicologia dos desastres. Para estes autores, o território é pensado como uma construção temporária, ou provisória, que se dá a todo momento em relação aos processos de desterritorialização e reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1989, *apud* LIMA; YASUI, 2014).

A problemática em questão, ao trazer a conceituação de territórios existenciais para o estudo de reconstruções pós-tragédia evoca uma coemergência de mundos, uma vez que, no “dia do desastre”, tanto o território físico, quanto o território existencial desmoronam, há a desterritorialização da moradia, e a desterritorialização dos afetos que não fazem mais sentido, o “em casa” é um mundo que acaba.

Logo, nesta perspectiva, analisar os desdobramentos causados por desastres socioambientais só a partir da conceituação da “resiliência” (BRANDÃO; MAHFOUD &

GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2011) não contempla a investigação dos universos psicossociais dos atingidos, estes mundos que repentinamente podem acabar. Não se trata apenas de qualificar e quantificar o quanto os atingidos são capazes de suportar o estresse, os processos de recuperação e adaptação, ou habilidade desenvolvida. E sim encontrar vias para que as intensidades e afetos possam passar por estas experiências e compor novos territórios, nascimentos de mundos que possam possibilitar a criação de sentido(s) da e para a vida.

Não há adaptação e/ou recuperação de territórios existenciais quando se encontram sem sentido, os corpos e máscaras que dão passagem às intensidades e afetos tornam-se obsoletos após o momento do acontecimento. Algo se rompe, mesmo com os mundos próprios em constante movimento, em processo de criação de novos territórios há um desconforto, como se recuperar a partir de um território que não corresponde aos afetos vividos? É como habitar o caos, tanto existencial, quanto geográfico (ROLNIK, 2014).

Ao falar de mudanças territoriais e a resiliência como uma força motora, evoca-se o conceito de deslocamento, dentro dos estudos dos desastres, para abordar as maneiras de mobilidade frente aos eventos extremos. Tal temática será destrinchada no próximo tópico.

3.1 DESLOCAMENTOS OBRIGATÓRIOS E/OU INDUZIDOS: CONSEQUÊNCIAS FÍSICAS E PSICOLÓGICAS

Outra questão que tangencia a problemática deste trabalho trata-se do deslocamento entre o território físico antes do desastre e no pós-desastre. Em Nova Friburgo, foi registrado pela Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro 4528 desalojados, 789 desabrigados, 429 óbitos, fora as moradias que foram interditadas devido ao risco ao redor da habitação e também demandou um lugar seguro após o desastre (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Ao olhar esses dados, os números evidenciam a quantidade de pessoas que foram atingidas diretamente e passaram também pelo fenômeno chamado de “migração induzida” por Oliver-Smith (2006), visto que é uma problemática que necessita da mobilidade do grupo de desabrigados e desalojados para um local seguro.

Segundo Valencio (2012), ao se debruçar sobre o trabalho de Oliver-Smith (2006), existem 5 tipos de deslocamentos e/ou mobilidades frente ao contexto dos desastres, a fuga, que foca em salvar a vida e sobreviver no momento imediato. Há também a evacuação, que consiste no afastamento do grupo dos locais de ameaça ou risco. Já o reassentamento, trata-se de uma realocação dos atingidos em novas moradias e a migração compulsória, quando os indivíduos

são coagidos e são obrigados a moverem-se para uma nova localidade, em geral, distante dos centros urbanos.

Tais movimentos dos descolamentos sejam eles temporários ou permanentes, voluntários ou obrigatórios tendem a causar um rompimento nas formas de sociabilidade, tal característica identificada nos estudos dos desastres aponta como um fator que aumenta a vulnerabilidade de tais grupos, uma vez que os laços estão frágeis e corroboram para uma segregação que pode vir a causar uma crise ainda mais extensiva (VALENCIO, 2012).

No diário de campo percebe-se que principalmente os moradores das regiões rurais de Nova Friburgo foram os que mais sofreram com o deslocamento, visto que os modos de existência no campo são diferentes dos modos de estar no mundo nos centros urbanos. Como na entrevista de Dona Violeta (ANEXO 2, ENTREVISTA 10), que relata como tudo ficou mais caro ao morar no apartamento após sua casa ser condenada pela defesa civil. Afinal, no bairro Campo do Coelho, ela tinha o seu cultivo de alimentos no quintal, não pagava contas de água, pagava “luz rural” que tem um desconto considerável na taxa, para além da pouca fiscalização no local, dividia o valor da conta de luz com vizinhos, afinal na região só havia um “relógio” (Sic.) que fornecia luz para diversas casas construídas no mesmo lote de terra.

Ainda sobre o diário de campo, ao analisar o caso de Dona Violeta, compreende-se que passou pelo que Oliver-Smith (2006) chama de migração compulsória, uma vez que, a casa debaixo da sua rachou, comprometendo toda a estrutura do local apesar de não ter ocorrido deslizamentos ou enchentes na moradia, após as chuvas, o solo não estava confiável para mantê-la ali e por fim, demoliram a casa, para que ninguém habitasse as moradias em risco.

Atualmente Dona Violeta queixa-se da sua situação financeira, relata ter que escolher entre almoçar ou jantar muitas das vezes, e que já ficou devendo o vendedor de botijão de gás algumas vezes.²⁹ Por fim, parece que esta senhora se encontra em um maior grau de vulnerabilidade desde que passou a residir no Terra Nova, logo, os modos de habitar um território são diferentes e a imigração induzida no caso de residentes rurais agravam as situações, fazendo com que a crise seja permanente.

Percebe-se que a Prefeitura Municipal de Nova Friburgo pecou gravemente na forma de alocação das vítimas do desastre, visto que não houve um mapeamento de familiares, vizinhos, colegas para manter o mínimo de rede de sociabilidade no novo território. As pessoas foram se inscrevendo na moradia social e não haviam perguntas sobre “você tem algum familiar que está

²⁹ Nota da autora: Entrevista de Dona Violeta na íntegra se encontra no anexo 2, entrevista 10 e também será explorada no capítulo 6.

dando entrada aqui?”, “você tem alguma necessidade especial?” Por exemplo: dificuldade de locomoção para ser alocado no térreo, ou ser alocado no mesmo bloco que um vizinho ou parente.

Tal fragmentação dos laços de sociabilidade dificulta com que a população desenvolva a capacidade de responder aos desastres de forma resiliente, tal como esperado pelos órgãos públicos e outros grupos e sociedades, como por exemplo, os japoneses e suas respostas eficientes frente aos desastres naturais frequentes e reconstruções notáveis em poucos meses (KANSAI RESILIENCE FORUM, 2019).

Entretanto, ações de educação, treinamento, produções de museus que fortalecem a memória dos desastres, preparações para desafios de diversos tipos são realizadas frequentemente na realidade japonesa (KANSAI RESILIENCE FORUM, 2019). Contudo não se vê essas condutas e organização em Nova Friburgo, ao passo que cobram dos atores locais respostas eficientes tais quais as reconstruções do Japão. E ainda fragmentam a potência da resiliência comunitária ao separar famílias, amigos e vizinhos.

Não obstante, no diário de campo foi percebido que certos moradores tinham uma realidade ainda mais difícil antes do desastre de 2011, alguns dos entrevistados (ANEXO 2, ENTREVISTA 2) moravam em lugares tão ou mais periféricos do que o próprio Terra Nova, em construções debilitadas, como é possível encontrar no bairro Alto do Floresta. Logo, para o Senhor Hibisco, por exemplo, foi muito mais vantajoso ganhar um apartamento nos Condomínios Terra Nova do que permanecer em uma casa frágil que, logo nas primeiras horas de chuva veio abaixo.

Então com isso, percebe-se que não há uma generalização sobre os deslocamentos, visto que o movimento de alocação para o Senhor Hibisco lhe garantiu muito mais segurança do que sua frágil moradia em um bairro ainda mais desassistido do que o próprio Terra Nova. Claro que poderiam sondar sua composição familiar e vizinhos para colocá-los no mesmo bloco ou condomínio, mas este senhor esboçou-se estar mais aliviado e ter mais materiais para trabalhar no Terra Nova do que em sua antiga realidade no Alto do Floresta. Ou seja, as migrações induzidas que prejudicam determinados grupos foram as mesmas que beneficiaram outras populações.

A partir da questão de um deslocamento que não aconteceu por vontade própria, assim como, as consequências na vida e subjetividade de cada pessoa que foi atingida pelo evento extremo (que podem ser encaradas como positivas ou negativas), questiona-se: tais

acontecimentos podem ser associados a uma mudança na ecologia social encontrada nos modos de existência dos moradores do Terra Nova?

3.2 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E ECOLOGIA SOCIAL: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS

Como dito anteriormente, ao tratar do desastre socioambiental na Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011, autoridades e a própria mídia relatam o caso como um fenômeno da natureza, apesar das controvérsias já levantadas no presente estudo, há ainda a possibilidade de engajamento com as ideias propostas por Félix Guattari na obra *As Três Ecologias* (1993). Ainda no final da década de 1980, o autor já evidenciara a preocupação conforme as mudanças ocorridas na sociedade por meio dos desequilíbrios ecológicos e dos novos modos de vida contemporâneos que contribuem com a deterioração da vida.

O argumento é de que não somente um acidente ambiental tenha ocorrido, mas que haja uma responsabilidade ético-política amparada a partir dos preceitos da ecosofia (GUATTARI, 1993), que é composta por três aspectos da ecologia: social, mental e ambiental. A ecologia social é definida pelo autor através do ato de “[...] desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho etc” (*op. cit.*, 1993, p. 15-16). Com base nesta definição, identifica-se a necessidade da mudança nas relações humanas e nas reconstruções em todos os níveis sociais.

Carvalho (2005) complementa ao apresentar que a ecologia social se caracteriza como uma corrente ecológica que toma como indissociável a dicotomia homem e meio ambiente. Ademais, tem como objeto de estudo o agrupamento das relações entre a esfera humana e o mundo natural. Entretanto, não concede prioridade em particular a nenhum dos dois campos “[...], mas sim a uma multidimensionalidade de tensões de diferentes ordens – socioculturais, político-econômicas e psicosubjetivas – provenientes do insustentável modelo civilizatório adotado pela humanidade” (*op. cit.*, 2005, p. 48).

Vale ressaltar que a ecologia social tem como objeto de estudo as inter-relações concebidas e articuladas entre a raça humana, a natureza, os encontros e as consequências destes. Contudo, a investigação da ecologia social abrange diversos eixos, sendo estes: o estabelecimento do espaço e suas modificações antrópicas, a processualidade da constituição de identidade e das diferentes formas de se relacionar no campo social, a importância do espaço na composição sociocultural, o envolvimento afetivo com território geográfico específico³⁰ e

³⁰ Tal qual *topofilia*: do grego, *tópos*, lugar; e *filia* afeição, gosto ou preferência

as suas influências na constituição do “eu”, as conexões entre subjetividade e espaço, conflitos a nível locais e globais, campo X cidade, território X espaço. E também ações voltadas para a conscientização ecológica seus laços com atividades políticas e econômicas de determinada população, a fundação de projetos e programas de desenvolvimento de cunho ecológico de forma equilibrada, entre outros eixos (op. cit., 2005).

Tanto Carvalho (2005) quanto Guattari (2009) apontam uma das críticas da Ecologia Social para o consumo de bens em massa e suas implicações socioambientais, afinal o consumo indiscriminado de signos e cifras, característico da sociedade moderna, se ajunta no cerne de diversos problemas ambientais nos quais nos defrontamos. Desde a exploração desenfreada de matérias-primas até o extremo oposto, uma quantidade imensurável de lixo que segue sem soluções para tal problemática até os dias atuais.

Por sua vez, o aspecto da ecologia mental retrata a reinvenção do sujeito com o consciente, psiqué e o corpo. O autor sugere uma fuga dos dispositivos de controle (DELEUZE; GUATTARI, 1995) que permeiam a sociedade contemporânea e assim “[...] procurar antídotos para a uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pela publicidade, pelas sondagens etc.” (GUATTARI, 2009, p. 16).

Ademais, Guattari e Rolnik (1986, p. 26), apresentam que diante do cenário contemporâneo, a subjetividade dos sujeitos seria mais valiosa do que o próprio petróleo, uma vez que esta, segundo os autores, tem sido serializada, ou seja, de acordo com a ordem capitalística, as subjetividades são de caráter modelada, fabricada e consumida.

Não interessa a este trabalho desdobrar as nuances da relação do capitalismo com os processos de subjetivação, porém é válido ressaltar que tal relação é grande agenciadora de subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 1989), opera nas bases dos comportamentos perceptivos, tendo a mídia e o marketing como seus aliados, tal qual, os sujeitos podem ser vistos como consumidores de subjetividades serializadas. Tal movimento de captura das subjetividades pelo capitalismo, por fim, vem a ecoar no consumismo desenfreado, estimulando a geração de novas mercadorias em massa e como consequência, a exploração e deterioração dos recursos naturais e a produção desenfreada de lixo.

Por fim, a ecologia ambiental essa que está relacionada aos desequilíbrios naturais ocasionados através da intervenção humana, Guattari (2009) afirma que a conduta das vivências humanas, tanto individuais, quanto coletivas tem evoluído no sentido de um gradativo declínio do planeta, logo, as ações antrópicas sem projeção consciente de futuro contribuíram para o agravamento dos problemas ambientais da sociedade contemporânea.

Logo, para além da ocupação desordenada do território e da exploração da vegetação natural das montanhas da Serra Fluminense, este estudo segue ao apontar que o evento climático é de caráter socioambiental. As mudanças climáticas, como o agravamento dos danos, estão relacionada com as ações antrópicas na relação homem X natureza.

Aproximar a ecosofia para pensar desdobramentos psicossociais pós-desastre se mostra como uma experimentação interdisciplinar. Segundo Gilles Deleuze (1972, p. 71), “Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. Nada tem a ver com o significante... É preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma.” De acordo com o filósofo francês deve-se tratar a teoria e os conceitos de maneira pragmática e instrumental, ou seja, estes elementos devem ser concebidos como instrumentos, ferramentas, dispositivos que só ganham sentido ao serem articulados de forma que funcionem, e não como algo que contenha um valor em si que se auto-justifique (CRUZ, 2013; GALLO, 2008; DELEUZE; GUATTARI, 1992). É a partir da ideia de “caixa de ferramentas” que este presente estudo pretende apresentar alguns conceitos-chave para a melhor compreensão deste trabalho.

Compreende-se que a realização de uma pesquisa pode ser equiparada à ideia em que o pesquisador se põe em um lugar de “artesão intelectual”, portanto a utilização das teorias e conceitos como suas ferramentas. Não há respostas ou receitas prontas no campo de investigação, muito menos resultados finais antecipadamente esperados, a construção acaba por ser sempre singular. As ferramentas-conceitos utilizadas podem ser adquiridas, trocadas, aperfeiçoadas conforme a necessidade do pesquisador-artesão, desde que tais instrumentos estejam sendo úteis para a pesquisa (CRUZ, 2013; DELEUZE; GUATTARI, 1992).

Logo, a proposição do pensamento ecosófico expressa-se em provocar o entendimento e o desenvolvimento de novas práticas sociais em busca da criação de novas subjetividades, uma vez que há uma preocupação com o destino do planeta e sem as modificações nas formas de pensar e agir no plano individual e coletivo, haverá apenas diligências ilusórias relativas ao meio material (CAVALCANTE, 2017, p. 75 *apud*. GUATTARI, 2006, p. 173).

Ao utilizar o conceito-ferramenta da ecosofia neste trabalho suscitamos a reflexão de como os moradores do Terra Nova se relacionam com o território, visto que os desastres socioambientais vêm ocorrendo ao longo do tempo, cada vez mais frequentes, e culminam em graves desequilíbrios nos três níveis ecosóficos. O radical *sofia*, do grego “sabedoria” evoca uma espécie de força potencializadora e uma ação para atentar às problemáticas existentes no meio e repensar a educação e o meio ambiente, a qualidade das relações sociais, as particularidades da subjetividade humana construídas a partir das relações do indivíduo consigo próprio, dos seres entre si e com o meio local.

No documentário de Lohan Lage (2019) “Terra Nova, Friburgo”, fica evidente em algumas falas que a alocação das vítimas do desastre foi feita sem levar em consideração a alteridade da população afetada, sem respeitar suas diferenças culturais e laços sociais. Logo, torna-se inviável pensar este estudo sem levar em consideração as ações biopolíticas por parte do poder governamental. Uma vez que o poder público passa a gerir e determinar a vida dos coletivos, constituindo-se um poder sobre a vida, um biopoder, no qual incide sobre a gestão do corpo e da vida a partir de diferentes mecanismos e ferramentas, como vigilância, domesticação dos corpos, regulação das condutas, entre outros (FOUCAULT, 1979).

Tendo em vista a apresentação da problemática dos capítulos acima, pode-se tomar como hipótese que a população do Terra Nova foi atravessada por diversos desastres que vão para além da madrugada do dia 11 de janeiro de 2011. Ao seguir as pistas das referências bibliográficas, ao falar da processualidade dos desastres encontram-se reverberações para além do campo técnico, que se debruça sobre os números, dados e estatísticas. As consequências dos desastres e emergências têm tomado a atenção dos estudiosos da psicologia, que em meados dos anos 1960 passaram a estudar as respostas humanas comportamentais perante aos riscos, visto que o contexto histórico se situa durante a Guerra Fria (MARCHEZINI, 2017).

No próximo capítulo, este trabalho irá se debruçar um pouco mais sobre a psicologia no campo das emergências e desastres, como a profissão e os órgãos de fiscalização da prática profissional têm sido convocados devido às ocorrências dos eventos climáticos intensos e recorrentes que têm atingido o Brasil, mesmo com a falácia de “país abençoado”, livre de catástrofes naturais como tsunamis, furacões, maremotos e afins, e tem sido assolado pelas chuvas, enchentes e queimadas.

4. HISTÓRIA E CONCEITUAÇÃO DA PSICOLOGIA NOS DESASTRES

Como já foi apresentado anteriormente, as ciências humanas e sociais têm participado mais ativamente dos debates sobre emergências e desastres. Segundo Molina (2011), este viés da psicologia tem se desenvolvido tanto nos aspectos profissionais, acadêmicos e sindical no contexto latino-americano.

O marco inicial surge em 2002, em Lima, no Peru, com o I Congresso Latino-Americano de Psicologia em Emergências e Desastres. Tal encontro foi muito importante para o desenvolvimento do debate na América Latina. Logo, outros países foram valorizando as reflexões sobre a temática. Argentina e Chile prontamente mobilizaram diversas esferas relacionadas com a temática, ONGs, profissionais interessados e especialistas no campo. Em 2005, houve o I Congresso da União Latino-Americana de Psicologia onde o Brasil, a partir do Conselho Federal de Psicologia trouxe o assunto como um dos eixos principais a serem trabalhados pela psicologia latino-americana (MOLINA, 2011).

Existem diversos campos em que o profissional psicólogo pode atuar quando o assunto são desastres, tanto na educação preventiva orientada para organizações e gestão quanto o psicólogo clínico no contexto pós-desastre pode contribuir na mitigação de possíveis consequências psicológicas, para além de acrescentar muito no contexto intervenções de crises pós-emergencial.

Segundo Silveira (2011), uma das delegações que traz a importância ao papel do psicólogo é promover ações que otimizem o tempo, fortalecendo as redes de informações com dados reais da comunidade afetada, que vise a reorganização social dos indivíduos. E tal organização social produz ganhos significativos na saúde física e mental dos afetados.

Silveira (2011) *apud*. Gagliato (2010), acrescenta que a atuação do profissional psicólogo traz ao imaginário dos atingidos novos possíveis, para além da validação dos sentimentos vividos no momento, dando suporte e convocando a participação social dos sujeitos, trazendo os atingidos como coadjuvantes no processo de reconstrução. Ademais, é encontrado na psicologia procedimentos de comunicação que abordem especificamente sobre aquela comunidade, identificando as potenciais fragilidades envolvidas, que permitem haver a experiência de ressignificação do vivido, tal qual a capacidade de resiliência possa emergir.

4.1 A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS EM CONTEXTOS DE TRAGÉDIAS E DESASTRES

Segundo o Portal da Transparência do Sistema Conselhos de Psicologia (2020), o Conselho Regional de Psicologia (CRP)³¹, em maio de 2020, durante o XVI Plenário do CRP-RJ, decidiu em plenária pela criação da Comissão Especial em Emergências e Desastres, que apresenta como objetivo ampliar o diálogo nas diferentes possibilidades de atuação e fortalecer o compromisso social da psicologia nesta área de atuação.

Uma das questões sobre o tema recai na tese em que a assistência social historicamente tem um forte envolvimento com as emergências e desastres, porém, diversas áreas da psicologia, tanto na resposta imediata, quanto no pós-desastre, podem contribuir nos segmentos de garantia de direitos aos atingidos. Pensar a mobilidade urbana, entre outras contribuições, uma vez que a psicologia transita entre as ciências humanas e a promoção de saúde, tornando assim necessário participar das discussões sobre a temática (*op. cit.*, 2020).

No diálogo com colegas da classe profissional, ao mencionar a confecção deste presente trabalho, a autora foi convidada a compor a Comissão Especial de Emergências e Desastres do Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região. Por conseguinte, durante a 474ª Reunião da Diretoria Executiva realizada no dia 03 de fevereiro de 2022, me tornei membro desta Comissão.

Poucos dias depois, em Petrópolis – RJ, no dia 15 de fevereiro de 2022, chuvas fortes assolaram a região, deixando 233 mortos e 15 desaparecidos³². Frente a este acontecimento, alguns profissionais psicólogos se colocaram à disposição para prestar assistência emocional em um primeiro momento, de forma gratuita, os profissionais percorreram pontos de apoio para prestar a devida escuta àqueles que necessitavam³³.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) se pronunciou a respeito e orientou aos trabalhadores da classe para que não ofereçam apoio psicológico caso não sejam capacitados para atuar no contexto de emergências e desastres. Uma vez que, caso o profissional não seja capacitado, o mesmo pode vir a não auxiliar os atingidos pelo desastre.

³¹O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ) - 5ª Região é uma Autarquia Federal criada pela Lei nº. 5.766 de 20/12/71, regulamentada pelo Decreto nº 79.822 de 17/06/77, e que tem como objetivos orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da (o) psicóloga (o). Disponível em: <<https://agendamentos.crpj.org.br/>> Acesso em 21 de abril de 2022

³² Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/03/04/tragedia-em-petropolis-chega-a-233-mortos-ha-quatro-desaparecidos.ghtml>> Acesso em 20 de abril de 2022

³³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/20/psicologos-se-reunem-para-prestar-apoio-psicologico-para-afetados-por-chuvas-em-petropolis.ghtml>> Acesso em 20 de abril de 2022

Em meados de março de 2022, chuvas fortes voltaram a atingir a Região Sudeste do país, abrangendo novamente a Região Serrana do Rio de Janeiro, causando estragos em Petrópolis – RJ, que fora afetada bruscamente 40 dias antes do novo episódio, o município de Angra dos Reis e a Baixada Fluminense também foram afetados.

Tais eventos, cada vez mais recorrentes, justificam a implementação de uma comissão especializada no assunto para orientar a classe profissional a fim de mitigar os danos psicológicos e repensar as necessidades da população a médio prazo.

Sendo assim, se torna necessária uma definição breve do que seriam estas emergências. Silva e Menezes (2020) citam o glossário de proteção da defesa civil ao afirmarem que emergência é “1. Situação crítica; acontecimento perigoso ou fortuito; incidente. 2. Caso de urgência” (BRASIL, 2017, p. 25). Sendo assim, se mostra estratégica a atuação tanto preventiva quanto pós-emergencial nesses casos.

Ao tentar abarcar o fenômeno da vulnerabilidade, Marchezini (2017) cita a obra de Wilches-Chaux (1993) e sua abordagem analítica ao tentar compreender em 11 dimensões inter-relacionadas, sendo estas: natural, física, econômica, social, política, tecnológica, ideológica, cultural, educacional, ecológica e institucional.

Ao compreender a vulnerabilidade e seus eixos, torna-se mais fácil planejar uma abordagem estratégica dos desastres, uma vez que, como disseram Weintraub e Vasconcelos (2013), no prisma internacional a partir da década de 1990, a vulnerabilidade é constituída por desigualdades sociais e econômicas que impactam diretamente a vida comunitária, dispendo a emergência de desastres.

Furtado *et al.* (2013), afirmam que os desastres não podem ser considerados, de fato, como uma fatalidade causada pela natureza ou por algum efeito da evolução tecnológica, mas sim que estão associados a uma existência anterior de elementos fundamentais que proporcionam os desastres. Os autores afirmam ainda que os desastres não são unicamente um fenômeno natural, mas sim uma consequência de alguns eventos em um ambiente que já é vulnerável a esse acontecimento. Isto é, são circunstâncias derivadas dos âmbitos políticos, econômicos e ambientais, os quais intensificam a vulnerabilidade e exposição.

Em sua cartilha sobre desastres *Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres*, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021) busca embasar a atuação do profissional psicólogo neste âmbito, situando suas diretrizes através do órgão do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), criado por estatuto no ano de 2005, com início de suas atividades no ano de 2006.

Ao orientar os seus profissionais para este campo de atuação, o Conselho Federal de Psicologia aceita o provável crescimento de intensidade e frequência dessas ocorrências disruptivas da rotina que, segundo a *Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres Las Américas-EIRD-ONU*, são:

Uma séria interrupção no funcionamento de uma comunidade ou sociedade causando uma grande quantidade de mortes, bem como perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de fazer frente à situação mediante o uso de seus próprios recursos (2009, p. 13-14).

Com projeções sólidas de aumento populacional num futuro breve (HOGAN, 2011), este planejamento visando um crescimento sustentável torna-se não só uma decisão prudente, como necessária. Nesse âmbito, a psicologia brasileira “segue na busca por contribuir efetivamente na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no âmbito da Proteção e Defesa Civil” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021, p. 23), deste modo, visa mitigar as vulnerabilidades que incorrem na população.

Ao orientar os psicólogos para a atuação em desastres, em seu material de referência, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021) organiza a norma técnica em 3 grandes eixos. O primeiro versa sobre a dimensão ético-política envolvida no tema, com base em uma perspectiva histórica. Já o segundo se ocupa da relação da psicologia e seu compromisso social em contextos de Riscos, Emergências e Desastres, tendo em vista o escopo das políticas públicas e as contribuições da Psicologia Social e Psicologia Ambiental e, por fim, o terceiro discorre sobre a atuação do profissional nas cinco fases do desastre: prevenção, preparação, mitigação, resposta e reconstrução (*op. cit.*, 2021).

Como apontado na já referida cartilha do CREPOP (2021), assim como seguindo o código de ética, é dever do psicólogo basear o seu trabalho “no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO, 2005 p. 7). Sendo assim, se mostra essencial a presença deste profissional de suma importância na composição do corpo da assistência e saúde.

Mattedi (2008), enfatiza a importância da escuta do psicólogo no processo de acolhimento de pessoas em situação de emergência, sendo que essa habilidade específica acaba possibilitando que a equipe envolvida nos serviços tenha um melhor conhecimento dos modos de ser e estar no mundo das vítimas, assim como ajuda na construção de um vínculo com a comunidade em situação de vulnerabilidade.

Na esteira da evolução da psicologia social, principalmente nas décadas de 60 e 70, e com o conceito de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), sendo incluído no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), a partir de sua terceira edição publicada no ano de 1980 (SBARDELLOTO, *et. al.*, 2011).

O reconhecimento deste transtorno pode ser dado a partir da mescla de outros sintomas, que abrangem níveis protuberantes de ansiedade agregado com sentimentos em que o indivíduo pensar estar revivendo um evento traumático já vivenciado anteriormente (KESSLER, *et. al.*, 2005), isso possibilita a categorização e criação de estratégias mais eficazes no enfrentamento dessa demanda pela categoria profissional dos profissionais da saúde.

Os estudos acerca do TEPT foram iniciados a partir de veteranos de guerra na década de 70, e apesar de guerras não serem eventos recorrentes, através destes estudos foi encontrada correlação entre o nível de estresse destes veteranos de guerra e as pessoas submetidas a eventos catastróficos.

Outra importante contribuição da categorização destes transtornos, é a possibilidade de analisar comorbidades ligadas a estes desastres, tal como “transtornos secundários”, tais como o abuso de substâncias psicoativas, fobias, ataques de pânico e quadros de depressão e mania.

Com base nisso, o Sistema Único de Saúde, em seu banco de dados, possui uma análise a respeito das demandas por cuidados de saúde mental pós desastre da Região Serrana ocorrido em janeiro de 2011. A pesquisa foi realizada a partir de dados coletados dois anos antes do desastre e dois anos depois e, com isso, foi constatado que nas áreas afetadas pelo evento extremo houve um aumento na demanda pelo serviço, enquanto que nas outras áreas não afetadas, não aconteceu uma grande diferença em sua procura (DELL'ARINGA, *et. al.*, 2018).

Com o avanço da percepção desta demanda se tornando presente, entre 2015 e 2017, no âmbito do CFP, foi criada uma comissão nacional com psicólogas e psicólogos de diferentes regiões do país – todos com expressivo conhecimento de ações na Psicologia das Emergências e dos Desastres.

Outro evento que se destaca no avanço do estudo da psicologia dos desastres no Brasil foi a epidemia de Zika vírus em 2015, que acabou por trazer à voga o debate sobre os direitos reprodutivos das mulheres no Sistema de Conselhos de Psicologia.

Coelho (2006), afirma que atualmente o trabalho dos conselhos tem se pautado na melhoria da qualidade de vida coletiva em detrimento da antiga abordagem individualizada, também contendo elementos de mitigação e promoção de saúde. Essa nova abordagem acaba por ir ao encontro da construção de uma nova psicologia, focada na construção de um novo compromisso social.

Como abordado acima, o papel do psicólogo tem como foco a melhoria da qualidade de vida coletiva em detrimento a individual e, com isso, no próximo tópico será abordado o compromisso social a partir da perspectiva da psicologia.

4.2 PSICOLOGIA SOCIAL E O COMPROMISSO COLETIVO

Ao afirmarmos que a psicologia se constitui a partir de um compromisso com a sociedade, devemos discutir o papel da abordagem societal da mesma. Ao propor a teoria das representações sociais, Moscovici (2012)³⁴ se propõe a compreender as construções coletivas para um estudo populacional mais amplo.

Ainda sobre o assunto, ao analisar os eventos emergenciais, a abordagem societal é um caminho a ser considerado. A partir da compreensão das implicações micropolíticas, tanto psicologicamente quanto ideologicamente das pessoas afetadas e não afetadas pelos desastres, é possível entender as dinâmicas de poder que estão em ação. Além disso, de que forma as pessoas são escolhidas (ou não) pelo aparelho estatal para permanecerem à mercê destes eventos de risco (FANON, 2008; FOUCAULT 1987).

Ao tentar compreender os processos políticos de marginalização a missão de compreender não só quem são as pessoas afetadas por estes eventos traumáticos com mais frequência, mas também os contextos que as levaram a se submeter a estas situações de vulnerabilidade e risco.

Ao analisar o contexto de biopoder na “História da Sexualidade”, Foucault (1977), nos traz o contexto de um estado que tem um controle extensivo sobre sua população, conceito esse que é ampliado por Mbembe (2016) quando este afirma deliberadamente que o estado em sua “necropolítica” escolhe deliberadamente qual parte de sua população será submetida a condições desfavoráveis de vida, literalmente, “escolhendo quem vive e quem morre”.

Ao analisarmos a figura do ser humano afetado pelos desastres, pode-se observar, ainda numa perspectiva foucaultiana (FOUCAULT, 2006), que muitas vezes os discursos daqueles que são diretamente afetados desastres tem pouco alcance e costumam ser subvalorizados, sendo que na realidade, estas pessoas mais próximas que detém a maior parte da verdade sobre a precariedade de suas condições sobrevivência e provavelmente seriam aquelas que saberiam com maior precisão como direcionar recursos no processo de lida com estes eventos (VARGAS; ALMUNA; ENRIQUE, 2015)

³⁴ Nota da autora: a fim de não comprometer o trabalho epistemológico da pesquisa, não se pretende desdobrar a obra do autor e a teoria das representações sociais, apenas trazer a sua implicância para compreender o papel da psicologia social e o compromisso coletivo.

Assim sendo, mostra-se necessária a constituição de uma psicologia coletiva, onde os usuários do serviço tenham de fato voz para externar suas demandas de forma crítica e cidadã, para a partir deste compromisso social, possa-se exercer esta ponte entre os demandantes e suas necessidades no serviço e na construção desta saúde mental coletiva e com compromisso social (BOCK, 2007).

Ao se propor a analisar a constituição do sujeito em risco e sua concepção da realidade acerca do ambiente em que habita, torna-se mais simples compreender quais riscos o mesmo acredita correr, assim como se torna possível calibrar o discurso da equipe multidisciplinar em busca de ajudá-lo.

É importante observar, principalmente no que tange desastres ligados a questões de habitação que, “a construção do espaço de moradia vai além dos investimentos financeiros, perpassando questões afetivas e identitárias, que tornam a remoção de pessoas, mesmo que de áreas de risco, uma questão extremamente complexa” (SILVA; MENEZES, 2020, p. 4).

Sendo assim, pode-se concluir que, tendo em vista a complexidade da atuação dos psicólogos em contexto de desastre, é necessário não só compreender, mas como criar um espaço coletivo em que as diferentes vozes e perspectivas ganhem vazão e sejam visibilizadas em ambientes de desastre para uma atuação mais precisa.

4.3 O PROCESSO DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO E SUAS FASES

O primeiro órgão público focado na proteção da população em situação de emergência e calamidade criado no Brasil surge em 1940, com o órgão da defesa civil sendo institucionalizado 20 anos depois, em 1960.

Mudanças paradigmáticas ocorreram neste processo, com a mudança do foco para um trabalho mais generalizado e cadenciado em fases e pela análise do estado das emergências, tal como com a já citada delimitação do conceito de estresse pós traumático (FURTADO, *et. al.*, 2013; SBARDELLOTO, 2016).

Assim sendo, não é de se estranhar a mudança de uma abordagem focada primariamente no atendimento médico individualizado, partindo-se para uma abordagem mais coletiva destas demandas. Furtado *et al.* (2013), defendem que os desastres não se resumem a eventos isolados, mas que também são consequência de condições de processos materiais que possibilitam a exposição à situação de vulnerabilidade.

Artaxo (2020), afirma que a própria sociedade enfrenta, na trilha do desenvolvimentismo capitalista, um processo de aumento das vulnerabilidades, principalmente com a atual crise na saúde, trazida e intensificada pela pandemia de COVID-19, assim como o

contexto das mudanças climáticas que, nas regiões tropicais, tendem a piorar os eventos climáticos intensos, tais como tempestades tropicais e ondas de calor.

Artaxo (2020), apresenta que eventualmente, com o esgotamento progressivo dos recursos do planeta e manutenção deste insustentável modo de desenvolvimento, as populações marginalizadas tendem a sofrer ainda mais com estas emergências.

Como afirmou Napoleoni (2011), muitas das situações de vulnerabilidade encontradas nos dias de hoje, advém de um modelo de desenvolvimento que busca o progresso através das custas do subdesenvolvimento das periferias regionais e mundiais.

Em outras palavras, a partir de alguns eventos como, por exemplo, as atuais crises do capitalismo tardio, as mudanças climáticas e o aumento populacional, existe uma predisposição para que as emergências aumentem não só em número, mas também na quantidade de população afetada. Sendo assim, torna-se urgente a criação de estratégias de enfrentamento palpável a estas irregularidades, agindo de forma interdisciplinar e não só paliativa como preventiva.

Pedro; Palha e Ferreira (2022), trazem que se faz necessário o preparo dos profissionais da saúde e assistência para que estes deem conta destas demandas crescentes, logo, se mostra de suma importância a preparação destes para este tipo de situação desde de sua graduação, assim como a disponibilização de aprimoramentos posteriores.

Antes de falar sobre o que fazer após as ocorrências destes fatos, é preciso se discutir medidas preventivas, mitigatórias e preparatórias, sendo que, como escreveu Furtado (2013), torna-se mais fácil trabalhar na resposta e recuperação destas ocorrências, se os possíveis danos foram previamente reduzidos.

Com a formação contínua dos profissionais, assim como com a tomada de medidas interdisciplinares prévias, compreende-se que o tempo de atuação dos psicólogos seja utilizada de maneira mais eficaz, aumentando a velocidade de resposta a comunidade prejudicada, já que, uma vez que se elimine demandas prévias, em casos emergenciais, haverá menos elementos para serem processados e absorvidos pelos serviços de assistência e saúde, assim como já defendem as diretrizes tanto do sistema único de saúde quando do sistema único e assistência.

Como já apontado no tópico anterior, a mobilização o trabalho conjunto do psicólogo junto à comunidade, tal qual a tomada de decisões que diminuam a carga de trabalho no momento tanto da resposta quanto da recuperação, são essenciais para respostas rápidas e efetivas, afinal, deve-se saber a atual conjuntura das localidades de atuação otimizando-se assim as intervenções.

Scatolini e Mello (2020), a partir da análise de estudos tratando das chuvas que atingiram a região de Nova Friburgo, na Região Serrana do Rio de Janeiro, defendem que no processo de reconstrução após desastres e emergências, é possível através da legislação que já está vigente, fazer-se uma adequação dos elementos fora dos padrões recomendados a uma forma que diminua a recorrência destes danos. Uma vez que, a partir da análise dos dados *in loco* das regiões mais danificadas, pode-se aproveitar para o levantamento de informações mais atualizadas e integradas com a atual realidade comunitária.

A análise destes dados permitirá a escolha do modelo de atuação a ser adotado que poderá se tornar mais efetiva e ética dentro dos limites da atuação profissional dos psicólogos, assim como, levando em consideração os limites materiais, estruturais dos órgãos e instituições envolvidos nas intervenções (CARVALHO; MATOS, 2016).

De acordo com as diretrizes do *Inter-Agency Standing Committee* (IASC) sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias, as intervenções desta ordem devem ser acionadas nas primeiras horas após um desastre observando-se em que nível as intervenções devem ser feitas (IASC, 2007).

O nível de complexidade necessário deve ser observado para o direcionamento de recursos, dos níveis mais básicos (de forma ascendente, “serviços básicos e segurança” e “apoio comunitário”) aos níveis mais específicos (respectivamente “apoios focados não especializados” e “apoios especializados”).

Nota-se que, com base no IASC (2007), espera-se que a maior parte da população consiga lidar com os desastres apenas com o fornecimento das necessidades básicas, e que a minoria que acabar atribulada com demandas específicas deve ser encaminhada para os serviços mais especializados.

Um fato que é digno de ser destacado é que apesar de tirar proveito da incorporação de equipes adicionais ao serviço, como voluntários, e organizações não governamentais, mas, nunca se deve deixar de levar em consideração as injustiças e marginalizações prévias advindas da ausência do estado no ambiente de vulnerabilidade (WEINTRAUB; VASCONCELOS, 2013).

O assistencialismo por si só tende a estar contaminado com o aspecto moral colonizador, os elementos de marginalização prévios, tais como pertencer a grupos minoritários ou submetidos a preconceito recorrente da comunidade, não deixarão de estar presentes no contexto do desastre, assim como ao abrir mão do papel institucional, as estruturas.

Carvalho e Matos (2016), apontam o possível papel colonizador de instituições pautadas por um campo moral específico, tal como a igreja, em ambientes de vulnerabilidade,

aonde as emoções negativas decorrentes do sofrimento psíquico podem ser utilizadas para mais de uma forma de exclusão, alteridade e marginalização. Coagindo os afetados a interpretar suas condições de desalento a individualidade, simplificando assim a análise e enfraquecendo a capacidade de mobilização para a melhora da qualidade de vida. Conforme Foucault (1970) proferiu, os discursos podem ser invisibilizados através da construção de uma narrativa hegemônica, fomentado por aqueles que controlam as estruturas de poder.

Quando o Estado se encontra ausente, existe a grande possibilidade de a chamada “ajuda humanitária” tomar o seu lugar, perpetuando uma ideologia excludente e uma alienação da realidade própria (CARVALHO; MATOS, 2016).

Logo, em situações de emergência, espera-se que os profissionais da saúde e assistência, neste caso, os da psicologia, possuam sensibilidade aos seus princípios éticos básicos, tanto da promoção da “da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”, assim como, a promoção da “saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005, p.7).

Assim sendo, é importante haver uma horizontalidade na atuação do profissional, visando não reproduzir práticas colonizadoras, respeitando-se o modo de vida da comunidade, buscando fazer com que a mesma não seja imolada por uma intervenção que originalmente pretendia ajudá-la (FANON, 2008).

Dessa forma, depois da presente revisão, pode-se afirmar que a atuação do psicólogo em situações de desastre se mostra desafiadora devido às particularidades e pela novidade deste campo (ALVES, 2012), assim sendo, se mostra necessária maior produção nesta área emergente e que encontra-se com perspectivas de crescimento e demandas já no atual momento.

Diante do que foi exposto até o momento, referente aos desastres, subjetividades, deslocamentos, ecologia social e o papel da psicologia perante esses eventos extremos, o próximo capítulo contempla a metodologia de pesquisa, a qual abarca todo o arcabouço teórico e tem como propósito responder os objetivos da presente dissertação.

5. METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia proposta para o presente trabalho é uma pesquisa-intervenção em postura cartográfica (KASTRUP; PASSOS, 2013) que servirá de base para a construção do arcabouço teórico que, formará os pilares que sustentarão o desenvolvimento da pesquisa e irão amparar seus resultados. A partir disso, será possível explorar as teorias selecionadas como base para investigação da apropriação do Terra Nova por parte dos atingidos do desastre de 2011, a partir do método da cartografia, a fim de mapear os elementos subjetivos que compõem os territórios existenciais (ROLNIK, 2014) da população do Terra Nova.

Segundo Valencio (2012), o “dia do desastre” é apenas uma justificativa-base que o meio técnico e político se apropria e difunde a fim de remeter o imaginário social a um episódio trágico e isolado, ou seja, reduzido a um recorte cronológico raso. Assim, o “pós-desastre” remete a um “retorno à normalidade”, como se não houvesse possivelmente impactos que se arrastam por uma vida inteira. Logo, essa dimensão processual pós-desastre evoca uma metodologia de pesquisa que também comporta e atribui a importância dos processos individuais e coletivos.

A partir das contribuições de Alvarez e Passos no texto “Cartografar é habitar um território existencial” (2009), interessa evocar o método cartográfico uma vez que este requer do pesquisador uma posição de aprendiz. Sendo a aprendizagem, nesta perspectiva, um componente que se constrói no decorrer do processo, pondera-se que a cartografia se faz possível a partir de um engajamento, um movimento onde o pesquisador deve alimentar uma disponibilidade para a experiência, deve se encontrar aberto para os acontecimentos do campo. A dinâmica para habitar um território existencial pressupõe um movimento de composição. O pesquisador-aprendiz-cartógrafo compreende então que o conhecimento é produzido com os colaboradores da pesquisa.

A questão principal deste método como pesquisa-intervenção rompe com o modelo tradicional, onde a cartografia conduz o pesquisador a se lançar de maneira experimental no campo, orienta-o para a disponibilidade de encontrar seus propósitos durante o processo. A cartografia pressupõe uma política da narratividade que permite a dissolvência das posições estanques geralmente associadas ao trabalho da pesquisa: aquele que conhece e aquilo que é conhecido (*op. cit*, 2009), traçando assim, um plano comum, uma coemergência de mundos em um plano comum de intensidades.

O conceito de comum se define por sua consistência experiencial e concreta e constitui um desafio a ser permanentemente enfrentado, não sendo jamais conquistado de modo definitivo. Não sendo algo que se possa supor já dado, o comum se produz por

procedimentos que vão à jusante da experiência, acompanhando as práticas concretas que comunam, uma vez que realizam partilha de um bem comum e, conseqüentemente, criam o efeito de pertencimento (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 267).

Segundo Maturana e Varela (1990, p. 21, *apud*. PASSOS; KASTRUP, 2013, p. 264), "todo ato de conhecer traz um mundo às mãos, [...] todo fazer é conhecer, todo conhecer é fazer", então traçar um plano comum evoca o nascimento de novos mundos, novos processos de subjetivação, possíveis de novos engendramentos e conexões, a partir da partilha do sensível, no campo das intensidades dos afetos. Portanto, acompanhar tais processos traz consigo a potência de propor novas realidades.

Uma vez que a proposta da pesquisa consiste em uma análise de como os sobreviventes do desastre lidaram e/ou lidam até os dias atuais com a realocação para o Conjunto Habitacional Terra Nova, e a partir da postura ético-estético-política da cartografia que, até o presente momento, se apresentou como o melhor método de pesquisa de acordo com os objetivos propostos, visto que este trabalho é de caráter de acompanhamento de processos (BARROS; KASTRUP, 2009) e investigação de territórios existenciais (ROLNIK, 2014), também busca evidenciar elementos que compõem um conjunto: "dar visibilidade às relações que constituem uma dada realidade [...]" (BARROS; BARROS, 2013, p. 376).

Na ida ao Terra Nova, no caso, ao entorno do condomínio em busca de pistas de por onde começar esta pesquisa, a autora encontrou dificuldades pois o conjunto habitacional não segue uma ordem linear tradicional, e cada condomínio tem um número de blocos independente, dificultando a entrada e orientação no campo, visto que há pouca sinalização para se guiar entre os condomínios.

Ao lado do conjunto habitacional, foi encontrada uma unidade Estratégia da Saúde da Família – Terra Nova (ESF), conhecido popularmente como "postinho de saúde", alocado em uma loja comercial. Vale ressaltar que a ESF se configura como um serviço de saúde territorial da Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde (2017). Em tese, é o local onde os profissionais conhecem os problemas do território e acompanham o sujeito de forma integral.

Segundo a Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 do Ministério da Saúde:

Art. 3º São Princípios e Diretrizes do SUS e da RAS a serem operacionalizados na Atenção Básica:

I - Princípios:

- a) Universalidade;
- b) Equidade; e
- c) Integralidade.

II - Diretrizes:

- a) Regionalização e Hierarquização;
- b) Territorialização;

- c) População Adscrita;
- d) Cuidado centrado na pessoa;
- e) Resolutividade;
- f) Longitudinalidade do cuidado;
- g) Coordenação do cuidado;
- h) Ordenação da rede; e
- i) Participação da comunidade

Ao entrar na recepção, fui bem recebida, e em conversa informal com a auxiliar administrativa e com a enfermeira chefe da ESF, foi explicada a intenção desta pesquisa e as profissionais de saúde se ofereceram para ajudar a encontrar os colaboradores para este estudo.

Ter a parceria da ESF para este trabalho é muito agregador, visto que é um serviço de cunho territorial. Essas profissionais conhecem os moradores que buscam atendimento ali, não só os nomes, mas conhecem a história, em qual condomínio moram, com quantas pessoas residem, se perdeu familiares no desastre, entre outras informações que a pesquisadora não saberia como encontrar.

Inicialmente, com o intuito de facilitar o contato entre a pesquisadora e os colaboradores, os entrevistados seriam selecionados a partir da indicação dos profissionais de saúde e/ou encontrados livremente entre os condomínios, sendo um dos recortes: pessoas que eram jovens ou adultas no desastre em 2011, pessoas que tenham sido contempladas (ou cônjuges, ou filhos) com o apartamento logo que iniciaram a entrega das residências. Inicialmente, nesta pesquisa, a autora gostaria de entrevistar pessoas que tenham algum envolvimento em atividades coletivas na localidade (caso tenha) ou organização social, síndicos de condomínio, lideranças locais (caso tenha). Tais critérios foram escolhidos visando a segurança da pesquisadora, visto que o bairro Terra Nova é apresentado à população friburguense como um lugar com histórico de violência

Até foi possível descobrir e localizar algumas figuras agenciadoras como um professor de luta, porém não foi possível obter resposta do eventual colaborador. Logo, optou-se por aproveitar as entrevistas com as pessoas que foram morar nos condomínios sem ter passado pelo desastre e que, apenas optaram por ocupar este território por motivos pessoais, alugando e/ou, supostamente, comprando habitação.

Estimava-se colher de 8 a 12 entrevistas semiestruturadas com moradores que passaram pelo desastre. Contudo, ao conversar com as pessoas no Terra Nova foi encontrado um grande número de novos moradores com relatos que interessam à esta pesquisa. Logo, optou-se por abarcar as entrevistas de pessoas que passaram a residir no bairro sem ter envolvimento com as chuvas de 2011.

A ideia inicial também englobava que os entrevistados fossem indicação dos ACS, contudo este projeto não foi executado como desejado. As ACS estavam muito ocupadas em todas as idas a campo. Inclusive as encontrei saindo do apartamento de algum (a) morador (a) enquanto colhia entrevistas no trailer em frente ao Condomínio 5.

Com tal recorte de colaboradores, pretendeu-se acessar para além da experiência vivida por tal população e sim alcançar também o “vivido da experiência relatado na entrevista” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 301). Uma vez que, o que interessa à pesquisa cartográfica é o conteúdo que surge no plano comum com a pesquisadora, os afetos que suscitam ao compartilhar as experiências e a coemergência de si e do mundo.

Segundo Tedesco, Sade e Caliman (2013), a entrevista como dispositivo de investigação no método cartográfico é aliada do acompanhamento de processos, como também, por seu caráter performativo, intervir no campo comum, provocando mudanças, tanto nos entrevistados como também no pesquisador, captando pausas e instantes que se fazem presentes no diálogo e, estes acontecimentos interruptivos é de interesse dessa pesquisa.

Para além disso, “[...] a entrevista na cartografia inclui trocas de informação ou acesso à experiência vivida” (Op. cit., 2013, p. 301) porém, não se restringe a este intuito, uma vez que, é na dimensão processual da experiência, na gênese dos conteúdos compartilhados, estabelecido na experiência de coemergência de si e de mundo. No caso da presente pesquisa, ela é cruzada de emoções, lembranças, opiniões, uma vez que se trata de um desastre socioambiental que deixou tantas marcas nos futuros entrevistados.

Em certos casos, nos diz o pesquisador, o deslizamento do olhar do entrevistado pode indicar uma mudança de direção da atenção do mundo exterior rumo ao próprio processo da experiência. Do mesmo modo, a diminuição do ritmo das palavras e ainda falas entrecortadas de pausas e silêncios também são indicativos da abertura à construção da experiência em curso, uma vez que aquilo que está para ser dito não está predeterminado (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013, p. 305).

No processo de entrevista cartográfica, pode-se dizer que há uma inseparabilidade entre a expressão dos signos da linguagem das representações das vivências e experiências de vida apresentada de forma representacional. Ademais, há uma espécie de intervenção dos signos sob os fatos do mundo, trata-se da inserção do empírico, sobre os signos de enunciação, logo, as irregularidades de pôr o vivido em fala (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2013).

Logo, segundo Tedesco (2015), mais do que a pura descrição dos fatos, o entrevistador intervém na dimensão dos afetos, como um plano de forças que atravessam os participantes em questão, uma vez que, a entrevista no método cartográfico se despe da verticalidade (que geralmente é a posição de comando estabelecida entre pesquisador e pesquisado). Aqui, os

papéis podem se inverter, em uma lógica transversal, ou também, num jogo de forças, onde em determinado momento, um dos participantes pode tomar uma posição mais ativa frente a entrevista, que geralmente é exclusiva do pesquisador.

Algumas questões e perguntas já habitam o interesse desta dissertação, apesar da pesquisa cartográfica seguir em fluxos sem direções programadas previamente. O trabalho pretende abordar e questionar as relações que os colaboradores têm com aquele espaço e com os outros moradores, com a infraestrutura, com a locomoção pelas redondezas e acesso aos direitos básicos.

Esta proposta de investigação insere-se no campo político-prático, logo, tendo em vista conceber novas pistas e ferramentas ao pensarmos nas reestruturações de componentes subjetivos, sociais e urbanos. Pensar a urbanização, é pensar o *socius*, a estrutura do campo social, onde se dão as relações que compõem e coexistem na subjetividade de cada indivíduo. Logo, pensar a reestruturação física e psíquica após uma catástrofe é fundamental para promover cuidado e conscientização para determinada população e futuros estudos (PASSUELLO, *et. al.*, 2017).

Mol (2007) apresenta, a partir da teoria ator-rede (LATOUR, 2012), que os elementos que compõem a realidade, supostamente estável e determinada, na verdade são historicamente localizados, tanto culturalmente, quanto materialmente. Tal realidade é feita, fabricada cotidianamente, ao passo também que tais realidades são múltiplas, cada indivíduo olha para o mundo de diferentes pontos de vista, vendo as formas distintas e representam o que veem de maneiras diversas.

Tais modos distintos de se ver a realidade são muito claros na pesquisa dos desdobramentos pós-desastre no Terra Nova, uma vez que, para o poder público e para a mídia, de um modo geral, o desastre de 2011 foi consequência de fortes chuvas, um “fenômeno da natureza” atípico. Entretanto, esse movimento de naturalizar tais acontecimentos traz consigo a ideia de que a gestão governamental e a historicidade da urbanização local não dialogam com as consequências do desastre em questão. Enquanto na perspectiva cartográfica, tais elementos não-humanos estão circunscritos nos modos de existência dos indivíduos, e seus vetores atravessam e criam conexões no campo das intensidades dos afetos. Não são apenas objetos, chuvas, poderes, prédios, instituições, formas... Estas tecem toda uma rede subjetiva conforme os atores-vetores que se engendram.

As pistas da cartografia contemplam o projeto de pesquisa proposto de forma que os elementos subjetivos, que interessam neste estudo, possam ser explorados a fim de que a pesquisadora possa acessar o plano comum e seus processos formadores de territórios

existenciais, sendo este, o campo das intensidades e dos afetos das vítimas do desastre socioambiental de 2011 em Nova Friburgo – RJ.

Acompanhar processos e seguir conexões são elementos fundamentais para a ida a este campo, se debruçar sobre a problemática, visto que, colocar em prática um projeto de habitação sem um projeto de cidadania pode reverberar de várias maneiras na vida dos atingidos, sendo algumas delas invisíveis à macropolítica. Logo, o método cartográfico de pesquisa visa elucidar e problematizar aquilo que está dado como resolvido (BARROS; BARROS, 2013), o “fazer com” suscita os afetos que cruzam os sujeitos que foram diretamente afetados pelo desastre e seus desdobramentos, afinal sabe-se que as marcas deixadas não desaparecem quando a chuva se cessa.

Ademais, as pistas cartográficas enriquecem o campo de pesquisa mesmo com os atravessadores de intercursos sociais em crise, visto no caso da pandemia do COVID-19, pode-se utilizar este surto viral como um analisador de novas composições subjetivas neste período histórico que perpassa este trabalho, como aponta a ideia de recalcitrância (TEDESCO, 2015) do objeto, no caso, a recalcitrância do campo ao situá-lo no presente momento.

Visto o que foi apresentado sobre a postura cartográfica, no próximo tópico será destrinchada a diferença da colheita de dados na pesquisa cartográfica, apontando as suas peculiaridades em comparação às pesquisas ditas tradicionais em pesquisa-intervenção.

5.1 COLHEITA DE DADOS NA PESQUISA CARTOGRÁFICA

Visto que na metodologia cartográfica de pesquisa o pesquisador não se encontra em uma posição neutra – movimento oposto das pesquisas ditas tradicionais – ele está implicado na pesquisa. Assim, a análise de dados nesta pesquisa-intervenção consiste em dar visibilidade às relações que constituem uma realidade dada (BARROS; BARROS, 2013, p. 376).

Tal metodologia de pesquisa visa dar ênfase à relação instituído-instituente, na qual podem aparecer da não conformidade com o instituído. Cabe ao pesquisador a construção dos analisadores. Através dos analisadores da pesquisa, o processo de produção histórica da “realidade dada” é provocado a ser desnaturalizado.

Segundo Barros e Barros (2013, p. 377), “[...] inquire-se a gênese e o funcionamento das instituições que constituem sujeitos e objeto de pesquisa; criando-se possibilidade de emergência de outros modos de pensamento/ação, a pesquisa se faz criação”.

O grande diferencial da pesquisa cartográfica para outras metodologias é que a análise dos dados é o próprio problema. Segundo Barros e Barros (2013), não se separa a análise dos

outros estágios da pesquisa, a implicação sobre a experiência de campo já pressupõe que a análise esteja em curso.

Logo, não há uma separação da análise das demais fases da pesquisa. Não se trata de uma fase no final do processo de imersão no campo, na qual o material poderia ser “entendido”, uma representação do campo, “[...] a atitude de análise acompanha todo o processo” (BARROS; BARROS, 2013, p. 378). Separar a “coleta” de dados da análise suporia uma decomposição dos sentidos. Uma dicotomia entre sujeito que conhece do objeto a ser conhecido, contraria assim a coemergência de criação de mundos já comentados acima.

A noção de território para Deleuze e Guattari não se reduz a um espaço físico ou a um conjunto de ações, mas é algo processual, em constante movimento e produção, a partir da dimensão rítmica das condutas e forças que ali se expressam. Para habitá-lo, o cartógrafo deve ter uma receptividade e abertura ao campo, engajando-se afetivamente no mesmo. [...] reforça a necessidade de se colocar ao lado da experiência, de modo a não falar sobre a mesma, e, sim, com ela (BORGES, 2016, p. 103).

Não interessa à pesquisa cartográfica impressões representacionais da realidade como dada. Para analisar é preciso estar no campo, aberto à experiência. Busca-se compreender as relações, o observador e o observado se articulam de maneira singular, então, a análise da pesquisa se dá na própria reformulação das questões no campo, logo, o reposicionamento subjetivo dos incômodos no campo é a atividade de análise.

Com a ajuda de ferramentas como gravador de voz e diário de campo (DC), foram coletadas as impressões do campo, desde como a pesquisadora será recebida pelos colaboradores. Os incômodos, afetos, sorrisos, respostas ríspidas, entreolhares, trejeitos, vozes embargadas, entre as reações possíveis compõem o materialanalítico que interessa a este trabalho, uma vez que tais respostas e materiais subjetivos refletem elementos de suas territorialidades.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa advenham da experiência no campo e se constituam como uma das centralidades deste método. Considera-se fundamentalmente que o saber se configura a partir do fazer. Estas idas a campo são adjacentes a uma seleção criteriosa de teorias que remetem aos estudos da subjetividade acerca da conceituação de territórios existenciais (GUATTARI, 1981) e a ecologia social (GUATTARI, 1993).

5.2 CARTOGRAFIAS DO BAIRRO TERRA NOVA

Segundo o documentário de Tavares e Dugin (2021), um senhor, morador do local, comunica às crianças do condomínio que antes de existir o conjunto habitacional, em sua

infância, trabalhava na área que concentrava um grande campo de plantio e cultivo de rosas, assim como em outros bairros de Nova Friburgo, que inclusive até os dias atuais é a maior produtora de flores de corte do Estado do Rio de Janeiro. Logo, em memória deste passado não tão distante, para preservar a identidade dos entrevistados desta pesquisa, seus nomes serão substituídos por nomes de flores e árvores.

Partindo do bairro da autora na cidade de Nova Friburgo, pego o ônibus 001, ora sentido Olaria, ora Terra Nova. É o ônibus mais comum da cidade, visto que ele contempla os bairros mais populosos da cidade, atravessando os bairros Olaria, Paissandu, Centro, Duas Pedras, Conselheiro Paulino e, finalmente, Terra Nova, linha direta do trabalhador. Um percurso de mais ou menos 13,5km, acompanhado pelo Rio Bengalas.

Figura 16: Rio Bengalas no distrito de Conselheiro Paulino



Fonte: Foto registrada pela autora

Diário de campo, 11 de maio de 2022

Ao chegar no Terra Nova, rapidamente os condomínios são avistados, um conglomerado de prédios adornados com roupas pelas janelas, varais na maioria das janelas, que nos dão pistas que os 42m² dos apartamentos na prática são um pouco estreitos para a necessidade da população ali. Logo avistei o dispositivo da Estratégia da Saúde da Família –

ESF, alocado em uma sala comercial, perto de uma das entradas principais para os Condomínios Terra Nova.

No dia 11 de maio de 2022, conforme os registros dos diários de campo, entrei no posto de saúde e esperei para falar com a recepcionista do local. Mais tarde descobri que ela era Agente Comunitária de Saúde ali. Me apresentei e introduzi o tema desta pesquisa, relatei meu interesse nos estudos de reconstruções pós-desastres e, após, ela pediu para que esperasse um pouco pois estava havendo uma vistoria do departamento de enfermagem. E fiquei no aguardo.

Reparei ao entorno, as pessoas que passam nas ruas, estranhamente, o distrito de Conselheiro Paulino tem uma temperatura mais elevada do que outras áreas de Nova Friburgo, estava quente e úmido. Logo consegui falar com a Coordenadora da ESF – Terra Nova, visto que para adentrar o campo me pareceu uma boa ideia iniciar pelo lugar onde as pessoas do território vão para se cuidar, afinal é um dispositivo de cuidado territorial.

Me apresentei novamente e introduzi a temática da pesquisa, a enfermeira chefe estava agitada com a vistoria, mas me deu atenção necessária e se posicionou dizendo que acreditava que não poderia me ajudar muito pois ela não mora em Nova Friburgo, tampouco passou pelo desastre em 2011, assumiu o cargo da coordenação havia pouco tempo e que conhece os usuários do serviço muito superficialmente.

Me senti frustrada em um breve momento, mas como fui abraçando as recalcitrâncias do campo, logo tomei estes dados como analisadores da situação problema Terra Nova. Expliquei que estava em fase de pré-campo e estava ali mais para conhecer o básico mesmo, até porque a pesquisa estava se iniciando. Pergunto se ela sabe quantas pessoas moravam ali atualmente e pegou uns papéis que, segundo ela, eram dados levantados pelo último coordenador da ESF, que tinha se aposentado após ter uma infecção complicada por COVID-19. Percebi que no documento não tinha data, mas que era basicamente tudo o que eles tinham sobre levantamento territorial.

Em tal documento constava que atualmente haviam 7.560 pessoas residindo nos condomínios. Contudo, a enfermeira traz o dado de que estavam com dificuldade de acessar alguns condomínios, e que o dado poderia estar desatualizado. De repente, ela se levanta, chama a auxiliar de serviços gerais da ESF e pede para ela conversar comigo. Dona Rosa reside no condomínio 8 e foi a primeira pessoa à qual conversei para me situar sobre como está sendo habitar aquele território.

Dona Rosa e sua família moram no bairro, porém cada familiar ganhou um apartamento em condomínios diferentes, ela mora sozinha no condomínio 8, a mãe e seu filho moram no condomínio 1, e uma outra irmã também.

Relatou que os apartamentos foram distribuídos aos poucos e que tem pouco tempo que seus irmãos também ganharam a residência na “última chamada”. Um irmão, como mãe e irmã, também mora no condomínio 1 e o último irmão a ser contemplado mora no condomínio 4. Perguntei se dentro do complexo dos condomínios existe algum bloco que fosse melhor de morar do que os outros e dona Rosa diz que os melhores condomínios são o 5, o 6 e o 8 por identificar alguma organização no local. E diz que os piores, que chamou de “olho do furacão” (Sic.) são os condomínios 1, 2, 3, 7 e 9, e complementa “é um negócio feio” (Sic.).

Dona Rosa diz que nos melhores condomínios tem síndico e subsíndico, mas que não sabia quais blocos tinham, mas tem conhecimento que no 8 encontra-se essas figuras. E comenta livremente “é muito difícil viver o presente, em janeiro de 2011, após o desastre, não teve essas coisas de psicólogo, psiquiatra. Perdi muitos amigos no bairro Rui Sanglard, a gente sente muita falta” (Sic.).

Dona Rosa comenta brevemente como foi o desastre para sua família, diz que sua mãe já era acamada na época, ouvia os gritos de pessoas pedindo socorro, sentia vontade de ajudar seus vizinhos, ao mesmo tempo em que também precisava de ajuda, visto que a estrutura de sua casa começou a ceder. Passou aquela madrugada aflita, relata que de repente ouviu um barulho alto, e os gritos de pedidos de socorro desapareciam em meio ao estrondo do desmoronamento.

Completo dizendo que os bombeiros chegaram só no dia seguinte, pois vieram do Rio de Janeiro e não conheciam a cidade. Contou como foi difícil retirar sua mãe acamada da estrutura que estava cedendo na terra instável. E logo após, levaram a família para um abrigo que também não era seguro, em uma escola que tinha uma barreira acima, “colocaram um plástico preto no teto para proteger, olha que ideia!” (Sic.) demonstrando absurda insatisfação.

Esses bombeiros do Rio de Janeiro não conheciam nada aqui, não conheciam o território e colocaram a gente em risco! Não apareceu ninguém pra ajudar igual nos desastres de hoje em dia, em 2011 ninguém foi ajudar. O único político que eu vi lá no meio da lama no Rui Sanglard foi o Glauber, posso falar, não vi mais ninguém! (Sic.).

Perguntei como é para ela morar no Terra Nova nos dias atuais, e respondeu mudando o seu semblante:

Ah, não gosto muito não. Não posso falar que sou feliz aqui. Todo dia eu lembro da minha casinha lá no Rui, eu lembro todos os dias desse dia, aqui meu filho mora com

a minha mãe, cuida dela lá no 1 e eu moro no 8, tenho que subir um morrão lá pra ver ela. Mas só vou lá quando tá claro, não subo pro 1 depois que fica escuro porque fica muito perigoso, aí às vezes eu durmo lá mesmo e só vou pra minha casa quando amanhece. De dia só dá pra andar lá se for morador, eles sabem quem é morador e quem não é e mesmo assim não ando lá a noite. Fico com muita solidão no meu apartamento sozinha, meu filho que cuida da minha mãe até hoje, quase não me visita. Lá no meu, eu pago síndico, vale a pena, é 38 reais, o prédio fica mais limpo, a entrada do bloco fica mais limpa. Cada andar tem um morador que limpa seu andar, assim dá pra viver melhor aqui, porque aqui tem uns blocos que são muito sujos mesmo, a entrada cheia de lixo, é horrível. Esses dias me falaram que tem um apartamento no [condomínio] 4 que moram 15 pessoas, imagina isso!

Perguntei se ela sabia se tinha alguma atividade de lazer nas redondezas e o que ela gosta de fazer para se distrair, e revelou que “no Terra Nova não tem nada pra fazer, vou na igreja lá em Duas Pedras e atividade aqui dentro acho que tem um rapaz de uma igreja que dá aula de capoeira pras crianças” (Sic.).

Dona Rosa ainda toca no assunto dos alugueis e vendas dos apartamentos, afinal, ficou acordado que a escritura do apartamento só vai sair no nome dos moradores após 10 anos das residências, e muitas pessoas estão vendendo e alugando suas moradias.

Isso não pode né, ninguém tem escritura de nada, eles nos deram os apartamentos pra “nós” morar e não pra alugar, mas a pessoa que já tem um dinheirinho prefere alugar e morar em outro lugar. Mas a gente não sabe de nada né, tem gente vendendo o apartamento e quem compra não leva documento nenhum então não “tão” comprando nada né.

E de fato eu mesma já tinha notado publicações nas redes sociais, em grupos de trocas, anúncios da venda de apartamentos no Terra Nova com preços extremamente abaixo do valor, como na figura 17.

Figura 17: Venda do apartamento no Terra Nova



Terra nova 1 bloco 6 ...

R\$ 27.000

Anunciado na quarta-feira em Nova Friburgo, RJ

👍 💬

Descrição

Primeiro dono!

Fonte: Anúncio da venda do apartamento em rede social

Perguntei se ela tinha vontade de sair do local e relatou que até tem vontade de sair, mas não se sente segura de sair e perder o apartamento “E se não me derem a escritura? Deve sair ano que vem. O pessoal da Caixa que ficou de chamar a gente lá pra assinar. Eu queria mesmo era morar lá no Rui, mas onde era a minha casa agora não tem nada, gostava de lá, tudo era normal, aqui não é normal” (Sic.).

Agradei pela conversa e peguei seu telefone, falei que voltaria mais vezes ali para conversar com ela e tentar conhecer os condomínios e ela respondeu “é eu só não sei se você vai me encontrar aqui porque estou cobrindo as férias da menina daqui eu não sou desse posto, mas como é perto da minha casa ficou bom pra mim, é só esse mês”.

Por fim conversei com a psicóloga do posto de saúde, disse que tinha sido chamada no processo seletivo que lhe garantiu vaga na ESF recentemente, que estava conhecendo as pessoas dali ainda e complementou dizendo que a maioria delas nunca tinha falado com um psicólogo na vida, pessoas com questões e traumas enraizados que nunca foram elaborados muito bem.

Tem gente que entra no consultório e conta toda semana a mesma história da chuva de 2011, elas tratam outros problemas de saúde aqui no posto, quando ficaram sabendo que ia ter psicólogo, ficaram felizes, principalmente os mais idosos, são os que mais gostam de conversar sobre a vida, contam desde a primeira gota de chuva que caiu do céu naquela semana até o momento do desastre. Essas pessoas contam muito sofrimento, no início foi muito difícil pra mim, ainda tenho dificuldade porque

nunca estudei nada de tragédia. Essa área da sua pesquisa é muito legal, a gente não vê nada disso na faculdade, é outra realidade (Sic.).

E complementa, “a gente vê muita teoria na faculdade, a gente não estuda as pessoas dentro dessa realidade, parece que falta tudo pra todo mundo” (Sic.). Concordei com as últimas colocações da psicóloga que inclusive me deu uma carona para o centro de Conselheiro Paulino e esperei o ônibus para voltar para Olaria.

Diário de Campo, 02/06/2022

Mais um dia chuvoso em Nova Friburgo, na manhã do dia 02 de junho de 2022, saí para campo receosa de encontrar poucas pessoas nos espaços comuns do bairro. Chegando em Conselheiro Paulino, mais uma vez, está mais quente do que no centro da cidade. Ao chegar ao Terra Nova, com os registros de consentimento impressos, pranchetas para facilitar a coleta das assinaturas, canetas com tinta, sapatos impermeáveis. Fui caminhar no entorno dos condomínios.

Encontrei os comércios entreabertos, lojas de doces e guloseimas com as portas de metal abaixadas, pessoas se comunicando com os olhos. As pessoas ali sabiam de algo que certamente eu não sabia do que se tratava. Perguntei na padaria se a senhora que estava me olhando sabia se estava acontecendo alguma coisa, e provavelmente estava.

“Vocês tão fazendo o que aqui? Vocês da política são complicados, só aparece na hora errada” (Sic.) e virou as costas entrando para a cozinha da padaria. Percebi que algo tinha acontecido na comunidade naquela noite. A senhora nem me deu ouvidos sobre eu não ser “da política”, muito menos esperou para ouvir sobre a pesquisa, segui em direção ao posto de saúde para conversar com os profissionais e entender o que se passava. Já estava quase me conformando que não colheria entrevistas nesse dia.

Ao chegar no posto de saúde, ela estava de portas abaixadas também, bati na porta, para verificar se tinha alguém no local, e não obtive respostas. Ainda fiquei nas redondezas da unidade de saúde uns minutos para ver se alguém passava ali e me dava alguma informação. Todas as pessoas que parei e perguntei “o que está acontecendo?” todos, sem exceção responderam: “Você não é daqui né?! Melhor você ir embora, hoje não tá legal pra ficar parado aqui não”.

Esperei mais um tempo, e continuei recebendo olhares desconfiados e de repulsa, de alguma forma, achei melhor seguir os conselhos dos moradores, não parecia ser algo que pudesse se falar abertamente, mas algo aconteceu. Fui embora, e mandei mensagem para as

trabalhadoras da ESF que tinham ficado sabendo de troca de tiros nos territórios dos condomínios 1, 2, 3 e 4.

Pela primeira vez me senti verdadeiramente receosa com o campo de pesquisa, não que a troca de tiros tenha adentrado a minha imaginação e se tornado algo de outro mundo, e sim ver como se locomoviam as pessoas, como estavam fechados ao outro, como se comunicavam com poucas palavras. Mantinham em silêncio como se todos fossem coautores da situação.

Diário de Campo, 22/09/2022

Mais uma ida a campo, no dia 22 de setembro de 2022, saindo do bairro de Olaria, peguei o ônibus para o distrito de Conselheiro Paulino e de lá pedi um carro no aplicativo para os condomínios já que este transporte não ia até os condomínios. Ao entrar no carro me deparo com o senhor Palmeiras de 38 anos, sua casa foi interditada pela defesa civil no bairro do Floresta após o desastre e foi oferecido uma moradia no Terra Nova para ele e sua família. Senhor Palmeiras consentiu com a entrevista, assinou o RCLE e também ganhou uma cópia, revelou que mora no condomínio 9 e lá não tem uma liderança sindical, porém os moradores de seu bloco pagam “um dinheirinho por mês” (Sic.) para que alguém limpe o entorno do bloco, porém apenas o seu bloco.

Para compreender um pouco mais sobre o território, perguntei quantos blocos tem no condomínio 9, e o senhor Palmeiras disse que tem 10 ou 11, mesmo revelando morar lá desde que lhe deram o apartamento, há mais ou menos 5 anos. O senhor Palmeiras revela que “o condomínio 9 é tranquilo, é bom de morar” (Sic.), e por fim se queixou da falta de espaço, afinal os apartamentos não contam com varanda e a área comum contempla 11 blocos, com 20 apartamentos por bloco, logo são 220 apartamentos. O Senhor Palmeiras me deixou no destino final que era a ESF – Terra Nova que já contava com uma fila de espera. Durante toda a pesquisa e colheita de entrevistas, mantive a ESF – Terra Nova como aliada e um lugar para descansar, tomar água e me demorar. Ouvi queixas, observei a população que ali buscava atendimento, às necessidades em relação aos especialistas que precisavam. Ou seja, o posto de saúde se tornou uma espécie de observatório no campo de pesquisa.

Decidi entrar nos condomínios pela primeira vez. De quem vê de fora, ou por vista e fotografias de drone, o conjunto habitacional não se distingue muito bem, todos têm a mesma cor, não há divisórias entre os condomínios. É um ambiente diferenciado, pessoas caminham rápido, com olhares de canto de olho para os lados.

Vale ressaltar para este trabalho que fui a campo em época eleitoral, e antes de iniciar as pesquisas, já me apresentava e avisava que não se trata de política partidária e sim de uma pesquisa para o mestrado sobre reconstrução de vida após desastres ambientais. Tentei simplificar ao máximo a linguagem, afinal senti muita hostilidade da população no campo, porém tentei que isso não cristalizasse a minha atuação da pesquisadora no local.

Figura 18: Condomínio Terra Nova 5



Fonte: Foto registrada pela autora

Logo em frente ao condomínio 5, encontrei o Senhor Hibisco mexendo em uma grande lixeira. Este é catador de recicláveis, pedi para entrevistá-lo e me respondeu ríspido: “estou trabalhando” (Sic.). Esta fala me atravessou como um tapa, afinal percebi como não pensei que eu poderia o atrapalhar naquele momento, e percebi o meu preconceito para com sua função no momento, expliquei a pesquisa, que seria rápido e que não pretendia o atrapalhar por muito tempo.

O Senhor Hibisco relatou que prefere morar no Terra Nova do que em sua antiga casa no bairro Alto do Floresta, lá sua casa era mal estruturada e foi levada pelas chuvas na madrugada de 11 de janeiro de 2011. Ali no Terra Nova o apartamento é “direitinho” (Sic.),

relatou que antes de ser morador do Condomínio ficou em situação de aluguel social e há 5 anos foi alocado no condomínio 7, que conta com 15 blocos, logo, 300 apartamentos. Questionei se o senhor Hibisco preferia uma casa no bairro Alto do Floresta ou o apartamento do Terra Nova, e este sem se demorar diz “aqui tá beleza” (Sic.). Agradei o seu tempo e percebi que minhas hipóteses sobre as moradias do Terra Nova estavam equivocadas, como falarei com mais detalhes no próximo capítulo.

Após falar com o Senhor Hibisco segui em direção ao condomínio 5 sem ao menos saber aonde eu estava e para onde estava indo, estava me guiando pelos infinitos prédios exatamente iguais que se distinguiam pelas roupas na janela, mesmo em um dia chuvoso. Logo à frente avistei um trailer que vende de tudo: hortaliças, macarrão, refrigerante, pipoca doce, isqueiro, barbeador, entre outros alimentos e objetos. Ali encontrei o Senhor Girassol de 47 anos, ele administra o trailer em frente ao condomínio 6.

Senhor Girassol morava no bairro Floresta durante o desastre, ganhou o apartamento há 5 anos, também perguntei se ele preferia que o poder público o alocasse no bairro Floresta e disse que lá não teria estrutura para construir o condomínio, mas caso fosse possível preferia morar em uma casa, “eu tinha terreno, eu podia plantar alguma coisa pra nós mesmo” (Sic.). Perguntei se ele achava que faltava espaço no apartamento e ele me respondeu que atualmente está divorciado, e agora mora sozinho, então não lhe falta espaço. Agradei pelas respostas e refleti brevemente que, de fato, o apartamento para uma única pessoa fica bom, afinal já havia conversado de forma informal com uma senhora que falou que tinha um apartamento onde moravam 15 pessoas, e comentei sobre isso com o Senhor Girassol e ele não acreditou, “que isso menina, não cabe isso tudo não” (Sic.), brincamos sobre as pessoas revezarem seus horários de dormir e que precisariam de muitos beliches.

O sobrinho do Senhor Girassol estava por perto e o convidei para participar da entrevista, o jovem Lírio de 22 anos também sobreviveu ao desastre em 2011, morava no bairro Morro do Rui, “Sinto falta do quintal, a maioria das pessoas deve sentir falta do quintal. Dava para pendurar uma roupa para secar, ter um gato, um cachorro, alguma coisa assim. Mas é melhor do que morar na rua né.” (Sic.). A partir dessa fala perguntei se era possível fazer um churrasco na churrasqueira do condomínio, Lírio responde que é possível fazer um churrasco, porém aparecem diversas pessoas que nunca sequer olharam para ele nesses eventos e não levam nada e comem tudo, às vezes aparecem crianças da vizinhança no churrasco e não consegue negar comida, quando vê os desconhecidos já comeram tudo e Lírio fica no prejuízo, logo não utiliza mais a área comum do condomínio. Atualmente mora com seu pai no condomínio e por fim revela: “dá pra morar” (Sic.).

Também próximo ao trailer estava dona Amarelinha de 74 anos, em 2011 ela residia no bairro Campo do Coelho (zona rural) e atualmente mora no condomínio Terra Nova 5.

[...] lá nós tínhamos uma casa grandona, tínhamos varanda, quintal. Morávamos com um escadão de 100 e poucos degraus e meu marido precisava descer pra ir ao médico. Era uma dificuldade danada. Um dia a defesa civil chegou lá e perguntou se nós gostaríamos de mudar. Eu disse que nós gostávamos de lá, mas meu marido precisava descer para ir ao médico e era uma dificuldade danada. Eles disseram “E se nós déssemos um apartamento no Terra Nova? Vocês iriam pra lá?”. Eu mudo, para favorecer o meu marido eu mudo. Daí nós mudamos pra cá.

Dona Amarelinha conta sobre o falecimento do marido após um AVC: “Vai fazer 4 anos de morte. Um tempo atrás (apontando para o apartamento) não tinha grade nem nada, eu coloquei tela e grade. Eu gosto de morar, aqui é tranquilo.”

Logo em seguida passou um jovem chamando Dona Amarelinha de “vó” e perguntei se seus netos moravam com ela. E Amarelinha me disse que na localidade muitas pessoas a chamam de “vó”, um apelido carinhoso, mas que ela tinha apenas um neto que a visita de 15 em 15 dias. Relatou que mora com seu filho que, após se divorciar, foi morar com ela. Dona amarelinha diz que atualmente seu filho é o homem da casa, e que ela tem baixa visão, problemas de locomoção após um tombo no banheiro do apartamento. Perguntei se ela conseguia acessar os serviços de saúde na Estratégia da Saúde da Família em frente aos prédios, e disse que não consegue pois ali só tem médico uma vez por semana. Por fim estava próximo ao horário de almoço e perguntei se a localidade costumava ser como estava naquele dia de campo e ela relatou, “não, hoje está tranquilo”.

Durante as entrevistas fui percebendo que os moradores estavam muito desconfiados com as minhas perguntas e a minha presença, talvez por ter ocorrido em período eleitoral, ou por outros motivos. Estive presente no campo por 5 vezes, onde passei o dia caminhando pelas redondezas e ao final, retornava à ESF para conversar com os colegas da saúde do bairro, onde me atualizavam de certas dificuldades e fragilidades da Rede de Saúde do município de Nova Friburgo.

Durante o período eleitoral, alguns médicos tentaram se eleger como deputados estaduais e federais, tirando licenças e, conseqüentemente, deixando lacunas nas Unidades Básicas de Saúde, sendo a UBS do distrito de Conselheiro Paulino um dos mais afetados, visto que os médicos que atendiam ali a população também do Terra Nova foram remanejados para outros bairros tão populosos quanto Conselheiro. De certa forma, percebe-se um “vazio sanitário” na região, principalmente em especialidades como a psiquiatria e a ginecologia.

Figura 19: Condomínio Terra Nova 5



Fonte: Foto registrada pela autora

Logo em frente ao condomínio da foto acima, encontrei Dona Faveira que, após explicação e leitura do RCLE, se colocou disponível para participar da pesquisa e me passou seu endereço completo: mora no condomínio 5, no bloco 6, no terceiro pavimento. Relatou que morava no bairro Alto do Floresta antes do desastre, e complementou dizendo que preferiria que tivessem reconstruído sua antiga casa que foi condenada e, posteriormente demolida, “eu preferia lá, porque lá é casa no chão e nós não estamos acostumados com apartamento” (Sic.). Disse que até hoje tem dificuldades de morar em apartamento, morando com seu marido e filha, os 42 m² “sempre falta espaço” (Sic.). Por fim perguntei como é morar no Terra Nova e dona Faveira relata “para nós que vivemos sempre *tranquilos* é bom né” (Sic.).

A resposta final de Dona Faveira começou a me trazer certa inquietação, me questionando o que é viver *tranquilo*? Afinal Dona Amarelinha, vizinha de Faveira, já havia falado sobre “hoje está *tranquilo*” (Sic.). O que querem dizer sobre tal tranquilidade? O tema será abordado mais adiante.

Segui a rua e entrei no Condomínio Terra Nova 6, onde um casal estava sentado aproveitando raros momentos de céu aberto na cidade serrana, tomando um pouco de sol na área comum do conglomerado de prédios. Pedi licença, expliquei a pesquisa e perguntei se poderia me sentar ao lado da dupla. Senhor Sazanca e Senhora Lavanda perderam a casa no desastre de 2011, moravam de aluguel no bairro Jardim Califórnia, onde relataram “Alagou

tudo, foi tudo embora, nós ficamos em cima de uma Kombi durante a chuva a madrugada toda [...] meus parentes ficaram nervosos porque pensaram que a água tinha levado a gente também” (Sic.). Perguntei ao casal se eles conseguiram o benefício do aluguel social que foi dado às vítimas do desastre enquanto o Governo do Estado construía o Terra Nova e Sazanca respondeu dizendo que sua esposa até deu entrada no benefício, porém foi recusado pois pagavam aluguel da propriedade, logo não tinham direito a nenhum auxílio.

Estranhei a situação e perguntei como vieram morar nos Condomínios Terra Nova e a senhora Lavanda disse que tem uma filha que mora “do outro lado” (mencionando o bairro Riograndina, vizinho do Terra Nova), então alugaram um apartamento no Terra Nova 6 para ficarem perto de sua filha. Pergunto se o casal gosta de morar no local e o Senhor Salamanca respondeu com firmeza “eu estou gostando, é *tranquilo* [...] quem faz o lugar é o morador!” (Sic.). Enquanto o Senhor Sazanca me dava tal resposta, um outro morador sentado próximo a nós, aparentemente debochava das respostas e fazia um som que soou como um “*pffffff*”.

Figura 20: Área Comum Condomínio Terra Nova 6



Fonte: Foto registrada pela autora

A entrevista do casal começou a provocar reflexões sobre as funções da moradia, afinal o critério para se escolher uma moradia pode ser muito subjetiva. Alguns buscam praticidade, estar em um centro comercial, se localizar em um lugar seguro, perto de algum familiar ou amigo, estar próximo a pontos de ônibus, mercados e afins, e/ou todos os fatores anteriores.

Dona Lavanda, no auge dos seus 92 anos, parece ter optado pela companhia da filha, junto ao valor do aluguel acessível para sua renda de aposentadoria e junto ao recente crescimento do bairro Terra Nova, que ganhou um grande supermercado, diferente do bairro de sua filha, que não conta com tal estrutura.

E baseado nestas reflexões, resolvi aproveitar a entrevista de Lótus que diferente de todos os entrevistados não morava em Nova Friburgo durante o desastre de 2011, se mudou para a cidade há pouco tempo e alugou também o apartamento no Terra Nova 7, no bloco 3. Lótus mora com seu filho de 8 anos e esposo, e reclama que falta espaço “não só pra mim, como para todo mundo, se tivesse uma varanda, já ajudava.” (Sic.).

Lótus relata que mora no Terra Nova há menos de 2 meses, assim que saiu do município de Cantagalo – RJ, mudou-se para o bairro de Riograndina em Nova Friburgo. Morava em uma casa com quintal grande, bastante espaçoso, porém tinha que se locomover do bairro para comprar comida, roupas, remédios, médicos, tudo. Seu filho estuda na escola do bairro, porém necessita ir longe para comprar artigos básicos e corriqueiros do dia a dia. Com tal dificuldade, ela e o marido decidiram se mudar para um lugar em que os serviços fossem mais acessíveis, e optaram pelo Terra Nova, “aqui tem o mercado aqui do lado, é rapidinho, faço tudo a pé” (Sic.). Perguntei se ela sabia que o bairro tinha má fama na cidade e Lótus respondeu de forma bem resolutiva “aqui tem o que tem em qualquer lugar, o povo que fala demais” (Sic.).

Lótus apresenta elementos que a presente pesquisa desconhecia como a atividade de boxe para as crianças duas vezes por semana na área comum do condomínio. Pergunto de quem é esta iniciativa e ela responde que parece ser só uma pessoa querendo ajudar as crianças, não tendo auxílio da prefeitura ou organizações sociais locais. Pagam 20,00 reais por mês ao professor, e Lótus complementa “fico assistindo a aula, não deixo meu filho aqui embaixo sozinho nunca, tanto que estou esperando meu filho agora voltar da escola aqui, ele sai do ônibus e já pego ele aqui, violência tem em todo lugar e aqui não é pior nem melhor, tem que ficar de olho.” (Sic.).

Mesmo Lótus não se enquadrando no perfil da pesquisa, achei pertinente seu modo de existir no Terra Nova. Preferiu investir no aluguel em um espaço no qual consegue resolver os problemas do cotidiano e enquanto está sem emprego, coloca-se à disposição de acompanhar

seu filho nas atividades, sente falta do espaço que tinha na casa antiga, mas ainda assim, sente seu aluguel sendo melhor aproveitado no Condomínio do que no bairro em que os serviços eram distantes. A escolha da moradia parece, antes de tudo, englobar as prioridades construídas nos territórios existenciais de cada indivíduo e suas maneiras de estar no mundo.

Retornei à Estratégia da Saúde da Família – ESF, e percebi que estava se formando uma fila na porta, naquele dia em específico teria atendimento médico para além do atendimento da psicóloga e marcação de consultas com as enfermeiras e agentes comunitários de saúde (ACS). Novamente fui bem recebida, contei que tinha visitado alguns condomínios e conversado com algumas pessoas e logo perguntaram “você foi no 1, 2, 3 e 4?” respondi que não, afinal segui a rua de baixo e me disseram que o posto de saúde não cobre visitas domiciliares nos condomínios de cima, pois foi proibido pelos traficantes de lá. Inclusive me pediram com muita franqueza e honestidade que eu não fosse até lá desacompanhada por alguém que more em um desses apartamentos.

Por segurança concordei em não ir até estes condomínios desacompanhada, porém fiz algumas perguntas sobre a diferença dos condomínios que visitei para os da rua de cima. As trabalhadoras da ESF alegaram que, nos primeiros agrupamentos, o tráfico é mais presente de forma a interrogar os pedestres perguntando aonde vai, o que quer ali, geralmente armados e sob efeito de substâncias. Achei arriscado subir sozinha, afinal, não consegui marcar com nenhum morador para visitar os apartamentos de cima, porém entrevistei Dona Violeta, de 64 anos, na fila do posto, sentada na recepção, após ler e assinar o RCLE.

Dona Violeta me relatou que mora no Condomínio 9, mas que trabalha todos os dias no apartamento da filha no Condomínio 1 com facção de peças íntimas. Era moradora do bairro rural Campo do Coelho, onde “[...] a casa que eu morava que rachou e a casa que o meu filho ia morar embaixo, a prefeitura interditou” (Sic.). Relata que no dia do desastre nada lhe aconteceu, mas chegou a entrar água na casa dos vizinhos próximos.

Pergunto a Dona Violeta se ela gosta de morar no Terra Nova e ela responde “Com sinceridade? Não, eu preferia a minha casinha” (Sic.), diz que preferiria mil vezes que o governo reformasse sua antiga residência do que ser alocada no condomínio. “Aqui a gente vê muita coisa. Aqui é muito misturado, ainda bem que eu fico em casa o dia inteiro. Eu saio de manhã e vou ajudar minha filha [...] eu não fico dentro do apartamento sufocada. Por exemplo, hoje eu saí para ir ao médico, pois a minha saúde não é lá essas coisas” (Sic.).

Dona Violeta relata que ajuda a filha na facção, ganhando 50,00 reais por dia para ajudá-la. Pergunto se ela limpa as peças e ela traz que ela monta as calcinhas, “peguei a profissão depois de velha” (Sic.). E pergunto o que ela fazia quando morava em Campo do

Coelho e ela dizia que recebia apenas uma pensão por morte do INSS. “Aqui estou devendo gás pois não tenho condição de pagar. Esse apartamento não é para pobre, o que eu pago aqui é mais do que o aluguel. Antes eu pagava 300,00 reais de aluguel, vim pra cá e a situação piorou.” (Sic.).

Quanto mais Dona Violeta falava mais vulnerabilidades iam aparecendo em seu discurso, diz que é como se pagasse aluguel, “aqui paga água, luz nem se fala, já cortaram duas vezes, o preço do gás é absurdo.” (Sic.), e complementa dizendo que mora com um neto e uma neta, que já são maiores, mas não trabalham.

Dona Violeta compara o cenário atual, com o cenário do passado dizendo “Contava só com a pensão, criei 3 netos lá, era bem melhor” (Sic.). Diz que quando morava em Campo do Coelho, ela plantava no terreno, basicamente criou os netos com aquilo que plantava. Enquanto em sua realidade atual:

Essa semana eu fui pra casa da minha filha e peguei aquela chuva, fiquei resfriada, com asma e não consegui dormir. Meu neto disse que não vale a pena andar debaixo de chuva por causa de 50 reais, não dá pra comprar remédio. Só a bombinha de asma é mais de 200 reais e não dá para eu comprar com esse dinheiro (Sic.).

Por fim, a senhora diz que tem um empréstimo descontado da pensão do INSS de uma outra época que passou por uma situação difícil e com o desconto da dívida, só sobram uns 300,00 reais “que não dá pra nada” (Sic.). E perguntei se ela acredita que a realidade seria diferente caso ela estivesse morando em Campo do Coelho, e responde com convicção e saudosismo que seria.

Dona Violeta foi chamada para a consulta médica, me despedi enquanto me devolvia a caneta que havia assinado o RCLE. Logo após, uma das ACS me chamou para conversar com a coordenadora da ESF, ela me questionou amigavelmente por quê eu estava sumida, expliquei que tive alguns problemas de saúde, mas que já havia melhorado. Contei que tinha coletado algumas entrevistas e ela celebrou.

Conversamos a ponto de criar certa intimidade e descobri que ela atua como enfermeira em saúde mental em outra matrícula da prefeitura e encontramos essa temática em comum. A coordenadora relatou sobre a dificuldade de abranger o território do Terra Nova com poucos profissionais e com a precariedade do posto e puxa um papel com dados de estimativa com a relação de quantidade de Condomínios, Blocos, Apartamentos contando que em cada residência conta com 4 moradores.

Da outra vez que você esteve aqui, eu trabalhava aqui há muito pouco tempo, nesse meio tempo também busquei compreender mais a quantidade de gente que a gente atende. Até porque tenho que preencher documentos de quadrimestre e mensal para a secretaria de saúde do Município. É uma luta entender aqui, porque cada condomínio tem uma quantidade diferente de blocos, não tem uma regra (Sic.).

Tabela 2 – Relação de condomínios e quantidade de blocos e apartamentos

Condomínio	Bloco	Apartamentos
1	11	220
2	12	240
3	12	240
4	7	140
5	15	300
6	14	280
7	15	300
8	13	260
9	11	220

Fonte: Tabela reproduzida pela autora

Segundo os dados coletados com a coordenação da ESF – Terra Nova, estima-se que há 2200 apartamentos, logo estima-se que residam 4 pessoas por apartamento, moram 8800 pessoas no Terra Nova, e tem 3.141 pessoas cadastradas na unidade de saúde. Nas entrevistas, muitas pessoas alegaram não conseguir os atendimentos necessários na ESF, como falado acima. E agrava quando a própria comunidade não cria vínculo com o serviço, e também pela organização de narcotráfico restringiu os cuidados aos moradores, pelo o que foi dito a respeito dos condomínios 1, 2, 3 e 4 nas entrevistas.

5.3 PAISAGEM SONORA: O JAZZ DO TERRA NOVA

Enquanto circulava por alguns cantos da rua que interliga os Condomínios 5, 6, 7, 8 e 9, foi encontrado muito lixo no local, alguns lugares menos sujos, outros mais. Por toda parte desta área comum é possível ouvir diversas máquinas de costura em ação, semelhante a uma sinfonia do trabalho informal, visto que na maior parte das vezes as costureiras não recebem ajuda de custo para manter as máquinas em suas casas, arcando então com a eletricidade, consertos e manutenções por sua conta. Em Nova Friburgo, o ato de costurar em casa é chamado de “fazer facção”. Muitas mulheres em toda a cidade fazem facção para fora, visto que o município também é conhecido por ser o polo regional da moda íntima.

As costureiras de facção raramente têm um salário fixo, em sua grande maioria recebem por produtividade, e cada cueca e calcinha lhe rende alguns poucos centavos. Logo, para pagar alguma conta do mês, é necessário montar, passar viés (elástico), pregar lacinho,

pregar etiqueta, limpar, rebater e travetar milhares de calcinhas. Tal sinfonia das máquinas de costura me chama muito atenção, pois também é assim em meu bairro, e já tive um convívio próximo com esta dinâmica por muitos anos da minha vida. Soa como uma orquestra, alguém toca uma Colarete, de forma contínua, som de base. Outra entra com uma Travete, escandalosa e pontual, três pontos vai acompanhando, dando corpo a sinfonia não-harmônica do grande ganha pão industrial friburguense.

Apesar das mães de família, em nenhuma das visitas a campo encontrei o lugar de forma muito barulhenta, é possível ouvir a pista de cima caso o ônibus esteja se aproximando, também é possível ouvir jovens oferecendo drogas a quem passa, também é comum ouvir vizinhos se ajudando, dando carona uns aos outros, levando diversas crianças para a escola.

Diferente da grande maioria da cidade, não há muitos carros novos pelos condomínios, tal fato me chamou a atenção, pois até em bairros humildes de Nova Friburgo, há pessoas com casas simples e carros modernos, logo, fazia tempo que eu, particularmente, não via tanto carro com mais de duas décadas circulando. Tal tópico surge por ter se evidenciado mais de uma vez no diário de campo, os sons também compõem os territórios existenciais do entorno.

Há muito improvisado em meio aos prédios que são tão milimetricamente posicionados. Na maioria dos prédios no térreo, os prédios não possuem cortinas, as pessoas utilizam lençóis, colchas, cobertores e afins. Não se pretende mostrar o interior, afinal viola toda a privacidade dos moradores daquele apartamento.

Figura 21: Condomínio 9



Fonte: Foto registrada pela autora

Ao transcrever as entrevistas percebi que tampouco mantive a mesma estrutura na ordem das perguntas, principalmente pelos participantes muita das vezes toparam participar da entrevista, mas mantiveram-se em uma postura desconfiada, e a falta de receptividade influenciou em minha postura, me trazendo em uma posição de nervosismo no início. Também fiquei desconfortável com pessoas que foram demasiadas objetivas, visto que em uma pesquisa exploratória qualitativa que pretende-se colher constructos da subjetividade, a objetividade das respostas pode tornar algumas análises mais rasas.

Foi possível perceber que quase todos os moradores queixam-se do espaço, para muitos é a primeira vez que se está morando em um apartamento, e isto de “não morar no chão” e não ter varanda é o que mais incomoda os entrevistados. A falta deste espaço também é sinalizada como falta de lazer dos moradores, afinal como as pessoas foram alocadas nos condomínios por ordem de data de inscrição, muitos moradores são vizinhos próximos de pessoas que nunca viram em sua vida, e não puderam escolher qual andar ficariam, a cor das paredes, entre outra qualquer outra escolha. Na verdade, parece que não teve escolha pois a

defesa civil interditou a maior parte da casa dos entrevistados, apenas o casal perdeu a casa que era alugada no dia da chuva em si.

Figura 22: Condomínio 9



Fonte: Foto registrada pela autora

Na foto acima, é nítido como anseiam por uma varanda, um varal, ou um simples cercadinho que cumpra este papel, fiquei com vontade de conversar com estes moradores, porém os donos do apartamento não foram encontrados no local e também não foi encontrado outro apartamento com esta área improvisada.

Para além do som das máquinas de costura, ouve-se claramente o diálogo das famílias. Estive no campo em horários em que tinham crianças indo para a escola, então vi muitos vizinhos se ajudando, dando carona para outras crianças, combinando articulações com seus pais. Ao passo que também fui abordada por 2 jovens, provavelmente na faixa etária dos 13 aos 16 anos, que aparentemente estavam vendendo alguma substância ilícita em frente ao condomínio 7. Ouvi os cochichos entre eles “vende pra ela” (Sic.), claramente eles sabiam que eu não sou moradora do local.

Outro som muito comum e recorrente era o barulho dos carros antigos nas ruas. Afinal, no centro de Nova Friburgo, existem muitos carros novos, uma vez que, por conta do ramo de

moda íntima ser muito lucrativo, muitos empresários impulsionam o PIB da cidade e estão sempre com carros de última geração. Inclusive no bairro que eu resido, tem muitas confecções, então vejo muitos carros novos que são quase silenciosos, enquanto no Terra Nova, é justamente o contrário. São muitos carros antigos e barulhentos, que acabaram por me despertar a atenção e me fizeram analisar o porquê da minha estranheza com tais automóveis demasiadamente ruidosos.

O conjunto das máquinas de costura, crianças gritando, vizinhos combinando ações com as responsabilidades das crianças, jovens vendendo ilícitos e carros roncando traz um verdadeiro jazz para o ambiente. A poluição sonora chama a atenção visto que em outros horários que fui a campo, predominavam apenas as máquinas de costura (que não têm hora para cessar), mas o horário entre 11h às 13h é extremamente agitado, turbulento, movimentado e, principalmente, improvisado.

5.4 CARTOGRAFIAS DE POSTO DE SAÚDE

Desde que comecei a frequentar o campo de pesquisa e sempre passando na ESF como parada final, os profissionais foram sempre solícitos a respeito das informações que procurava, inclusive sobre o levantamento de moradores, apartamentos, cobertura da estratégia, entre outros. A atual coordenadora da ESF traz também um déficit de profissionais na Rede, uma vez que a equipe conta com somente 3 Agentes Comunitários de Saúde para um território que conta com aproximadamente 10 mil habitantes.

Muitos entrevistados não contam com a ESF para os cuidados que necessitam, afinal, no local tem apenas clínico geral uma vez por semana, então por muita das vezes, os moradores fazem exames e consultas na rede privada de saúde, logo, fazem empréstimos, pedem dinheiro a parentes e amigos para tais finalidades.

Em 20 de maio de 2022, compareci à 1ª Conferência Regional de Saúde Mental da Região Serrana – RJ, no município de Bom Jardim e lá, o Conselho Estadual de Saúde apresentou que a cobertura da Atenção Básica de Nova Friburgo cobre aproximadamente 33% do território municipal³⁵, percebe-se que por mais que o distrito de Conselheiro Paulino tenha características de um vazio sanitário, todo o município sofre com a falta de assistência da Rede de Atenção Básica. Logo, não é exclusivo do bairro Terra Nova a falta de cobertura de saúde.

Entretanto, como moradora de Nova Friburgo, inclusive habitando em bairros periféricos, desconheço outra localidade que tenha uma “proibição” expressa de traficantes

³⁵ Dados coletados pelo Conselho Municipal de Saúde de Nova Friburgo (2022)

contra visitas da saúde e desassistência por este motivo. Procurei saber através da Rede, visto que atuo no único CAPS AD da cidade e o único lugar que tem essa proibição são esses condomínios Terra Nova 1, 2, 3 e 4. Busquei ainda verificar tal informação com a coordenação do programa Melhor Em Casa, que realiza cuidados domiciliares em toda a cidade para confirmar as colocações acima, e de fato não há nenhum outro bairro que apresente esta problemática como os prédios dos condomínios de 1 a 4 do bairro Terra Nova.

Para além disso, percebe-se a falta de estrutura física e precariedade da ESF – Terra Nova, visto que está alocada em uma loja comercial e os consultórios para atendimento são constituídos por divisórias de madeira compensada que não separam as salas 100%, as conversas são ouvidas em outros espaços visto que as divisórias não vão até o teto, separando apenas o visual, dando eco em outros espaços, como na foto abaixo.

Figura 23: Consultório de psicologia ESF - TERRA NOVA



Fonte: Foto Registrada pela autora

A ESF não conta com Assistente Social, e há grande demanda para psiquiatria e neurologista, visto que tal população sofre muito com as consequências dos traumas não elaborados na época do grande desastre. Um dos enfermeiros da ESF relata em certo momento que já trabalhou em muitos lugares diferentes, mas que nunca esteve em uma Estratégia que houvesse tantas pessoas tomando remédios controlados.

Muitos procuram o posto apenas para renovar as receitas medicamentosas, devido à falta de profissionais, não há uma reavaliação do quadro de muitos usuários, necessitando de acontecimentos extremos como surtos psicóticos e convulsões e são levadas ao Hospital Municipal Raul Sertã para os primeiros socorros e medicações paliativas. Há a grande ocorrência de encaminhamentos para o posto que não tem mais médicos psiquiatras, logo, o morador que depende da saúde pública acaba com diversos encaminhamentos, vai pra ESF e não encontra o médico, é encaminhado para a UBS Conselheiro Paulino, não encontra o médico, é encaminhada para a UBS do centro da cidade, rompendo o vínculo territorial das diretrizes do SUS.

Para além disso, há um déficit de aproximadamente de 7 Agentes Comunitários de Saúde para contemplar todos os condomínios, mesmo com a restrição do tráfico local, ademais, a ESF não conta com um automóvel para realizar as visitas e tornar o processo de acompanhar os pacientes de forma mais rápida e eficaz. Mesmo com a proximidade do território, são muitas pessoas dependentes da ESF.

As cartografias da ESF nos dão pistas de que os profissionais do local se desdobram para atender toda a demanda em um espaço precário, onde a privacidade não é respeitada, e talvez, não tenha sido preparada para dar tal privacidade para este público. Outra observação que me chamou atenção foram os cartazes sobre planejamento familiar no SUS, sendo que este serviço não é oferecido pela ESF, sendo encaminhado para outros dispositivos. Porém, o destaque é que, mesmo conhecendo a rede da cidade, nunca vi este cartaz sobre a temática em nenhuma outra unidade básica de saúde, o que me causou estranhamento.

Figura 24: Cartaz informativo da ESF - Terra Nova



Fonte: Foto registrada pela autora

Ao passo que fiquei muito satisfeita de encontrar um cartaz informativo, explicando o que é uma Estratégia da Saúde da Família, com linguagem acessível e fotos da equipe, o que ajuda a população a compreender como, de certa forma, utilizar o SUS de forma correta, explicando que é o primeiro nível da atenção à saúde, entre outros dados que são relevantes e deveriam constar em todos os dispositivos, afinal, em Nova Friburgo é muito comum que as pessoas acessem a saúde apenas pela entrada emergencial, via UPA e/ou Hospital Municipal.

A equipe apresenta uma estrutura e planejamento de atividades que também não acontecem, como grupo de familiares, grupo de mulheres, educação em saúde. Perguntei à enfermeira porque tais atividades não ocorrem e ela relata que não tem espaço para fazer tais reuniões, a própria fila para o médico já traz o superlotação da Estratégia e outro empecilho é a falta de profissionais disponíveis para realizar as atividades com a comunidade.

Também procurei saber se os trabalhadores da ESF moram no bairro, e apenas a auxiliar de serviços gerais mora em um dos condomínios, entretanto ela não é desta ESF, por

algum motivo estava cobrindo as férias de outro profissional no Terra Nova pois seria vantajoso para ela, mas nas minhas outras idas ao dispositivo de saúde, não a encontrei mais, já havia retornado ao seu local de trabalho habitual. A coordenadora da ESF tampouco é residente do município de Nova Friburgo, apenas a psicóloga é residente do distrito de Conselheiro Paulino, porém era a profissional mais nova no local, visto que em março de 2021 houve uma chamada para 20 psicólogos para Atenção Básica do município devido à alta demanda no Sistema de Regulação, também conhecido como SISREG.

5.5 O QUE É MORAR TRANQUILO?

Ao conversar com os moradores, mesmo concordando com RCLE, senti muito receio da parte dos entrevistados de expor suas opiniões de forma clara, as respostas sucintas me alertaram para talvez um certo medo de se comprometer, afinal, busquei habitar o mesmo território repetidas vezes, porém não encontrei os mesmos entrevistados em nenhuma das vezes.

Percebe-se que os entrevistados na Comunidade Terra Nova são desconfiados e têm dificuldade de criar laços com terceiros. Compreendeu-se que a maioria dos moradores gostariam de ter reconstruído as suas vidas pós-desastre no mesmo bairro que já habitavam, porém a grande maioria já se acostumou a residir no Terra Nova, e até encontra-se pessoas que já estão migrando para os condomínios por vantagens territoriais, como a proximidade com os comércios como mercados e farmácias.

Há muito medo de tocar no assunto da violência local e das imposições do narcotráfico organizado. Porém “se você vive tranquilo, aqui é um bom lugar”. E foi pensando nesta colocação que trouxe a entrevista de Lótus, “aqui tem o que tem em todo lugar” (Sic.), e não há como discordar desta afirmação. Tem quem vive bem, tem quem viva de ilícitos, tem quem busque se cuidar, há quem não ligue para a saúde. Os Condomínios Terra Nova têm pessoas de todos os bairros afetados pelas chuvas de 2011. Fica evidente nas entrevistas que os imigrantes induzidos da Zona Rural para os apartamentos são os que mais sentem tal mudança de território existencial, mas mesmo assim, é possível morar tranquilo.

No documentário de Lage (2019), um dos moradores se queixa dos títulos de publicações que a mídia local transmite sobre o Terra Nova “Por exemplo, sai a notícia: cachorro é atropelado no Terra Nova. Poxa, cachorro é atropelado todos os dias em tudo quanto é lugar, isso não é notícia” (Sic.).

Vai compreendendo-se que o que se noticia sobre o que acontece no local apresenta tendências pejorativas, não que os acontecimentos não sejam alarmantes, mas movimentação do narcotráfico, tráfico de armas e substâncias, violência doméstica, e outros tipos de violência

não ocorrem apenas no Terra Nova, trata-se de um problema estrutural muito maior que não se pretende discorrer neste trabalho. Mas há algo que a mídia e o corpo social apelam sobre tal comunidade. Enquanto a imprensa traz um discurso pejorativo sobre a localidade, poderia trazer visibilidade para os problemas estruturais do distrito como um todo, como a falta de médicos especialistas na UBS e na ESF, a dificuldade dos profissionais de saúde em lidar com o território, informar que o posto de saúde agora conta com psicólogos, entre outras diversas formas de chamar a atenção das autoridades locais para o bairro.

Os episódios de violência no local apresentam-se retratados na mídia de forma acentuada, trazendo mais problemas para o bem viver da comunidade e os preconceitos que já vividos, para além de habitar em um vazio sanitário, como temos trabalhado no distrito de Conselheiro Paulino como um todo.

Traduzindo ao que a população chama de “viver tranquilo” significa não se envolver em “coisas erradas”, mesmo compreendendo que a ausência de um projeto de cidadania possa promover justamente o desenvolvimento de atividades ilícitas. Logo, não tenho a intenção de culpabilizar tais “vivências erradas” visto que nenhuma atividade de geração de renda, cadastro de empregos na região foi movimentada pelos órgãos responsáveis.

Ao iniciar esta cartografia não tive medo de tal violência e tais atividades tão bárbaras que saem nos jornais, mas quando fui ao pré-campo mudei de pensamento automaticamente, não por motivos estéticos, e sim por ver uma população assustada, pessoas caminhando rápido, olhando a movimentação com olhos ligeiros. Poucas pessoas se cumprimentam pelas vias, ao passo que em frente a determinados blocos como o 6, foi avistado pessoas de carro ajudando as crianças dos condomínios a chegar na escola. Todos desconversam quando fala-se de violência “A gente que faz a vizinhança” (Sic.).

Traçando uma análise das entrevistas, é perceptível a frustração e o conformismo da população, que em sua grande maioria, prefeririam estar como a vida era antes do desastre, mas como tal desejo não se faz possível, a população vai levando. Comemora-se a implementação de um supermercado, que contratou muitos moradores dos condomínios e facilitou a sobrevivência dos 8800 moradores, aproximadamente.

Logo, entende-se que a maior iniciativa de inserção social no mundo do trabalho partiu da iniciativa privada, que encontrou no Terra Nova um grande público consumidor e mão de obra que corresponde às necessidades de um supermercado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado no exposto, percebe-se que os moradores do Terra Nova entrevistados não relataram medidas relacionadas à aplicação de trabalhos preventivos sobre riscos e desastres, não houve ações de preparação da comunidade para possíveis desastres futuros, ações essas que configuram a questão da resiliência comunitária.

Foi percebido uma comunidade muito carente de políticas públicas de cidadania, escassez de projetos de arte, cultura e promoção de cuidado. A vida dos sujeitos do Terra Nova seguiu com seus lutos, traumas, problemas de habitação, porém, pode-se dizer que, ao que tudo indica, estes mantêm uma relação empobrecida com o local. Não foi possível perceber uma união e um consenso sobre as condições a que estes foram submetidos, problemas coletivos foram direcionados para dimensões individuais de existência.

Nas entrevistas, aparentemente não foi encontrado um desejo de se fazer aliança com colegas dos blocos e condomínios, isso traz uma estranheza que transpassa a sensação que aqueles sujeitos não passaram pelo mesmo desastre, foram desalojados pelo evento extremo, e não criaram uma associação de moradores, não se organizaram para reivindicar direitos assistenciais para além do direito à moradia. Ao que parece, mesmo passados 12 anos do desastre, 7 anos do início das realocações permanentes, a população não construiu um vínculo com o território. São poucos blocos onde existe algum cuidado com o entorno, manter a grama limpa e aparada.

Ademais, a experiência da visita ao local deixou pistas de que os narcotraficantes exercem a autoridade através do medo, oprimindo quem deseja visitar um familiar que foi alocado em um outro condomínio ou bloco. Ao tomar a desconfiança da população como um analisador, percebe-se que os Condomínios Terra Nova foram realmente apenas um projeto de habitação mal sucedida, promessas sobre varandas e sacadas que não foram cumpridas, acabou por deixar a população ainda mais desamparada, visto que a maior queixa nas entrevistas foi em relação aos espaços para pendurar roupas e circulação de ar dentro do apartamento.

Através do método cartográfico de pesquisa, é perceptível o desconforto dos entrevistados, não no tocante ao evento climático de 2011, mas sim sobre o assunto que parece evocar algum tipo de “conformidade” sobre a atual situação dos moradores. O Terra Nova ocupa um lugar “melhor do que nada”; “não daria para reconstruir minha casa”; “aqui tudo ficou mais caro”; “aqui não é normal”, entre outras falas que transpassam um descontentamento com a moradia, com um misto de gratidão por não estarem em condições mais graves.

Entretanto me surpreendi com os motivos pelos quais, mesmo de forma irregular, outras famílias que não passaram pelo desastre estão optando em habitar o Terra Nova. De fato,

a facilidade do acesso aos supermercados e às linhas de ônibus próximos aos condomínios já se tornou um diferencial para pessoas que moram em lugares ainda mais distantes dos centros comerciais, logo, já tem se tornado uma opção para quem procura ficar perto dos familiares atingidos com a facilidade de locomoção.

O fato de não ter conseguido acessar os Condomínios de 1 ao 4 também é trazido aqui como um analisador. Compreende-se o medo na fala dos moradores de uma forma tão viva que me atravessou, e repensei diversas vezes entre ir ou não ir até este outro espaço. Quando pensei inicialmente na problemática Terra Nova para trabalhar como objeto de pesquisa, havia o receio de algo acontecer por lá, mas não imaginei que o medo me contagiaria desta forma. Pensei que seria mais fácil fazer laços por lá, alguns moradores que concordaram em colaborar na pesquisa, e inclusive fazer companhia até estes condomínios, porém não responderam às mensagens e não atenderam os telefonemas.

Tal situação trouxe mais questões do que conclusões a este trabalho. Não consegui traçar um plano comum (KASTRUP; PASSOS, 2013)? Tais modos de existência estão demasiadamente enraizados em certo conformismo que a pesquisa lhes trouxe incômodos? Acredito não ter falhado na comunicação, na explicação da proposta, na leitura detalhada do RCLE, porém, em respostas sucintas percebi que havia um desejo maior que as entrevistas encerrassem do que fossem desdobradas.

De qualquer forma, restam os elementos recalcitrantes para que esta conclusão seja construída. Os entrevistados que vieram das regiões rurais aparentam mais resistência em se reterritorializar “fora do chão” (Sic.), focando nas questões negativas do bairro. Se por um lado existe essa dificuldade dos ex-moradores da região rural, por outro lado, alguns entrevistados, que já moravam em outras localidades do Distrito de Conselheiro Paulino, conseguiram sair de uma situação mais vulnerável ao se tornarem residentes do Terra Nova.

Acredita-se que o território do Terra Nova ainda não alcançou seu ponto crítico de existência. Há algumas pistas de que, por hora, a criminalidade proveniente dos condomínios já traz consequências graves às cidades que são mais próximas de Conselheiro Paulino como: Banquete, Bom Jardim, Duas Barras e Monnerat que vem aumentando o índice de apreensões de tráficos de entorpecentes nos seus municípios pacatos do interior.

A partir das vivências no local, pode-se dizer que a comunidade Terra Nova não é uma comunidade resiliente e tende ao declínio do bem estar social caso os moradores não articulem ações de fortalecimento do protagonismo local e reivindique a implementação de escolas na região, pontos de cultura e lazer. Uma vez que, a ociosidade dos jovens encontrados nas ruas dos condomínios não sejam capturadas pelas forças do crime organizado, que parece oferecer

à juventude local muito mais “vantagens” perante ao sistema capitalístico de mercado do que a educação básica (localizada em outros bairros).

Ao que parece, o sentimento de pertencimento do território não foi desenvolvido em forma de cuidado. Busquei encontrar lideranças locais, figuras que a comunidade possa ter como um “líder”, que possa representá-los em outras repartições da sociedade, seja um síndico ou um vereador, e não foi identificado nas conversas. Mostrando uma falta de interação entre a própria comunidade, que se comparada a uma cidade de pequeno porte, teria quase o mesmo número de habitantes.

Entretanto, não acredita-se que seja um erro individual por parte dos moradores de desenvolverem suas relações com estas características. Me parece que tal união ou bem-viver entre a comunidade nunca foi idealizado. Poderiam ter alocado as famílias de forma que os familiares ficassem próximos, mas ao que parece, esta rede comunitária nunca foi estimulada por parte do Governo do Estado e do Município, apenas no discurso da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Logo, se retomarmos a introdução deste trabalho, nos questionamentos da ex-presidenta, responderíamos que sim, a comunidade “tem cara” de que há pessoas usufruindo deste local, mas o que se entende por “cuidar”, não é o que tem sido feito no local. Se apropriaram do território, inclusive, chamando a atenção de pessoas de outros bairros, utilizam das ruas e apartamentos para trazer renda para o lar, entretanto não foi percebido atividades de produção de vida por parte da administração pública.

Contudo, esta pesquisa pode ser revisitada para tratar sobre assuntos de reconstruções subjetivas após desastres socioambientais e acontecimentos extremos para estudos futuros, visto a importância dos trabalhos de caráter comparativo na literatura sobre desastres.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, V. G. **La construcción de riesgos y el huracán Paulina**. Cidade do México (México): CIESAS, 2005
- ALBERTI, L. 1988: **Pombal y el terremoto de Lisboa de 1755**. *Historia y Vida* 21 (247), 116-25.
- ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. *In: PASSOS, E. et al. (Orgs). Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ALERJ), **Relatório final comissão parlamentar de inquérito para investigar as circunstâncias, os fatos, as possíveis omissões, negligências, imprevidências e averiguar possíveis responsabilidades de agentes políticos, públicos e de terceiros, em face do desastre ocorrido nos municípios da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro decorrente das fortes chuvas que causaram inundações e deslizamentos de encostas no período de 11 e 12 de janeiro de 2011**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.luizpaulo.com.br/wp-content/uploads/2015/09/RELAT%C3%93RIO-FINAL-31-08-11.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2022.
- AZEVEDO, J. L. O Marquês de Pombal e sua época. **Anuário do Brasil, Seara Nova, Renascença Portuguesa**: Rio de Janeiro, Lisboa, Porto, 1922.
- BANKOFF, G. Historical concepts of disaster and risk. *In: The Routledge Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction*. London: Routledge, 2012.
- BARROS, L. M. R.; BARROS, M. E. B., O problema da análise em pesquisa cartográfica. *In: Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II*, Fractal, Rev. Psicol. 25 (2), 2013.
- BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In: PASSOS, E. et al. (Orgs). Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.
- BORGES, T. M. T., A pesquisa como habitação de territórios existenciais: contribuições do método da cartografia. **Psic. da Ed.**, São Paulo, 43, 2º sem. de 2016, p. 101-104.
- BRANDÃO, J. M.; MAHFOUD, M.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F., A construção do conceito de resiliência: discutindo as origens. *In: Paidéia*, Ribeirão Preto 21 (49), 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200014>. Acesso em: 14 de junho de 2022.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 13 de junho de 2022.

BUFÁIÇAL, J. L. F. S. Acidente com o Césio-137: Pânico Social, a Comunicação e o Imaginário Popular em Goiânia. 2012. 229f. Dissertação (Dissertação em Direito) – **Pontifícia Universidade Católica de Goiás**. Goiânia. 2012.

BUSCH, A.; AMORIM, S. A tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011: procurando respostas. In: **ENAP, Casoteca de Gestão Pública**. 2011, Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/328>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

CARVALHO, V. S., Raízes da ecologia social: o percurso interdisciplinar de uma ciência em construção. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da **Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Orientadora: Tânia M. F. B. Maciel. Rio de Janeiro, 2005

CAVALCANTE, K. L. A ecosofia de Félix Guattari: Uma análise da filosofia para as questões ambientais. In: **Cadernos Cajuína**, V. 2, N. 2, 2017, p. 72 – 78.

COSTA, G. B. R. *et al.* Rompimento da barragem em Brumadinho: um relato de experiência sobre os debates no processo de desastres. **Revista saúde debate**. Vol 44 – 2020.

COSTA, S. L; MENDES, R. Redes Sociais Territoriais: primeiras palavras. In: **Redes sociais territoriais**. 1a Ed. São Paulo: Fap-UNIFESP, 2014

CRUZ, V. C. A “teoria como caixa de ferramentas”: reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: **X ENANPEGE Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais**. Campinas, 2013. Disponível em: https://territoriosresistencia.files.wordpress.com/2016/03/valter_carmo_cruz_teorica-caixa-de-ferramentas.pdf. Acesso em dez/2021

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Haveria uma máquina abstrata da língua, que não recorreria a qualquer fator "extrínseco". In. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995: p. 20-27

_____. Micropolítica e Segmentaridade. In. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 3. São Paulo: 34, 2015: p. 91-125.

_____. **Mil Platôs – vol. 1: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora. 34, 1995

_____. **O que é a filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

DUPIN, L.V.; PEREIRA, E. De Minas às ruínas: o refazer da memória e da paisagem no pós-desastre de Brumadinho. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 17, n. 3, e20210104, 2022.

DUPUY, J. P. A catástrofe de Chernobyl vinte anos depois. **Revista Estudos Avançados** 21 (59). 2007

ENES, E. N. S.; BICALHO, M. G. P., Desterritorialização/reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de educação especial no contexto da educação inclusiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.30, n.01, p. 189-214, mar. 2014

ESTRADA, B.; FARBIARZ, J. **El terremoto y posterior Tsunami del 26 de diciembre de 2004 em Indonesia**. Dyna (Medellin, Colombia), March 2005

FLECK, E; TAVARES, M. “Morta de amor por Deus”: a vida exemplar de Dona Thomázia, uma mulher letrada e devota que morreu em Lisboa no ano do terremoto (1755). **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, vol. 28, no 55, p. 27-50, janeiro-junho 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FREITAS C. M., *et al.*, Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6):1577-1586, 2012

FURLAN, V. **GABRIEL MALAGRIDA (1689-1761): EDUCADOR E MISSIONÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS NA AMÉRICA PORTUGUESA**. 157 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, PR, 2018.

FURUSAWA, M; INUKAI, S. The Great East Japan Earthquake (2011): Using The One Health Approach To Minimise The Impact On The Livestock Industry And Human Health. **Rev. Sci. Tech. Off. Int. Epiz.**, 2019, 38 (1), 103–111.

GATTO, A. A produção da notícia: a tragédia da região serrana do Rio de Janeiro em 2011. Orientadora: Janine Cardoso, monografia (especialização) – **ICICT/FIOCRUZ**, 2017

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 20. ed., 1993.

_____. Restauração da cidade subjetiva. In: **Caosmose: Um novo paradigma estético**. Ed 34., 1ª Ed., 1992

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4. ed, Petrópolis, Vozes, 1989

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HAWKES, N. et al., **The Worst Accident in the World - Chernobyl: the end of the nuclear dream**. Pan Books & William Heinemann, London, 1986.

KASTRUP, V. & PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum In: **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 25 – n. 2, p. 263-280, Maio/Ago. 2013

LATOUR, B. **Reagregando o social: Uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Ed EDUFBA – EDUSC, Salvador – Bauru, 2012

MARCHEZINI, V. **As ciências sociais nos desastres: um campo de pesquisa em construção**. **BIB**, São Paulo, n. 83, 1/2017 (publicada em fevereiro de 2018), p. 43-72

MOL, A. Política ontológica, algumas ideias e várias perguntas. In: **Objectos impuros. Experiências em estudos sociais da ciência** / Org. Nunes, João Arriscado e Roque, Ricardo Porto: Edições Afrontamento, 2007

NACIONES UNIDAS, Terminología sobre Reducción del Riesgo de Desastres. **Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres de las Naciones Unidas** (UNISDR) Ginebra, Suíça, 2009

NAKAGAWA, I. C. Hiroshima: a catástrofe atômica e suas testemunhas. **Revista Estudos Avançados**, 2015, Vol.29 (84), p. 241-259

OKUNO, E. As bombas atômicas podem dizimar a humanidade – Hiroshuma e Nagasaki, há 70 anos. **Revista Estudos avançados** – Volume 29. 2015.

OLIVER-SMITH, A. Disasters and forced migration in the 21st century. **Understanding Katrina Essay Forum: perspectives from the social Science research council**, New York (EUA), 11 jun. 2006. Disponível em: <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/disasters-and-forced-migration-in-the-21st-century>. Acesso em: 14 de junho de 2022.

PASSUELO, A. *et. al.* Tecnologia social como ferramenta para a redução de vulnerabilidade a desastres In. **Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action** / Org. Victor Marchezini, Ben Wisner, Luciana R. Londe, Silvia M. Saito. São Carlos: RiMa Editora, 2017. p. 581-600

PEDEGACHE, M. T. Nova, e fiel relação do terremoto, que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no dia 1º de novembro de 1755. Lisboa: **Officina de Manoel Soares**, 1756.

PEDRO, R. M. L. R.; MOREIRA, M. C. Conhecer, intervir, partilhar: pistas para a pesquisa psicossocial na construção de mundos possíveis. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 16(2), São João Del-Rei, abril-junho, 2021

PINHEIRO, M. A. Reconstrução em situações pós-desastre: relato sobre as chuvas de 2011 em Teresópolis. In: **Recortes do Contemporâneo: mediações socioculturais**. Org.: Marta de Araújo Pinheiro, Monica Machado. Rio de Janeiro: Mórula, 2020

_____. Women, Vulnerability, Resilience and Natural Disasters: Interview with Marta de Araujo Pinheiro. [Entrevista concedida a] Miriam Perier. Paris, **Sciences Po CERI**, 2020. Disponível em: <https://www.sciencespo.fr/ceri/en/content/women-vulnerability-resilience-and-natural-disasters-interview-marta-de-araujo-pinheiro>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021

_____. Catástrofes Socioambientais. [PowerPoint de apoio à disciplina de Estudos Avançados em Epistemologia e Psicossociologia II, lecionada na UFRJ, Psicossociologia], (2020).

PORTELA, S.; OLIVEIRA, S. S. Vulnerabilidades deslocadas e acirradas pelas políticas de habitação: a experiência do Terra Nova. In. **Reduction of vulnerability to disasters: from knowledge to action** / Org. Victor Marchezini, Ben Wisner, Luciana R. Londe, Silvia M. Saito. São Carlos: RiMa Editora, 2017. p. 499-516

POZZETTI, V. C.; GOMES, W. R. B. Trinta anos do céσιο 137: trajetória legal da política nacional brasileira na prevenção de acidentes radioativos. **Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo**. Volume 4 – p. 132-148. 2018.

QUEZADA, R. G. Medios de Comunicación, Terremotos Y Tsunamis; Los Casos De Chile Y Japón. **Revista de Comunicación de la SEECI**. (Noviembre 2011). Año XV (26), 50-61

RENET, S. Resilience. In: Disasterland. The Sciences Po Series *in: International Relations and Political Economy*. Palgrave Macmillan, Cham. 2020

RENET, S. & LANGUMIER, J. **Governing disasters: beyond risk culture**. Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2015

ROCHA, T. G. Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. In. **Global Journal of Community Psychology Practice**. Vol. 3, Issue 4. 2012

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. 2. ed, Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014

SANTOS, M. **Por uma outra globalização (do pensamento único à consciência universal)** Rio de Janeiro: Record, 2001

SCHUMANN, B.; BERWIG, J. A. O desastre radiológico do céσιο-137: lições após 30 anos da sua ocorrência. **Direito, Estado e Sociedade**. n. 54 - p. 262 a 286 jan/jun 2019.

SOUZA, D. et. al. **Chernobyl - O Estado da Arte**. RADIO 2014, Gramado, RS, Brasil.

SUGUIMOTO, D. Y. L; CASTILHO, M. A. CHERNOBYL – A CATASTROFE. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 12, n. 2, p. 316-322, ago./dez. 2014

TEDESCO, S. H. A ética da pesquisa e a perspectiva da cartografia: algumas considerações In: **Rev. Polis e Psique**, 2015; 5(2) p. 32 – 47

TEDESCO S., SADE, C., & CALIMAN, L.V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: **Revista Fractal** 25(2), 299-322., 2013

TOMINAGA, L. K. **Desastres naturais: Por que ocorrem?** In: TOMINAGA, L. K.; SANTORO, J.; AMARAL, R. (orgs). **Desastres naturais: conhecer para prevenir**. – São Paulo: Instituto Geológico, 2009.

VALENCIO, N., **Para além do “dia do desastre”**: o caso brasileiro. Curitiba Ed. Appris, 2012

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V., Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados / Norma Valencio, Brasília: **Conselho Federal de Psicologia**, 2011

VIEIRA. S. A. **Césio, o drama azul**: irradiação em narrativas. Goiânia: Câne Editorial, 2014.

1. APÊNDICE A



UFRJ

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

1) Título do protocolo do estudo: Um lugar chamado “Terra Nova”: desdobramentos psicossociais e novas territorialidades após o desastre socioambiental de 2011 em Nova Friburgo – RJ.

2) Convite: Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “Um lugar chamado “Terra Nova”: desdobramentos psicossociais e novas territorialidades após o desastre socioambiental de 2011 em Nova Friburgo – RJ.” Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3) O que é o projeto? O trabalho consiste em buscar saber sobre como os moradores do Conjunto Habitacional Terra Nova se relacionam com o território que foi dado pelo Governo do Estado para os desabrigados e desalojados após o desastre na Região Serrana do Rio de Janeiro, no município Nova Friburgo – RJ em 2011.

4) Qual é o objetivo do estudo? Este trabalho visa conhecer os moradores do Terra Nova e como eles se relacionam no território. Como são as relações com os novos vizinhos, com a localidade, com a mudança para um bairro que não existia na cidade e passou a abrigar repentinamente aproximadamente 10 mil pessoas.

5) Por que eu fui escolhido(a)? Os critérios para participação da pesquisa são: Passar pelo desastre de 2011 e atualmente residir no Conjunto Habitacional Terra Nova, além de ser maior de 18 anos de idade. Sua participação é voluntária, assim como a de todos (as) os (as) outros (as) participantes.

6) Eu tenho que participar? Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir participar da pesquisa **Um lugar chamado “Terra Nova”: desdobramentos psicossociais e novas territorialidades após o desastre socioambiental de 2011 em Nova Friburgo – RJ**, você receberá uma cópia assinada deste Registro para guardar e deverá assinar um Termo de Consentimento. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo.

7) Como será realizada a pesquisa? O que você terá que fazer? Caso aceite, a atuação do participante consistirá em fazer parte de uma entrevista em que é convidado a narrar um pouco da sua história junto ao bairro Terra Nova. É possível que a pesquisadora utilize um gravador de áudio e um diário de anotações para registrar as informações para a pesquisa.

Vale a pena lembrar que a entrevista compõe os registros necessários para o andamento da pesquisa, uma vez que a pesquisadora pretende manter a entrevista em forma de uma conversa fluida. Portanto, é necessário que, ao assinar este Termo, você esteja ciente de que a entrevista será registrada por meio de gravação de áudio e que, ao assinar o documento, você concorda com o acontecimento das gravações que servirão apenas para fins de registro de pesquisa. Além disso, as entrevistas terão a duração média de 20 a 30 minutos e serão realizadas no bairro Terra Nova.

8) Eu terei alguma despesa ao participar da pesquisa? A sua participação nesta pesquisa não irá gerar nenhuma despesa financeira.

9) Quais são os eventuais riscos ao participar do estudo? De acordo com as Resolução 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde, todas as pesquisas envolvem riscos, ainda que mínimos. O tema envolve a discussão sobre os desdobramentos psicossociais da reconstrução pós-desastre socioambiental, logo, pode gerar emoções manifestas, constrangimento e sentimentos negativos diversos. Portanto caso você não se sinta confortável em responder alguma pergunta, ou queira interromper a entrevista, você pode se retirar do local imediatamente, podendo também retornar o contato, caso deseje, a qualquer momento. Caso você deseje, a pesquisadora também poderá se retirar do local e terminar a conversa se algum desconforto for identificado.

Esta pesquisa foi elaborada tomando-se o cuidado para redução máxima de riscos, tanto em questões de confidencialidade, ou seja, os participantes não serão identificados nos relatos da pesquisa, quanto nos procedimentos de busca e sondagem das informações, visando conforto e segurança do participante. Com isso, esta pesquisa encontra-se nos níveis mínimos de riscos para participação.

10) Quais são os possíveis benefícios de participar? A participação na pesquisa não implica em benefícios diretos para o participante.

11) O que acontece quando o estudo termina? Ao final da entrevista, a gravação será transcrita e as respostas serão analisadas, utilizando o conteúdo para a composição e embasamento dos conceitos e teorias acerca da temática.

Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos, fóruns, seminários e na dissertação de mestrado da pesquisadora. Os entrevistados interessados podem receber uma cópia da dissertação assim que defendida caso no formato PDF.

12) E se algo der errado? Essa pesquisa só será realizada com o seu consentimento. Mesmo assim, durante a participação, caso você não se sinta confortável, poderá retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa ou mesmo se retirar dela quando desejar, sem qualquer prejuízo ou justificativa.

13) Minha participação neste estudo será mantida em sigilo? Sim. Somente a pesquisadora e seu orientador terão acesso aos dados da pesquisa e estes serão guardados no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

14) Contato para informações adicionais

Dados da pesquisadora responsável:

Thaís Sâmela Castro de Moraes

Telefone: (22) 998022027

E-mail: th.samela@gmail.com

Dados da Instituição Proponente:

Dados do Comitê de Ética em Pesquisa do IP – Campus da UFRJ da Praia Vermelha – Av. Pasteur, 250, Instituto de Psicologia da UFRJ/Pavilhão Nilton Campos, Rio de Janeiro, CEP 22290-902.

Telefones: Secretaria EICOS: (021) 3938-5348

E- mail da Secretaria EICOS: secretariaeicos@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa é um colegiado responsável pelo acompanhamento das ações deste projeto em relação a sua participação, a fim de proteger os direitos dos participantes desta pesquisa e prevenir eventuais riscos.

15) Remunerações financeiras: Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa. Obrigado por ler estas informações. Se deseja participar deste estudo, assine este Registro de Consentimento Livre e Esclarecido e devolva-o à pesquisadora. Você deve guardar uma via deste documento para sua própria garantia.

1 – Confirmo que li e entendi as informações sobre o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem sofrer prejuízo ou ter meus direitos afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Assinatura do participante: _____

2. APÊNDICE B

ENTREVISTA PALMEIRAS - APLICATIVO DE TRANSPORTE

Entrevistadora: Qual a sua idade?

Entrevistado: 38 anos

Entrevistadora: Você está a quanto tempo no apartamento?

Entrevistado: 5 anos

Entrevistadora: No bloco 9 é tranquilo?

Entrevistado: É tranquilo lá

Entrevistadora: A moça do posto de saúde falou que tem uns que são mais tranquilos

Entrevistado: Sim, é tranquilo

Entrevistadora: Lá no 9 tem síndico?

Entrevistado: Não tem não mas é tranquilo

Entrevistadora: Ali vocês conseguem fazer a limpeza? Alguém organiza ali?

Entrevistado: Tem um rapaz no nosso bloco que organiza e nós pagamos por mês uma taxa

Entrevistadora: Você sabe quantos condomínios tem no 9?

Entrevistado: são 10 ou 11

Entrevistadora: Pra você é tranquilo ou você preferia morar no bairro floresta?

Entrevistado: Eu preferia morar numa casa né, do que apartamento. Apartamento é chato

Entrevistadora: Você acha que falta espaço?

Entrevistado: Sim, falta de espaço na verdade, falta um quintal, alguma coisa assim

Entrevistadora: Você acha que o quintal lá embaixo não é igual a um quintal de casa?

Entrevistado: Não tem como você considerar como quintal não

Entrevistadora: Por que não pode descer e colocar uma churrasqueira?

Entrevistado: É

ENTREVISTADO HIBISCO – CATADOR DE RECICLÁVEIS

Entrevistadora: O senhor mora a muito tempo no 7?

Entrevistado: Desde a tragédia

Entrevistadora: O senhor ficou de aluguel social?

Entrevistado: Ficamos

Entrevistadora: Daí vocês conseguiram pegar o dinheiro direitinho e depois que abriu aqui vocês pularam pra dentro?

Entrevistado: Sim sim

Entrevistadora: O senhor gosta de morar aqui?

Entrevistado: Tá beleza

Entrevistadora: Antes de morar no Terra Nova o senhor morava aonde?

Entrevistado: No bloco floresta

Entrevistadora: O senhor preferia que tivessem te dado uma casa lá?

Entrevistado: Aqui tá beleza

Entrevistadora: Sua casa lá não era tão legal quanto aqui?

Entrevistado: Com certeza

Entrevistadora: Aqui é melhor?

Entrevistado: Sim

ENTREVISTA ELIZABETH – NÃO PASSOU PELA TRAGÉDIA – ALUGUEL

Entrevistadora: Qual o seu nome?

Entrevistado: Elizabeth

Entrevistadora: Você mora em qual bloco?

Entrevistado: No bloco 6

Entrevistadora: Você sabe quantos condomínios são?

Entrevistado: 14

Entrevistadora: No 6 é tranquilo?

Entrevistado: É tranquilo

Entrevistadora: Você passou pela situação da tragédia, de perder as coisas?

Entrevistado: Não, eu não passei. Eu comprei o apartamento

Entrevistadora: E você conseguiu pegar a escritura?

Entrevistado: Não, ainda não saiu pra ninguém

Entrevistadora: Antes a senhora morava onde?

Entrevistado: Morava em Conselheiro, pagava aluguel

Entrevistadora: Por que a senhora veio morar aqui?

Entrevistado: Aqui eu consegui comprar um pouco baratinho, né...

Entrevistadora: A senhora gosta de morar aqui?

Entrevistado: Eu gosto, não tenho nada o que reclamar por que eu me dou com todo mundo, não tenho nada do que reclamar.

Entrevistadora: A senhora mora sozinha?

Entrevistado: Mora eu, meu marido e às vezes a minha neta. Às vezes ela vem e fica 15 dias comigo, vai embora e fica mais 15. Ela praticamente mora comigo

ENTREVISTA GIRASSOL – DONO DE UM MERCADINHO NO TRAILER

Entrevistadora: Como é o seu nome?

Entrevistado: Girassol

Entrevistadora: Você tem quantos anos?

Entrevistado: 47

Entrevistadora: Você mora em qual bloco?

Entrevistado: Eu moro no bloco 11

Entrevistadora: No bloco 11 você sabe quantos apartamentos tem?

Entrevistado: São 20 apartamentos

Entrevistadora: Isso dá mais ou menos quantos prédios?

Entrevistado: É um bloco só, são 20 moradores em cada bloco

Entrevistadora: Você passou pela situação da tragédia?

Entrevistado: Passei

Entrevistadora: O senhor morava onde antes?

Entrevistado: No bloco floresta

Entrevistadora: O senhor preferia que tivessem te dado um apartamento no bloco floresta ou aqui tá bom?

Entrevistado: Aqui tá bom por que lá não tem lugar para construir. Não seria apropriado para construir prédio

Entrevistadora: Se reconstruíssem a sua casa o senhor preferiria?

Entrevistado: Eu preferia a minha casa por que tinha terreno e eu podia plantar alguma coisa

Entrevistadora: O senhor plantava?

Entrevistado: Eu faço plantaçozinha de casa mesmo, pra nós mesmos.

Entrevistadora: Hoje em dia o senhor já se acostumou aqui? O senhor está aqui faz quanto tempo?

Entrevistado: Já acostumei aqui sim, já estou aqui faz 5 anos. Eu morava com outra pessoa, daí eu separei da outra pessoa e agora estou sozinho

Entrevistadora: Então agora o senhor está morando sozinho e não tem problema de espaço, não é?

Entrevistado: (risos) Não

ENTREVISTA LÍRIO – PARENTE DO ENTREVISTADO DO TRAILER

Entrevistadora: Como é o seu nome?

Entrevistado: Lírio

Entrevistadora: Você tem quantos anos?

Entrevistado: 22

Entrevistadora: Você perdeu as coisas na tragédia?

Entrevistado: Perdi

Entrevistadora: Você morava aonde?

Entrevistado: No morro do Rui

Entrevistadora: Você preferia que te dessem uma casa onde você morava ou aqui tá bom?

Entrevistado: Aqui tá bom

Entrevistadora: Lá a sua casa era pior?

Entrevistado: Melhor, tinha quintal

Entrevistadora: Você sente falta do quintal?

Entrevistado: Sinto falta do quintal, a maioria das pessoas deve sentir falta do quintal. Dava para pendurar uma roupa para secar, ter um gato, um cachorro, alguma coisa assim. Mas é melhor do que morar na rua né.

Entrevistadora: Aqui você mora com muitas pessoas?

Entrevistado: Moro com o meu pai

Entrevistadora: Falta quintal, mas dá para conviver, né?

Entrevistado: Sim, dá pra morar

Entrevistadora: Você trabalha com o que?

Entrevistado: Trabalho aqui com o meu pai

ENTREVISTA AMARELINHA

Entrevistadora: Como é o seu nome?

Entrevistado: Amarelinha

Entrevistadora: Qual a sua idade?

Entrevistado: Vou fazer 75 anos

Entrevistadora: A senhora passou pela situação da tragédia?

Entrevistado: Sim, passei

Entrevistadora: A senhora morava aonde?

Entrevistado: No campo do coelho

Entrevistadora: Algumas pessoas do Campo do Coelho voltaram, né?

Entrevistado: Não sei, eu não fiquei na casa de ninguém, mas lá nós tínhamos uma casa grandona, tínhamos varanda, quintal. Morávamos com um escadão de 100 e poucos degraus e meu marido precisava descer pra ir ao médico. Era uma dificuldade danada. Um dia a defesa civil chegou lá e perguntou se nós gostaríamos de mudar. Eu disse que nós gostávamos de lá, mas meu marido precisava descer para ir ao médico e era uma dificuldade danada. Eles disseram “E se nós déssemos um apartamento no Terra Nova?”. Eu mudo, para favorecer o meu marido eu mudo. Daí nós mudamos pra cá.

Entrevistadora: Qual é o número do condomínio?

Entrevistado: Terra Nova 5

Entrevistado: Como eu estava dizendo, deu AVC (no meu marido) e ele não aguentou. Vai fazer 4 anos de morte. Um tempo atrás (apontando para o apartamento) não tinha grade nem nada, eu coloquei tela e grade. Eu gosto de morar, aqui é tranquilo.

Entrevistadora: Você mora sozinha?

Entrevistado: Moro com o meu filho

Entrevistadora: Ainda mais que tem o seu filho, o rapaz que chamou te chamou de vó. Ele é seu neto?

Entrevistado: Não é não, aqui todo mundo me chama de vó. Meu neto mora em Campo do coelho, ele vem de 15 em 15 dias, essa semana mesmo ele vem. Ele casou, mas não deu certo, mas ele mora com a mãe.

Entrevistadora: Que bom que ele vem te visitar.

Entrevistado: Ele vem me visitar, passar de 15 em 15 dias com o pai.

Entrevistadora: Aproveita e passa um pouco de tempo com a avó?

Entrevistadora: Você tem um monte de netos aqui? (Se referindo aos moradores que a chamam de vó)

Entrevistado: Eu só tenho ele de neto, mas aqui todo mundo me chama de vó

Entrevistadora: Durante o dia, a senhora que é aposentada fica aqui conversando com o pessoal na quitanda?

Entrevistado: Eu não sou muito de ficar aqui fora não. Eu fui levar o lixo, daí estou andando aqui, mas eu sou mais de ficar dentro de casa. Eu cá e tive um desvio de coluna e eu tenho problema, não posso ficar muito tempo andando.

Entrevistadora: Você consegue ter acesso às coisas do posto de saúde ali?

Entrevistado: Não consigo não

Entrevistadora: Porque ali não tem médico todos os dias, né?

Entrevistado: Quanto tinha o meu marido eu ia, mas agora a rua ficou perigosa.

Entrevistadora: Agora a rua é tranquila? Mas a noite fica perigoso?

Entrevistado: Hoje está tranquilo mas tem dia que fica bem movimentado, daí tem que tomar cuidado né

Entrevistadora: Mas quando a senhora diz movimentado são pessoas com arma na rua, algo assim?

Entrevistado: Não, nada disso, graças a Deus.

Entrevistadora: Ok, muito obrigada! Desculpa atrapalhar a senhora.

ENTREVISTADO - FAVEIRA

Entrevistadora: Qual é o seu nome?

Entrevistado: Faveira

Entrevistadora: Você mora em qual condomínio?

Entrevistado: Condomínio 5, bloco 6, 302.

Entrevistadora: A senhora morava aonde antes da tragédia?

Entrevistado: No alto da Floresta

Entrevistadora: Você preferia que tivessem te dado uma casa nova no Floresta ou aqui?

Entrevistado: Eu preferia lá, porque lá é casa no chão e nós não estamos acostumados com apartamento.

Entrevistadora: Até hoje a senhora tem dificuldade de ficar em apartamento?

Entrevistado: Sim

Entrevistadora: Como é morar aqui?

Entrevistado: Para nós que vivemos sempre tranquilos é bom né

Entrevistadora: A senhora mora sozinha?

Entrevistado: Eu, minha filha e meu esposo

Entrevistadora: A senhora acha que falta espaço no apartamento?

Entrevistado: Sempre falta

Entrevistadora: A senhora conseguiu fazer amigos?

Entrevistado: Já consegui

Entrevistadora: A senhora conseguiu acessar os serviços de saúde do postinho de saúde aqui em frente?

Entrevistado: Não, acho que usei uma vez só

Entrevistadora: A senhora tem algum lazer por aqui?

Entrevistado: Não, eu trabalho fora e só consigo chegar de noite

Entrevistadora: A senhora trabalha com o quê?

Entrevistado: Casa de família

Entrevistadora: Lá no alto do Floresta a senhora perdeu a casa? Ela foi condenada?

Entrevistado: Ficou condenada e depois demoliram ela

Entrevistadora: Na tragédia não aconteceu nada com a sua família né?

Entrevistado: Não, com a minha não. Aconteceu com alguns vizinhos

ENTREVISTA - LAVANDA e SAZANCA

Entrevistadora: Qual o seu nome?

Entrevistado 1: Lavanda

Entrevistado 2: Sazanca

Entrevistadora: Qual a sua idade?

Entrevistado 1: (Risos) já esqueci

Entrevistado 2: Ela tem 92

Entrevistadora: E o senhor Sebastião é familiar dela?

Entrevistado 2: Sou esposo dela

Entrevistador: A senhora morava aonde antes de vir morar aqui?

Entrevistado 1: Em Nova Friburgo, Conselheiro. Parque do Sul

Entrevistadora: Onde vocês moravam fez parte da tragédia?

Entrevistado 2: Não.

Entrevistadora: Mas vocês vieram morar aqui por causa da tragédia?

Entrevistado 2: Em 2011 nós morávamos no Califórnia

Entrevistadora: E vocês perderam alguma coisa por lá na tragédia?

Entrevistado 2: Perdemos tudo, mas já conseguimos comprar de volta

Entrevistadora: Onde vocês moravam no California, ficou condenado?

Entrevistado 1: Alagou tudo, foi tudo embora. Deus nos livrou, nós ficamos em cima de uma casa durante a chuva.

Entrevistado 2: Nós ficamos em cima de uma Kombi durante a chuva a noite toda

Entrevistado 1: Eu tive que sair de dentro para ficar em cima da Kombi, por que ela estava enchendo d'água

Entrevistadora: Vocês conseguiram o aluguel social?

Entrevistado 2: Não, ela fez mas não conseguiu pois era só pra quem tinha casa alugada.

Entrevistadora: Como vocês vieram parar aqui?

Entrevistado 2: Nós alugamos aqui

Entrevistado 1: Eu tenho uma filha que mora aqui do outro lado

Entrevistadora: Vocês moram aqui faz quanto tempo?

Entrevistado 2: 7 meses

Entrevistadora: Aqui vocês conseguem acessar o posto de saúde? Vocês usam para alguma coisa?

Entrevistado 2: Já fizemos o cadastro, se precisar de médico é só ir ali (Apontando para o posto de saúde)

Entrevistadora: Vocês gostam de morar aqui?

Entrevistado 2: Eu estou gostando, é tranquilo

Entrevistado 1: É bom de morar aqui, não tem briga

Entrevistadora: Pra quem é tranquilo a vida é tranquila também, né?

Entrevistado 2: Quem faz o lugar é o morador

Entrevistadora: Vocês não ficam na rua à noite?

Entrevistado 1: Não

Entrevistado 2: Não

Entrevistadora: Quando aconteceu a tragédia, pegou vocês mas não conseguiram nenhum tipo de benefício por que a casa era alugada?

Entrevistado 1: Não

Entrevistado 2: Não, porque a casa era alugada

Entrevistadora: Vocês tiveram que se virar para arrumar outro lugar pra morar?

Entrevistado 2: Sim, para arrumar outra casa e de aluguel

Entrevistadora: Aqui moram vocês dois?

Entrevistado 2: Sim, só nós dois

Entrevistado 1: Meus parentes ficaram nervosos porque pensaram que a água tinha levado a gente também

Entrevistado 2: Perdemos guarda roupas novo, cama nova, mesa, tudo novo

Entrevistadora: Gente, muito obrigada!

ENTREVISTA LÓTUS

Entrevistadora: Qual o seu nome?

Entrevistado: Lótus

Entrevistadora: Qual a sua idade?

Entrevistado: 28

Entrevistadora: Você mora em qual bloco?

Entrevistado: Bloco 3 do condomínio 7

Entrevistadora: Você trabalha com o que?

Entrevistado: No momento não estou trabalhando

Entrevistadora: Você não passou pela tragédia né? Onde você morava?

Entrevistado: Não passei, morava no Cantagalo

Entrevistadora: Você divide o apartamento com quantas pessoas?

Entrevistado: duas pessoas

Entrevistadora: Você acha que falta espaço?

Entrevistado: Não só pra mim mas pra todo mundo, se tivesse uma varanda já ajudava

Entrevistadora: Como você veio morar aqui?

Entrevistado: Eu aluguei

Entrevistadora: Nesse bloco é tranquilo?

Entrevistado: Lá onde eu moro é tranquilo

Entrevistadora: As pessoas que moram com você estão sem trabalhar?

Entrevistado: Não, meu marido trabalha e meu filho estuda

Entrevistadora: Vocês tem alguma atividade de lazer?

Entrevistado: Meu filho faz aula de boxe

Entrevistadora: Você sabe quem promove esse boxe?

Entrevistado: Não sei, sei que ele dá aula de boxe e capoeira

Entrevistadora: É alguma coisa da prefeitura, igreja, algo do tipo?

Entrevistado: Acho que não tem envolvimento não, acho que é por ele querer dar aula mesmo

Entrevistadora: Tem algum síndico no seu bloco?

Entrevistado: Tem um moço que diz que é síndico, mas eu só conheço ele de vista

Entrevistadora: Você paga alguma taxa de limpeza ou qualquer coisa?

Entrevistado: Não, não pago

Entrevistadora: Você acha que existem blocos mais organizados do que o seu?

Entrevistado: Sim, até o que tem lá (apontando para o outro bloco), é mais organizado, você entra e vê que tem um síndico, aqui é mais limpo e mais organizado.

Entrevistadora: Você gosta de morar aqui?

Entrevistado: Gosto, estou morando aqui faz 1 mês e pouco, eu gosto, é tranquilo

Entrevistadora: Quando você veio pra cá, o lugar tinha má fama?

Entrevistado: Tinha sim, o povo sempre fala né

Entrevistadora: Muito obrigada!

ENTREVISTA VIOLETA

Entrevistadora: Qual o seu nome?

Entrevistado: Violeta

Entrevistadora: A senhora tem quantos anos?

Entrevistado: 64

Entrevistadora: A senhora mora em qual condomínio?

Entrevistado: No 9

Entrevistadora: A senhora sabe quantos blocos tem no 9?

Entrevistado: Acho que são 11

Entrevistadora: A senhora morava aonde antes de morar aqui?

Entrevistado: Campo do Coelho

Entrevistadora: A sua casa foi interditada?

Entrevistado: Foi, tinha a casa que eu morava que rachou e a casa que o meu filho ia morar embaixo, a prefeitura interditou

Entrevistadora: No dia da tragédia entrou água ou não aconteceu nada?

Entrevistado: Não chegou a entrar não, quem confia em Deus... Deus me livrou naquela noite, teve vizinho que a água entrou

Entrevistadora: A senhora mora no 9 faz quanto tempo?

Entrevistado: Não sei, eu fui buscar o IPTU e perdi o contrato. Até hoje não fizeram nada

Entrevistadora: A senhora conseguiu pegar o dinheiro do aluguel social ?

Entrevistado: Consegui nada

Entrevistadora: Esse apartamento está no nome da senhora?

Entrevistado: Não, por enquanto não está. Ninguém tem documento

Entrevistadora: Mas a senhora conseguiu se inscrever no programa e te chamaram?

Entrevistado: Sim

Entrevistadora: A senhora gosta de morar aqui?

Entrevistado: Com sinceridade? Não, eu preferia a minha casinha

Entrevistadora: A senhora preferia que o governo tivesse reformado a sua casa lá no Campo do Coelho?

Entrevistado: Mil vezes. Aqui a gente vê muita coisa. Aqui é muito misturado, ainda bem que eu fico em casa o dia inteiro. Eu saio de manhã e vou ajudar minha filha. Se bem que 50 reais

é muito pouco, você não faz nada. Mas pelo menos eu não fico dentro do apartamento sufocada.

Por exemplo, hoje eu saí para ir ao médico, pois a minha saúde não é lá essas coisas.

Entrevistadora: A sua saúde piorou depois que saiu do Campo do Coelho?

Entrevistado: Piorou sim, estou com uma operação para fazer. Tenho que fazer o risco cirúrgico, era pra fazer essa semana e remarcaram para semana que vem.

Entrevistadora: A sua filha trabalha com o quê?

Entrevistado: Ela faz facção

Entrevistadora: Aí você ajuda limpando?

Entrevistado: Montando mesmo

Entrevistadora: Então a senhora virou costureira?

Entrevistado: Peguei a profissão depois de velha

Entrevistadora: E lá em Campo do Coelho a senhora fazia o quê?

Entrevistado: Eu só recebia o dinheiro do INSS, o da pensão por morte, que você sabe que não dá pra nada. Estou devendo gás pois não tenho condição de pagar. Esse apartamento não é para pobre, o que eu pago aqui é mais do que o aluguel. Antes eu pagava 300 reais de aluguel, vim pra cá e a situação piorou.

Entrevistadora: Aqui a senhora paga aluguel?

Entrevistado: Não, mas é como se pagasse. Aqui paga água, luz nem se fala, já cortaram duas vezes, o preço do gás é absurdo.

Entrevistadora: Quantas pessoas moram com a senhora?

Entrevistado: Eu, meu neto e minha neta

Entrevistadora: E quando a senhora vai ajudar a sua filha seus netos vão para a escola?

Entrevistado: Não, eles já são grandes

Entrevistadora: Lá no campo do coelho a senhora fazia o que mesmo?

Entrevistado: Contava com a pensão, criei 3 netos lá, era bem melhor

Entrevistadora: A senhora plantava lá? Entrevistei outras pessoas do campo de coelho que disseram que plantavam lá

Entrevistado: Sim, eu plantava lá. Por exemplo, o pão a gente não encontrava lá, criei meus netos sem pão, só tinha pão quando alguém levava lá

Entrevistadora: Aqui no postinho você trata o que?

Entrevistado: A vesícula, inclusive eu ainda não comi nada, tem hora que eu não consigo nem respirar direito. Essa semana eu fui pra casa da minha filha e peguei aquela chuva, fiquei resfriada, com asma e não consegui dormir. Meu neto disse que não vale a pena andar debaixo

de chuva por causa de 50 reais, não dá pra comprar remédio. Só a bombinha de asma é mais de 200 reais e não dá para eu comprar com esse dinheiro.

Entrevistadora: E o posto não dá a bombinha?

Entrevistado: Não dá, ele só dá a receita para ir à farmácia comprar. Eu escutei dizer que não vai ter verba para enviar remédio

Entrevistadora: Eu ouvi falar desse negócio do Bolsonaro cortar, né?

Entrevistado: Bolsonaro entrou e acabou com o país. Os outros falam que o Lula roubou mas não deixou o povo passar fome e se bobear a gente passa fome. Na minha casa é assim, se eu faço almoço eu não faço janta.

Entrevistadora: Racionar comida né?

Entrevistado: Se a gente entrar no mercado dá vontade de chorar

Entrevistadora: Isso é verdade

Entrevistado: Quer dizer, acabou com o país. O que ele fez pelo país? Eu entro no meu condomínio e só faltam me bater porque defendem o Bolsonaro.

Entrevistadora: E o que o presidente fez? O que ele trouxe de bom?

Entrevistado: Pra mim nada. Aluguel social eu não recebi, ganhei o apartamento por milagre de Deus, esse dinheiro que deram (auxílio Brasil) eu não recebi. No CRAS disseram que eu não precisava porque eu já recebia a pensão. Eles descontam o empréstimo

Entrevistadora: A senhora tem empréstimo?

Entrevistado: O empréstimo das crianças lá atrás virou uma bola de neve, estou conseguindo pagar só agora. Quer dizer, com o desconto do empréstimo só chega 300,00 reais na minha mão, não dá pra nada

Entrevistadora: Infelizmente a realidade está muito dura.

Entrevistado: A minha está

Entrevistadora: Lá em Campo do Coelho seria diferente?

Entrevistado: Seria

Entrevistadora: Muito obrigada!